



**Universidade da Beira Interior**  
**Ciências Sociais e Humanas**

**Deficiência Mental Moderada e *Empowerment*:**  
**Um estudo de caso na CERCIGuarda**

**Autor: Ana Coutinho Crespo**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre na especialidade

**Empreendedorismo e Serviço Social**

(2º ciclo de estudos)

**Orientador: Profª Doutora Maria João Simões**

Covilhã, outubro de 2013



"Nós não devemos deixar que as incapacidades das pessoas nos impossibilitem de reconhecer  
as suas habilidades."

( Hallahan e Kauffman, 1994)





# Agradecimentos

À minha Professora, Doutora Maria João Simões, pelo apoio e incentivo, pelos conselhos e orientações e pelo seu profissionalismo, mas também pelas pertinentes observações, críticas, e conselhos;

À minha família, pelo estímulo, coragem, carinho e a ajuda que me deram para conseguir ultrapassar mais uma fase da minha vida;

Ao Luís pelo seu apoio incondicional;

Aos meus filhos, pela sua compreensão e paciência...ao saber esperar;

A elaboração do trabalho que se segue, apenas foi possível graças ao contributo e apoio de inúmeras pessoas, que não poderia deixar de referir;

A todos os colegas da CERCIG que se mostraram disponíveis e partilharam as suas experiências.

A todos vós o meu obrigado!



# Resumo

O objetivo desta dissertação é analisar se a CERCI da Guarda contribui para o *empowerment* dos utentes com deficiência mental moderada, de modo a reduzir a sua vulnerabilidade à exclusão social.

Nesse sentido, o presente trabalho de investigação, debruça-se sobre dois domínios de análise. No primeiro, analisa-se o modo como a CERCIG identifica pessoas com deficiência mental moderada, como são elaborados os diagnósticos dos utentes e os seus planos de desenvolvimento individual e, ainda, como é avaliada a trajetória desses utentes em função dos planos traçados. No segundo, tendo em conta o conceito de *empowerment* e a operacionalização do conceito que foi efetuada, tenta-se indagar em que dimensão do *empowerment* a CERCIG foca a sua intervenção junto dos utentes com deficiência mental moderada.

O *empowerment* visa atribuir poderes e capacidades às próprias pessoas no sentido de reduzir a sua vulnerabilidade à exclusão, fazendo-as descobrir respostas e soluções para os seus próprios problemas, numa base de autonomia e participação. As teorias do *empowerment* ainda são recentes, mas podem dar significativos contributos, quando cruzadas com as teorias da exclusão social, no sentido de se identificar um leque mais alargado de competências a transmitir, de um modo articulado, no sentido de se potenciarem trajetórias de cidadania plena.

Para a realização deste trabalho foi adotada uma abordagem metodológica de natureza qualitativa.

O estudo colocou em evidência a necessidade de se induzirem processos de inovação social que permitam mudanças - que devem ser encaradas como desafios -, para que a CERCIG se possa constituir como verdadeiro instrumento de combate à exclusão social das pessoas portadoras de deficiência.

**Palavras-chave:** deficiência, *empowerment*, exclusão social, inserção social, inovação social





# Abstract

The purpose of this dissertation is to analyze whether Guarda's CERCI contributes to the empowerment of users with moderate mental retardation, in order to reduce their vulnerability to social exclusion.

Accordingly, this research work focuses on two analysis domains. The first domain is relative to how CERCIG identifies people with moderate mental retardation and how their diagnoses and individual development plans are made. It also concerns the way the institution evaluates the course of their users according to the established plans. The second domain, considering the concept of empowerment and its operationalization, refers to the discovery of which is the dimension of empowerment CERCIG focuses its intervention among users with moderate mental retardation.

Empowerment aims to empower people themselves and help them to develop certain skills in order to reduce their vulnerability to exclusion, making them find answers and solutions to their own problems, on a basis of autonomy and participation. Empowerment theories are recent, but they can give meaningful contributions when crossed with the theories of social exclusion. It helps to identify a broader range of skills to transmit, so as to potentiate full citizenship trajectories.

To elaborate this study it was adopted a methodological approach of qualitative nature.

The study has highlighted the need to induce social innovation processes that allow changes. Changes that must be faced as challenges, so that CERCIG may be consider as a true tool for combating social exclusion of people with disabilities.

**Key Words:** disability, empowerment, social exclusion, social inclusion, social innovation.





# Índice Geral

Agradecimentos .....	v
Resumo .....	vii
Abstract .....	x
Índice Geral .....	xiii
Índice de Figuras, Tabelas e Quadros .....	xvi
Lista de Apêndices e de Anexos .....	xvii
Lista de abreviaturas, siglas e acrônimos .....	xix
Introdução .....	1
Enquadramento Teórico.....	3
Capítulo 1 - Em torno das Teorias.....	4
1.1. A exclusão social .....	4
1.2. A deficiência: evolução do conceito, dos modelos e das políticas .....	11
1.3. O <i>Empowerment</i> e a necessidade de <i>Inovação Social</i> .....	18
1.3.1. A Inovação Social .....	21
Capítulo 2 - Estratégia Metodológica .....	25
2.1. Da pergunta de partida à operacionalização do conceito de <i>empowerment</i> .....	25
2.2 As Opções Metodológicas .....	27
Parte Empírica.....	31
Capítulo 3 - Trabalho de Campo .....	32
3.1. Exclusão social: os fatores de ordem macro, meso e micro .....	32
3.2 Características de Deficiência Mental Moderada .....	34
3.2.1 Pessoas com deficiência mental moderada: diagnóstico e acompanhamento ...	35
3.2.2. Mecanismos de diagnóstico (CIF e PDI) .....	36
3.2.3. Tipo de acompanhamento.....	40
3.2.4 Atividades e Sustentabilidade .....	43
3.2.5. Perceções sobre as dimensões e os processos de <i>empowerment</i> .....	44
Saber Ser .....	44
Saber Fazer .....	47
Saber Saber/Saber Estar .....	49
Saber Decidir .....	51
Reflexões Finais .....	54

Referências Bibliográficas .....	57
Apêndices e Anexos .....	63
Apêndice A .....	64
Apêndice B .....	74
Apêndice C .....	93
Anexo A .....	96
Anexo B .....	99
Anexo C .....	102
Anexo D .....	106



# Índice de Figuras, Tabelas e Quadros

Figura 1 - Fatores de pobreza e de exclusão social .....	9
Figura 2 - Modos de afetação dos fatores de exclusão .....	10
Tabela 1 - Operacionalização do conceito de <i>empowerment</i> .....	26
Tabela 2 - Lista de pessoas entrevistadas .....	30
Quadro 1 - Dimensão SABER SER/PODER Identitário.....	75
Quadro 2 - Dimensão SABER SER/PODER Identitário.....	76
Quadro 3 - Dimensão SER/PODER Identitário .....	77
Quadro 4 - Dimensão FAZER/PODER Económico.....	78
Quadro 5 - Dimensão FAZER/PODER Económico.....	79
Quadro 6 - Dimensão FAZER/PODER Económico.....	80
Quadro 7 - Dimensão SABER ESTAR/SABER/PODER Social .....	81
Quadro 8 - Dimensão SABER ESTAR/SABER/PODER Social .....	82
Quadro 9 - Dimensão SABER ESTAR/SABER/PODER Social .....	83
Quadro 10 - Dimensão DECIDIR/PODER Político .....	84
Quadro 11 - Dimensão SABER DECIDIR/PODER Político.....	85
Quadro 12 - Dimensão SABER DECIDIR/PODER Político.....	86
Quadro 13 - Características de Deficiência Mental Moderada .....	88
Quadro 14 - Funcionalidades CIF e do PDI.....	89
Quadro 15 - Tipo de acompanhamento .....	90
Quadro 16 - Envolvimento familiar .....	91
Quadro 17 - Atividades e sustentabilidades.....	92
Quadro 18 - Ficha de programação (Ensino Estruturado).....	104
Quadro 19 - Ficha de programação (Escolarização Funcional).....	105

# Lista de Apêndices e de Anexos

Apêndice A	Entrevistas Realizadas
Apêndice B	Sinopses
Apêndice C	Respostas Sociais da CERCIG
Anexo A	Ficha de Inscrição
Anexo B	Plano de Desenvolvimento Individual
Anexo C	Ficha de Programação
Anexo D	Ficha de Avaliação



# Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

<b>AAMR</b>	<i>American Association on Mental Retardation</i>
<b>CAO</b>	Centro Atividades Ocupacionais
<b>CATL</b>	Centro Atividades Tempos Livres
<b>CERCI</b>	Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados
<b>CID</b>	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
<b>CIF</b>	Classificação Individual de Funcionalidade
<b>CMG</b>	Câmara Municipal da Guarda
<b>CRI</b>	Centro Recursos Integrados
<b>CRISES</b>	<i>Centre de Recherche sur les Innovations Sociales</i>
<b>CRP</b>	Constituição da República Portuguesa
<b>DDHS</b>	Divisão Desenvolvimento Humano e Social
<b>EMUDE</b>	<i>Emerging User Demands for Sustainable Solutions</i>
<b>FENACERCI</b>	Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social
<b>FMES</b>	Fundo Municipal Emergência Social
<b>IEFP</b>	Instituto Emprego Formação Profissional
<b>ISESS</b>	<i>Innovation and Social Entrepreneurship in Social Services</i>
<b>IP</b>	Intervenção Precoce
<b>IPSS</b>	Instituto Particular de Segurança Social
<b>ISS</b>	Instituto de Segurança Social
<b>ITS</b>	Instituto Tecnologia Social
<b>MPD</b>	Movimento das Pessoas com Deficiência
<b>ME</b>	Ministério da Educação
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PDI</b>	Plano Desenvolvimento Individual
<b>SIM-PD</b>	Serviço de Informação para Pessoas com Deficiência
<b>SNRIPD</b>	Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
<b>TMG</b>	Teatro Municipal da Guarda
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
<b>VE</b>	Valência Educativa



# Introdução

O presente trabalho intitulado “Deficiência Mental Moderada e *Empowerment*: um estudo de caso na CERCIGuarda” visa a obtenção do grau de mestre em Empreendedorismo e Serviço Social, na UBI.

A deficiência foi e continua a ser uma problemática presente nas sociedades, colocando-se como um tema muito relevante no campo das ciências sociais onde se procura aprofundar a análise sobre o fenómeno no sentido também de se encontrarem soluções que possam reduzir a vulnerabilidade à exclusão social das pessoas deficientes.

A deficiência não é tratada e vista por todos da mesma forma, pois, para a maioria das pessoas a sua negação, estigmatização ou “desconhecimento” é a forma melhor de lidar com a questão.

O acréscimo de instituições que, nos últimos anos, vêm dando respostas a este tipo de população têm contribuído não só para colmatar lacunas existentes, como também vieram dar maior visibilidade a estas pessoas.

Trabalhando na CERCIG, embora, na área de Rendimento Social de Inserção, despertou-me interesse a questão da inclusão/exclusão dos utentes da instituição, optando por centrar a minha atenção nas pessoas portadoras de deficiência mental moderada.

O objetivo é investigar se a CERCIG contribui para o *empowerment* dos seus utentes com deficiência mental moderada de modo a reduzir a sua vulnerabilidade à exclusão social.

Relativamente à importância dos direitos da pessoa deficiente, têm-se desenvolvido recentemente, movimentos sociais em prol do reconhecimento destas pessoas enquanto cidadãos de direitos e deveres. É necessário lutar contra a imagem da pessoa deficiente como aquele indivíduo do qual se tem pena e que tem de viver da caridade dos outros, incapaz de dar um contributo válido para a sociedade, bem como “movimentar a sociedade civil, o sistema político e económico no sentido do reconhecimento das capacidades e potencialidades da pessoa portadora de deficiência e no reconhecimento do direito da pessoa deficiente participar e contribuir como membro de pleno direito da sociedade” (Pinto,1998)<sup>1</sup>.

Apesar de alguma evolução registada nos últimos anos, prevalece ainda um significativo “silêncio” em torno destas pessoas. Devem ser identificados, ou criados contextos em que as pessoas isoladas ou silenciadas possam ser compreendidas, ter uma voz e influência sobre as decisões que lhe dizem diretamente respeito ou que, de algum modo, afetem as suas vidas.

Optámos por utilizar a metodologia qualitativa, em detrimento de uma metodologia quantitativa, pretendendo com essa opção captar os significados que as pessoas dão a determinado fenómeno social. Esta metodologia vai ao encontro de uma realidade que não pode ser quantificável, realidade essa que requer a interpretação das experiências de vida, os

---

<sup>1</sup> Consultar em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/empowerment.htm>

significados atribuídos a essas experiências, assim como as percepções das pessoas que com elas contactam diretamente. Pretendemos utilizar como técnicas: a análise documental, e o inquérito por entrevista semiestruturada, numa lógica de estratégia de investigação intensiva, dado que trata em profundidade as características, as opiniões, entre outros aspetos, de uma população determinada. Recorreremos ainda à observação.

O Capítulo I “Em torno das teorias” comporta aspetos cruciais de quatro temáticas: a exclusão social, a deficiência, o *empowerment* e a inovação social. Importa entender, de modo particular, o conceito que surge em torno de ambas as expressões: exclusão e deficiência, uma vez que os principais fatores explicativos da exclusão social relativamente à pessoa deficiente devem ser procurados, em grande medida, na sociedade e o seu combate deve traduzir-se numa intervenção multidimensional.

É importante ainda identificar as capacidades das pessoas deficientes e empoderá-las, de modo a ser minimizada a sua vulnerabilidade à exclusão na sociedade, sendo crucial encontrar soluções no âmbito da inovação social.

No Capítulo II “Estratégia metodológica”, referimos a pergunta de partida, os objetivos da investigação e as opções metodológicas.

O Capítulo III - “Apresentação dos resultados”, integra a apresentação, a análise e a discussão dos resultados, assim como se foram inserindo algumas sínteses conclusivas.

Por último, nas considerações finais, procuramos salientar os aspetos mais significativos da investigação realizada e apresentar algumas soluções inovadoras que possam ser adotadas pela instituição com vista à inserção social das pessoas portadoras de deficiência mental moderada.

# Enquadramento Teórico

---

# Capítulo 1 - Em torno das Teorias

## 1.1. A exclusão social

Desde meados do século passado, as desigualdades sociais, não só têm aumentado como também se têm diversificado e complexificado nos países ditos desenvolvidos, devido, em grande medida, à aceleração dos processos de globalização, o mesmo acontecendo aos processos de exclusão social.

Se antes as desigualdades sociais eram analisadas apenas em termos de rendimento, foram entretanto alargadas a outros domínios sociais. Por outro, se antes essas desigualdades se manifestavam apenas entre categorias sociais, passaram também a ser intra-categoriais: um exemplo concreto é o de duas pessoas que tenham a mesma qualificação, em que uma delas fica desempregada e/ou é obrigada a aceitar um trabalho mal pago e menos qualificado (Simões e Augusto, 2007).

Relativamente à exclusão social há ainda um longo caminho a percorrer na investigação sobre as suas principais causas, fenómenos relacionados, bem como sobre os grupos-alvo de exclusão, de modo a chegar-se a uma maior compreensão sobre o problema e, como consequência, ao desenho de políticas mais adequadas (Fitoussi e Rosanvallon, 1997, *in* Augusto *et al*, 2007: 4).

Embora esta dissertação se debruce mais sobre as teorias da exclusão, importa apresentar alguns aspetos cruciais das teorias da pobreza que, como veremos, estão articulados/relacionados com as teorias da exclusão.

A pobreza pode ser estudada a partir de duas tradições teóricas: a perspetiva culturalista e a perspetiva socioeconómica (Capucha, 2005: 93-95). A primeira assenta no conceito de cultura da pobreza, onde se salienta o fato de as famílias e os grupos pobres formarem comunidades muito integradas entre si, mas mais “desligadas” do contexto societal mais amplo. Tal situação tende a perpetuar situações de fraca qualificação profissional, de desemprego, de instabilidade emocional e material, devido à escassez de recursos, podendo todo este ciclo originar uma transmissão geracional da cultura da pobreza.

A perspetiva socioeconómica teve um papel importante no plano político, uma vez que explicitou as condições de vida das famílias pobres, dando visibilidade ao problema e chamando a atenção para a sua gravidade. Está aqui subjacente o estudo da estrutura de distribuição dos recursos económicos, principalmente os rendimentos e as despesas, bem como a subsistência das famílias.

A perspetiva socioeconómica assenta nos conceitos de “pobreza relativa”, e “pobreza absoluta”. A noção de subsistência integra a principal referência do conceito de “pobreza absoluta” (de referir as pessoas em que os recursos são insuficientes para satisfazer as

necessidades básicas). As noções de necessidades básicas são muitas vezes criticadas, uma vez que assentam em juízos de valor moral e político sobre a ordem social. Verdadeiramente, as necessidades básicas e os níveis mínimos da sua satisfação são relativos a padrões normativos. Desta relatividade trata o conceito de “pobreza relativa” incorporando a questão da comparabilidade. Serão pobres as famílias, grupos e indivíduos cujos recursos materiais e sociais, entre outros, estão a um nível que os excluem dos modos de vida minimamente aceitáveis da sociedade em que vivem. Este conceito é normalmente utilizado quer em estatísticas, quer em programas de combate à pobreza. (*Ibidem*: 70-71).

Recorre-se a partir deste ponto a uma série de autores para se fazer uma síntese dos principais aspectos das teorias da exclusão, que serão úteis para a pesquisa empírica a que me proponho.

Verificamos que face à pobreza e exclusão social há, segundo Simões e Augusto (2007) posições diferentes:

- Para uns a exclusão ocorre por culpa dos indivíduos (caraterísticas individuais que os levam à exclusão ou os tornam mais vulneráveis);
- A pobreza e a exclusão devem-se a fatores sociais, a culpa é do sistema, das estruturas sociais vigentes (funcionamento da economia, implementação de políticas, medidas de políticas);
- A exclusão deve-se a um conjunto de fatores sociais e individuais, ou seja a exclusão decorre de fatores sociais, económicos, políticos, profissionais, educacionais pessoais ou outros.

Ainda relativamente ao conceito da exclusão, podemos verificar que existem três fatores de exclusão social (Soulet, (2000): fatores de ordem macro, meso, e micro. Os primeiros estão relacionados nomeadamente com o sistema económico, o funcionamento da economia à escala global e nacional, os valores sociais e culturais dominantes, e as políticas vigentes; fatores que poderão contribuir, por exemplo, para a segurança ou precarização de trabalho, uma menor ou maior proteção social. Os fatores de ordem meso estão mais relacionados com questões locais e regionais, nomeadamente as políticas autárquicas, o funcionamento das redes sociais e a organização da sociedade civil, bem como do funcionamento dos organismos desconcentrados da Administração Central. Por último, temos os fatores de ordem micro, que decorrem das trajetórias pessoais e familiares, da capacidade que os indivíduos têm para aproveitar os recursos colocados à disposição pela sociedade ou da capacidade de intervenção instalada que os possa fazer acionar tais recursos.

Amaro (1995) considera que a erradicação da pobreza implica um duplo processo de interação positiva entre as pessoas que estão excluídas e a sociedade à qual pertencem, que passa por dois caminhos:

- os indivíduos tomam-se cidadãos plenos;
- a sociedade acolhe a cidadania.

A integração, segundo este autor, é um processo de interação entre uma das partes e outras partes, assumindo essa interação episódios de interdependência positiva (solidariedade), de tensão e confronto (conflitualidade). Nesse sentido, “a integração (social) é o processo que viabiliza o acesso às oportunidades da sociedade a quem dele estava excluído, permitindo a retoma da relação interativa entre uma célula (o indivíduo ou a família), que estava excluída, e o organismo (a sociedade) a que ela pertence, trazendo-lhe algo de próprio, de específico e de diferente, que o enriquece e mantendo a sua individualidade e especificidade que a diferencia das outras células que compõem o organismo” (Amaro, 2000: 33-40).

Este duplo processo é chamado de integração e associa duas lógicas: na primeira, se o indivíduo tiver acesso às oportunidades que a sociedade oferece e se as utilizar ou for capacitado e mobilizado para esse efeito, pode ser inserido na sociedade - a este processo chamou-o de **inserção**. Terão, pois, que ser minimizados, através de uma intervenção adequada, os constrangimentos sociais ligados aos fatores micro, remetendo esta situação para o papel crucial do *empowerment*.

A segunda lógica refere-se ao modo como a sociedade se organiza para disponibilizar, ou não, essas oportunidades e de que modo o faz - a este processo chamou-o de **inclusão**. Se forem também reduzidos os constrangimentos associados aos fatores macro, poderão estar, então, criadas condições para uma sociedade mais inclusiva. (Rom, 2000, *in* Costa 2002:1) distingue duas tradições nas teorias da exclusão social: a tradição francófona e a tradição anglo-saxónica.

A **tradição francesa** refere os aspetos relacionais da exclusão, “a sociedade é vista pelas elites intelectuais e políticas, como uma hierarquia de estatuto ou como um número de coletividades, ligadas por um conjunto de direitos e obrigações mútuas que estão enraizados nalguma ordem moral mais ampla”, (*Ibidem*:1).

A “exclusão social é a fase extrema do processo de exclusão social entendido como um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade. Um ponto relevante desse percurso corresponde à rutura em relação ao mercado de trabalho, a qual se traduz em desemprego (sobretudo em desemprego prolongado) ou mesmo num desligamento irreversível face a esse mercado. A fase extrema - a da `exclusão social` - é caracterizada não só pela rutura com o mercado de trabalho, mas por ruturas familiares, afetivas e de amizade (Castel, 1990, *in* Costa, 2002: 1).

Paugam (2003) partilha também da ideia que as desigualdades sociais são afetadas atualmente pelo desemprego, por ruturas familiares, dificuldades de acesso à habitação, desigualdades de distribuição de recursos, descrevendo estes fenómenos no percurso das pessoas atingidas de desqualificação social.

Por outro lado podemos também considerar que a pessoa excluída pode sofrer de um sentimento de autoexclusão. A nível simbólico “tende a ser excluído todo aquele que é rejeitado de um certo universo simbólico de representações, de um concreto mundo de trocas e transações sociais” (Fernandes, 1995, *in* Rodrigues, 2002: 3). Essa rejeição tende a contribuir para transformações na identidade dos indivíduos, para sentimentos de inutilidade e de incapacidade. “As pessoas desqualificadas na sequência de um fracasso profissional tomam progressivamente

consciência da distância que as separa da grande maioria da população (...) pressupõem que todos os seus comportamentos quotidianos são interpretados como sinais de inferioridade do seu estatuto, até mesmo como uma deficiência social” (Paugam, 2003: 15).

Tal como os desempregados, outros grupos sociais, como as pessoas portadoras de deficiência, são atingidos por sinais de desqualificação subjetiva. A desqualificação para estas pessoas torna-se uma experiência humilhante e faz com que as relações com os outros sejam alteradas.

Relativamente à tradição anglo-saxónica, (Room, 1995, *in* Costa 2002:1), traz uma contribuição positiva ao debate, quando afirma que o que distingue a “tradição” britânica da “escola” francesa é a abordagem centrada na distribuição de rendimentos (pobreza), suportando uma “visão liberal da sociedade segundo a qual a sociedade era vista, pelas elites intelectuais e políticas relevantes, como uma massa de indivíduos atomizados, envolvidos na competição no âmbito do mercado” Esta distinção parece ter algum fundamento, e tem a ver com os conceitos de sociedade subjacentes a cada uma daquelas tradições. “A verdadeira diferença entre as duas `tradições` deve ser entendida mais como uma diferença de ênfase do que uma atenção exclusiva a um ou a outro daqueles aspetos”, (*Ibidem*: 1).

(Capucha, 2005, *in* Costa 2002:1), que aprova, em grande medida, a tradição anglo-saxónica, refere “o sentido mais liberal da preocupação com a responsabilidade das pessoas”. Existe uma visão liberal das políticas, que substitui o valor da igualdade pelo da equidade e da igualdade de oportunidade. A exclusão não atinge os indivíduos que sofrem de marginalização, mas sim aqueles que não têm trabalho e que não estão integrados socialmente. Ele tenta clarificar o conceito, “salienta-se a natureza institucional dos direitos à participação em diferentes esferas da vida social como direitos de cidadania (...) Exclusão relaciona-se com a “questão das oportunidades da participação social, (...); da focalização da “agência” e da própria responsabilidade das pessoas envolvidas, da dinâmica dos processos, o que implica alguma durabilidade das situações vividas pelos excluídos” (*Ibidem*: 1).

A abordagem francófona tem sido contestada por vários autores, nomeadamente por Capucha (2005b:12) que considera que “ os excluídos não estão fora do sistema (...), são aqueles que estão mais amarrados e submetidos pelos mais fortes laços às piores situações de existência marginal”. Este autor nega a ideia de uma divisão entre uma sociedade e uma não sociedade, entre “incluídos e excluídos, não apenas de agrupamentos ou contextos específicos, não deste ou daquele conjunto de recursos ou direitos, mas da sociedade geral”, (*Ibidem*:12-13).

Capucha (2005) tenta contudo articular as duas perspetivas recorrendo ao conceito de modos de vida. Os modos de vida integram as condições de existência das diferentes categorias sociais vulneráveis associadas aos estilos de vida, interesses, ambições, valores e modos de agir e pensar das pessoas que integram estas categorias. Esta noção comporta ainda uma dimensão social - relação com as redes sociais, orientações de vida, trajetos passados. Os modos de vida integram no fundo os fatores individuais e sociais, centrando-se nos “ modos de vida” onde estão representadas as referências sociais e culturais, as escolhas feitas pelas famílias mediante os recursos disponíveis e seus constrangimentos. É importante então entender como as famílias

pertencentes a determinadas categorias sociais organizam os seus modos de vida, ou seja como aproveitam as margens disponíveis na sociedade, que critérios afetam os seus recursos, quer sejam materiais ou outros.

Capucha (2005), como se pode ver na Figura 1, e para uma maior compreensão dos fenómenos de exclusão social, articula fatores de ordem objetiva e de ordem subjetiva com fatores de ordem macro e micro. O autor coloca nas extremidades de um eixo os fatores macro e micro, em que num pólo estão as estruturas e os processos de nível societal, e, no outro estão as práticas e os quadros de interação dos agentes. No segundo eixo estão, os fatores de ordem objetiva e subjetiva.

De origem objetiva, e a um nível mais macro, podemos enumerar nomeadamente as mutações tecnológicas, a articulação com o sistema económico, a organização do trabalho e as estruturas de distribuição dos rendimentos primários. A um nível mais micro, as pessoas e grupos com baixos rendimentos e qualificações, más condições de habitação e a organização familiar. Quando verificamos o modo como estes fatores existem, podemos ver que algumas pessoas com “menos qualificações ficam fora dos empregos de qualidade aceitável ou no desemprego, possuem menos qualificações, ou desenvolveram menos aptidões para se adaptarem a mutações tecnológicas e organizacionais rápidas”, (Capucha, 2005: 102).

Os fatores de exclusão de origem subjetiva reportam-se, a um nível mais abrangente, nomeadamente às imagens e representações sociais preconceituosas relativamente a certas categorias da população, para as quais os meios de comunicação têm muitas vezes um papel muito importante, tornando-lhes mais difícil o acesso ao emprego, à formação ou às instituições. A um nível mais micro podemos reportar, por exemplo, que as referidas representações podem, com frequência, ser incorporadas pelas pessoas, fragilizando-as, fazendo com que tenham uma autoestima negativa, que por sua vez, as pode inibir de traçar projetos de vida inclusivos.

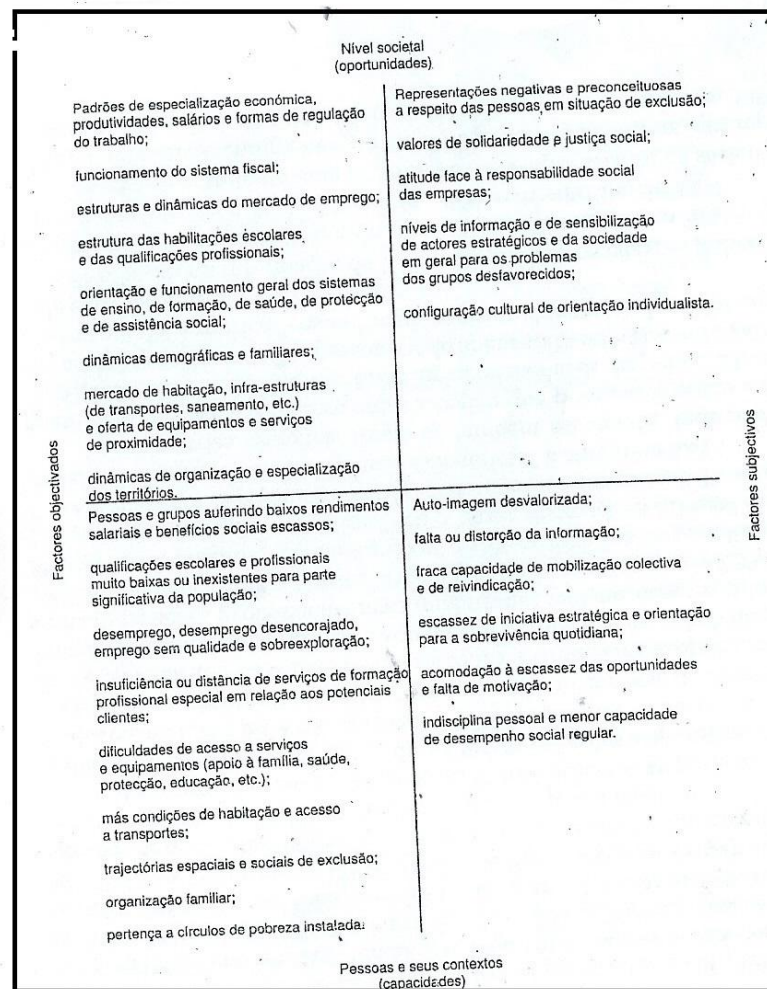
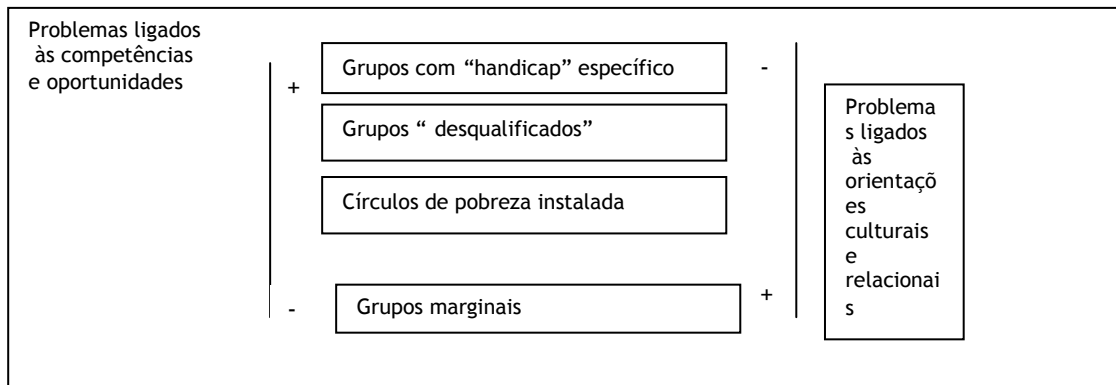


Figura 1- Fatores de pobreza e de exclusão social

Fonte: Capucha (2005: 103)

Capucha (2005) apresenta, para além dos modos de vida, novas propostas/tipologias, apresentadas na figura 2, de modo a serem delineadas e avaliadas políticas mais adequadas a grupos alvo específicos, para que possa ser construída uma sociedade mais coesa. O autor “identifica quatro situações tipo ao longo de dois vetores, um que localiza a distância das diferentes categorias sociais vulneráveis à pobreza segundo as maiores ou menores capacidades possuídas e as oportunidades que se lhes oferecem, e o outro que as localiza segundo o peso de fatores mais ligados às orientações culturais e relacionais mais favoráveis ou mais inibidoras de uma participação social conforme aos padrões correntemente partilhados na nossa sociedade” (Ibidem: 167).



**Figura 2 - Modos de afetação dos fatores de exclusão**

Fonte: Capucha (2005: 170)

São quatro as categorias apresentadas: os grupos com “handicap” específico, os grupos desqualificados, os grupos de pobreza instalada e os grupos marginais. No primeiro grupo estão incluídos os imigrantes, os deficientes e, pessoas com doenças crónicas que têm em comum o facto de serem afetados pela existência de um handicap específico, o qual poderá inibir a sua participação social e profissional e são ao mesmo tempo alvo de discriminação baseada em preconceitos que reforçam a sua dificuldade de inserção social.

Numa outra situação encontram-se as pessoas que têm problemas relacionados com a inserção social e participação, devido à falta de qualificação escolar, mas que no fundo, desejam melhorar a sua situação, através da promoção profissional. A “desqualificação” que atinge estas pessoas torna-se o principal obstáculo para o acesso ao mercado formal de trabalho, de apoios sociais e de formação.

O terceiro conjunto direciona para as famílias que enfrentam problemas subjetivos como a desorganização da vida pessoal e conseqüente resignação, perante a condição de pobres, geralmente vivem em comunidade, transmitindo estes valores de geração em geração. Estas pessoas encontram-se em situação de pobreza constante nos “círculos de pobreza instalada”, (Capucha, 2005: 168). Uma intervenção específica dentro da mesma comunidade pode ser decisiva, como a prevenção de comportamentos de risco e reinserção, acesso a equipamentos, habitação formação, emprego, segurança, entre outros.

Finalmente e na última categoria encontramos os grupos marginais, “caraterizados por terem modos de vida inadaptados às normas correntemente partilhadas em sociedade” (Capucha, 2005: 169) Estes grupos têm dificuldades de reinserção, refletindo desinteresse por uma profissão, e são normalmente bastante estigmatizados. A intervenção de apoio deve incidir em medidas de qualificação profissional e de relacionamento, ou em casos mais complicados, ser acompanhada por medidas de reaprendizagem de estilos de vida.

Para concluir esta secção, importa salientar que o Instituto de Segurança Social (ISS) (2005), no seu relatório “Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental”, articula as perspetivas anglo-saxónica e francófona, através de três dimensões da exclusão social - a desqualificação, a desafiliação e a privação - às quais damos especial atenção por terem

significativo valor heurístico para a investigação empírica no âmbito desta dissertação. A desqualificação social é definida como “o descrédito a que são sujeitos aqueles que não participam na vida económica e social, designando também os sentimentos subjetivos da situação que experienciam no curso da sua vivência social e também as relações sociais que estabelecem entre eles e com os outros” (ISS: 26).

O conceito de desqualificação está ligado ao de estigma. “A sociedade estabelece um modelo de categorias e tenta catalogar as pessoas conforme os atributos considerados comuns e naturais pelos membros dessas categorias” (Goffman, 1993, *in* Melo 2000: 1). Atualmente a palavra estigma representa alguma coisa de mal, algo que deve ser evitado. É a sociedade que no fundo determina um padrão exterior ao indivíduo, padrão esse que permite prever a identidade social e as relações do próprio indivíduo com o meio. Essa imagem poderá não corresponder à realidade, nesse sentido, Goffman denomina-a por “identidade social virtual”. Alguém que pertence a uma categoria com atributos diferentes é pouco aceite, deixa de ser vista como uma pessoa com potencialidades e capacidades. O estigma produz um descrédito na vida da pessoa, uma desvantagem, a sociedade reduz-lhe as oportunidades, não lhes atribui valor e determina uma imagem dissipada, um modelo que não convém à sociedade (*Ibidem*: 1).

A desafiliação, suportada na conceção de Castel, reporta para a quebra dos laços sociais nomeadamente em relação à esfera do trabalho, do estado, da família e da vizinhança (*in* ISS: 2005:27).

“Não um estado de exclusão, mas um itinerário percorrido por indivíduos e grupos através de sucessivas fragilizações ou quebras de laços sociais que os ligam a instâncias fundamentais da socialização: o Estado, o trabalho, a família, a comunidade” (Monteiro, 2011).

A privação remete para a questão da falta de acesso aos recursos materiais, insuficiência de recursos para manter as condições de vida socialmente aceitáveis.

## 1.2. A deficiência: evolução do conceito, dos modelos e das políticas

A história das pessoas deficientes remonta a um longo período da história e diversas foram “as atitudes assumidas pela sociedade ou certos grupos sociais para com as pessoas deficientes, as quais se foram alterando por influência de diversos fatores: económicos, culturais, filosóficos, científicos, etc” (Vieira e Pereira, 1996: 15). Pouco se sabe sobre os portadores de deficiência antes da Idade Média. Diz-se que na Grécia, as crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas sub-humanas, sendo eliminadas ou abandonadas. Em Roma expunham ou afogavam as crianças deficientes com o objetivo de separar o bem do mal. A exclusão em relação a estas pessoas tem atravessado toda a história da

humanidade. “A sociedade desenvolveu quase sempre obstáculos à integração das pessoas deficientes. Receios, medos, superstições, frustrações, exclusões, separações...preenchem lamentavelmente vários exemplos históricos que vão desde Esparta à Idade Média” Fonseca (1989: 217), e pode-se acrescentar até à atualidade, dado que frequentemente nos deparamos com situações de exclusão na sociedade atual, onde práticas discriminatórias, desresponsabilizadoras e violadoras dos direitos humanos se verificam. No século XIII surgiu, ao que se sabe, uma primeira instituição na Bélgica, para abrigar deficientes mentais: uma colónia agrícola. Foi já no século XIX que se tentou a recuperação (física, fisiológica e psíquica) da pessoa com deficiência com o objetivo de a ajustar à sociedade, num processo de socialização concebido para eliminar alguns dos seus atributos negativos (*Ibidem*:217).

Devido à pressão social exercida por movimentos sociais, políticos, educacionais e outros, foram sendo induzidos novos ideais: em 1959 a Declaração dos Direitos da Criança e, nos finais da década de 60, as organizações a funcionar em alguns países começaram a desenvolver um novo conceito de deficiência, refletindo assim sobre a relação entre as limitações sentidas pelos indivíduos e a estrutura do meio envolvente. Tradicionalmente, a deficiência era vista como um problema da pessoa, e por isso, ela teria que se adaptar à sociedade ou teria que ser mudada por profissionais através da reabilitação ou cura.

No final da década de 70, em Portugal, o movimento associativo e cooperativo concretizou a criação de uma rede de CERCI's, contribuindo para o crescimento da proteção social e educação das pessoas deficientes. Durante o fascismo, a deficiência foi considerada uma fatalidade, as pessoas não participavam na sociedade e os raros apoios existentes baseavam-se na caridade e no assistencialismo. Com a Guerra Colonial o número de adultos com deficiências em Portugal aumentou, havendo no mesmo ano, um forte movimento associativo, que encontrou apoio favorável na vontade política do Governo, em especial na área da deficiência (SNR<sup>2</sup>, 1989, *in* Capucha *et al* 2005: 7-8).

A Constituição da República Portuguesa, (1997), 5ª Revisão, no seu artº 71, já aludia às pessoas com deficiência:

1.Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontram incapacitados.

2. O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio as suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efetiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores' (*in* Constituição da República Portuguesa, (1997), 5ª Revisão.

---

<sup>2</sup> Consultar em SNR - Secretariado Nacional de Reabilitação

Assim passou a considerar-se importante que o Estado assegurasse uma política nacional de prevenção, reabilitação e até de tratamento para estas pessoas. Assegurando-lhes ainda as condições mínimas de existência, apoiando-as e protegendo-as.

A designação de “o deficiente”, em que o indivíduo é substantivado tendo em conta, apenas, as suas limitações e os seus defeitos, estigmatizou e desvalorizou, durante séculos, aqueles que por uma outra razão não se apresentavam iguais às maiorias socialmente aceites. No fundo o conceito foi sofrendo mutações ao longo dos tempos devido principalmente a alterações nos contextos sociais e políticos e também derivado à crescente preocupação com os problemas que afetam as pessoas com deficiência e suas famílias. Assim “ o que existe não é a deficiência, mas são pessoas com deficiência, pessoas concretas e particulares, individualizadas, com elementos integrantes de sociedades concretas, sujeitas e objetos de políticas, variáveis em função das multievidências associadas, dos pressupostos filosóficos e ideológicos que as enformam” (Sousa, 2007: 42).

De evidenciar ainda, as atitudes das pessoas perante a deficiência que também sofreram evoluções, as quais passaram, segundo Sousa, (2007: 41-42), por cinco estádios:

- 1) “Rejeição/Eliminação - eliminação física, significando rejeição radical
- 2) Aceitação resignada/afastamento social - resignação perante a existência, com isolamento social por não se reconhecer a cidadania
- 3) Atribuição de direitos mínimos/assistencialismo - reconhecimento do direito a uma cidadania, embora limitada e restrita, merecedora de apoios de caráter assistencial e reparador
- 4) Reconhecimento dos direitos da cidadania - coexistindo com políticas e práticas assistencialistas, não coerentes com o posicionamento ideológico do discurso
- 5) Afirmação e implementação dos direitos - sociedade aberta e inclusiva, onde a diferença, a diversidade é celebrada como um valor e os direitos constituem o referencial político fundamental”.

As últimas décadas do século passado foram fulcrais para a alteração do conceito de deficiência e sua evolução e foi com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, que as pessoas com deficiência viram contemplados, ao nível legal e dos princípios, os seus direitos. Tais alterações impulsionaram movimentos destas pessoas que reivindicaram o “direito de uma vida autónoma” e à plena cidadania. Foram, então, alteradas as políticas referentes a esta matéria, o que constituiu um padrão fundamental na “nova abordagem da deficiência”, exemplo desse facto foi a Declaração de Madrid<sup>3</sup> concluída no 1º Congresso Europeu da Pessoa com Deficiência e onde foi associado ao conceito de deficiência o conceito de “sociedade inclusiva”, perspetivando-se a deficiência de uma “forma social e política, (...) e tentando-se

---

<sup>3</sup> Declaração de Madrid, 2003, consultar em <http://www.unidavi.edu.br/?pagina=FILE&id=69510>

mobilizar as estruturas que nesse contexto promovem a cidadania e a inclusão de todos os cidadãos” (Sousa, 2007: 45).

O conceito da deficiência está assim enquadrado no Modelo Social Europeu e na Agenda Social Europeia, onde são proclamados como principais questões a qualidade de vida das pessoas e a coesão social, no sentido de as políticas sociais terem um papel mais ativo, embora se assista a uma grande discrepância entre os princípios/quadros legais e as práticas.

A evolução do conceito de deficiência compreendeu três modelos de abordagem: o modelo médico, o modelo social e o modelo relacional ou bio/psico/social.

O modelo médico da deficiência usado até aos anos 60 centrava-se na “anormalidade”, e incapacidade do corpo. As pessoas eram consideradas como pessoas inativas, dependentes e sem qualquer atividade. A solução passava apenas pela adaptação a um meio. Esta adaptação baseava-se numa intervenção médica adequada para a cura física e era a única forma de superar as limitações do corpo. Este modelo considerava a deficiência somente como um problema médico, prevendo assim como única solução: a médica (Fontes, 2010: 75).

Os anos 60 foram importantes no que refere a afirmação da medicina preventiva, em detrimento da medicina curativa, e ainda no aparecimento de novos movimentos sociais, como exemplo o Movimento de Pessoas com Deficiência (MPD), que surgiu face à necessidade de mudança do paradigma da deficiência.

Depois do modelo médico surgiu o modelo social, o qual afirmava que a deficiência era exterior à pessoa, “algo socialmente criado”, excluindo então as pessoas com deficiência. Este modelo propunha uma perspetiva especialmente assente nos direitos, em que eram promovidas políticas de forma a assegurar esses direitos, com a “eliminação das barreiras que impedem a inclusão social, através de políticas transversais e universais, concebidas e organizadas de forma abrangente, sem excluir ninguém” (Sousa, 2007:45). A sociedade era responsável pela exclusão social das pessoas com deficiência. Este era um “problema” a resolver política e socialmente e não um problema individual ou médico.

Foi diferenciada a “deficiência” (fenómeno socialmente construído de exclusão e opressão das pessoas com deficiência por parte da sociedade) da “incapacidade ” (que se relaciona com os aspetos individuais, corporais e biológicos). “A deficiência não é desta forma, criada pelas incapacidades, mas sim pela sociedade que deficientiza as pessoas com incapacidades” (Fontes, 2010:76). Este modelo foi sinónimo de mudanças a nível social, quer na vida das pessoas com deficiência, quer num novo caminho para o estudo sobre a deficiência.

Posteriormente com o conceito de “sociedade inclusiva”, em que as pessoas são antevistas como pessoas sujeitas a direitos, com igualdade de oportunidades, onde lhes deve ser promovida uma vida autónoma, houve a necessidade de reconciliar os dois modelos descritos, levando à emergência do novo modelo da deficiência - modelo relacional ou modelo bio/psico/social. Esta “perspetiva professa que o modelo social da deficiência representa uma visão demasiado socializada da deficiência esquecendo as consequências da incapacidade nas vidas das pessoas com deficiência” (*Ibidem*:76).

O modelo relacional, aprovado em 2006, pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) passou a influenciar diretamente diferentes sistemas de classificação, como a Classificação Internacional do Funcionamento da Deficiência e da Saúde (CIF), e a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10) (ambos da Organização Mundial de Saúde), em que os fatores do contexto envolvente e as condições de saúde estão relacionadas, alargando o âmbito do “problema” e passando de “deficiência” para “incapacidade”, alterando a dimensão política e social.

O Modelo Relacional está exposto no formulário da CIF, que tem contemplado as seguintes funções: funções do corpo, atividade e participação, fatores ambientais e outros fatores contextuais relevantes, incluindo fatores pessoais.

Entretanto surgiram críticas no que concerne este modelo, das próprias pessoas com deficiência bem como das suas famílias, porque parece mudar o sentido relacional e social que tinha sido preconizado para a deficiência, centrando-se outra vez nas questões médicas (Barnes, 2000).

Para Fontes (2010) só a visão dada pelo Modelo Social da deficiência pode produzir transformações na área da política social, contribuindo o Modelo Relacional para a “manutenção da exclusão e opressão das pessoas com deficiência” (Fontes, 2010: 77). Afirma ainda que “só uma visão capaz de perspetivar os problemas das pessoas com deficiência não como um problema individual mas com um problema social pode efetivamente mudar a vida das pessoas com deficiência” (Fontes, 2010: 17).

É importante que na análise da questão das políticas sociais, na área da deficiência, sejam consideradas as especificidades do Estado-Providência, pois se forem reconcetualizadas as questões relacionadas com a deficiência serão promovidas novas abordagens de política de modo a responsabilizar também a sociedade.

### 1.2.1. A Exclusão Social e a Deficiência

Existe uma ligação entre exclusão, pobreza, discriminação e deficiência, fazendo com que as pessoas deficientes continuem atualmente a aparecer como um dos grupos mais vulneráveis à exclusão. A pobreza não advém da deficiência, mas do modo como ela é construída. Para Capucha (2005), “a pobreza é a situação dos assistidos, ou seja dos que não têm os meios próprios às necessidades de uma vida digna”. A pobreza pode ser evitada ou pela redistribuição através da Segurança Social ou pelo apoio familiar, permanecendo mesmo assim, e com frequência a exclusão, nomeadamente em relação às oportunidades de emprego, educação e formação, por não estarem, em grande medida, garantidas as igualdades de oportunidade para com as pessoas portadoras de deficiência.

“Os atuais modelos de produção e de consumo, estilos de vida, hábitos e interesses produzem padrões sociais e comportamentais que dificultam ou impedem uma aproximação das

peças deficientes face às exigências que comportam. Isso faz com que elas, não consigam acesso aos meios, de modo a alcançar os objetivos legitimados socialmente, pelo que a condição de deficiência torna-se quase automaticamente sinónimo de desvantagem social” (Veiga, 2003: 126-127). As pessoas com deficiência “ (...) começam as suas carreiras de exclusão de direitos com o insucesso escolar (...) ” (Capucha, 2003: 21), porque a falta de recursos para os apoios educativos contribui também para a desigualdade de oportunidades na educação e na vida profissional.

Se considerarmos o mundo do trabalho uma “esfera fundamental para a autonomia das pessoas para a aquisição de um estatuto social, condição de acesso a um conjunto de direitos, suporte para a construção de projetos de futuro” (*Ibidem*: 9), e ficando estas pessoas fora deste poder ficam também sem terem direito ao regime contributivo. Ficam então dependentes de subsídios do estado, no caso português, através de um regime que é praticamente assistencial.

Em Portugal a passagem do regime ditatorial para o democrático marcou de certa forma o avanço das políticas sociais, definindo-se um conjunto de direitos sociais associados ao aparecimento do Estado-Providência (Santos, 2002). Este surge após a revolução de 1974, se bem que com uma característica relevante - surge muito depois dos outros países, num período de crise económica, em que praticamente todos os países europeus já se encontravam numa fase de encolhimento das políticas sociais do Estado -Providência. Santos (2002: 185) denomina este Estado como um “quase Estado - Providência”, em particular, pelo facto de as suas despesas sociais não serem comparáveis às dos Estados - Providência de outros países. Fontes (2010:78) afirma que “esta falta de eficiência do Estado-Providência português advém dos baixos níveis de proteção social e da fraca redistribuição social resultante do baixo nível das prestações sociais de carácter não universal e dependente de diferentes regimes de segurança social”.

É da competência do Estado assegurar a realização de uma política nacional de prevenção, tratamento, reabilitação e integração das pessoas com deficiência, assegurar-lhes as condições mínimas, protegê-las e apoiá-las. Dentro das políticas sociais foram criadas dois regimes de proteção social: o regime contributivo e o regime não-contributivo, em que Fontes (2010) designa de transformação de uma “cidadania de direito” numa “cidadania contributiva”, as prestações sociais, dependem de a pessoa ter estado ou não no regime contributivo. Estas são concedidas em regime de proporcionalidade, ou seja aprovadas consoante o valor da carreira contributiva, então quanto maiores as contribuições ao Estado, maior serão as prestações sociais. Se as pessoas deficientes nunca contribuíram para o regime contributivo, receberão um valor mais baixo de prestação social.

É importante ainda referenciar o número reduzido de serviços fornecidos pelo Estado Português face aos restantes países da Europa, o que fez com que o mesmo delegasse para as organizações do terceiro setor a provisão de serviços sociais e de apoio às pessoas com deficiência. Fontes (2010: 87) designa duas políticas do Estado português: “a política de auto subversão” em que o Estado consegue minar os mecanismos de participação sem os abandonar ou suspender e a “política de controlo”, onde o Estado impõe as suas ideias/estratégias. A política que o mesmo autor refere de “auto-subversão”, sugere uma outra designada por Santos (2002:

188) de “Estado Paralelo” em que se aponta para uma “maciça discrepância entre os quadros legais e as práticas sociais”. O Instituto Nacional de Reabilitação publicou uma lei (Lei Nº 46/2006 de 28 de agosto) que defende as atitudes discriminatórias e excludentes perante a deficiência, onde no artigo um é mencionado “(...) prevenir e proibir a discriminação, direta ou indireta, em razão da deficiência, sob todas as suas formas, e sancionar a prática de atos que se traduzam na violação de quaisquer direitos fundamentais, ou na recusa ou condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais, culturais ou outros, por quaisquer pessoas, em razão de uma qualquer deficiência”.

Outro exemplo de discrepância entre os quadros legais e as práticas do Estado pode referir-se à implementação de serviços de educação especial - apoio educativo que visa a inclusão de crianças deficientes no sistema regular de ensino, e ao mesmo tempo ao financiamento público de escolas de educação especial, Então pode afirmar-se que o Estado tem praticado algumas políticas ditas contraditórias e “tendências diversas e opostas centradas na compensação e na prestação de cuidados” (Fontes, 2010: 82).

Para a discrepância referida também contribui o número de entidades envolvidas que podem não estar articuladas ou ter práticas contraditórias: em 1974 existiam cinco ministérios e doze serviços envolvidos no fornecimento de apoios às pessoas com deficiência sem articulação entre elas; hoje há os cinco ministérios e o SNRIPD, envolvidos na inclusão e desenvolvimento das políticas (*Ibidem*: 89).

Poder-se-á afirmar “a vida das pessoas com deficiência continua cerceada por um conjunto de barreiras físicas, sociais e psicológicas, que as impedem de exercitar os seus direitos de cidadania e de aceder a uma vida autónoma como qualquer outro cidadão” (*Ibidem*: 89).

Podemos considerar que o grupo de pessoas deficientes é influenciado por fatores de ordem macro, que decorrem das políticas e suas medidas, de ordem micro (obstáculos e carências vividas, o modo como se afirmam como pessoas de pleno direitos de cidadania, competências individuais e capacitação do próprio), bem como por fatores de ordem meso, em que as autarquias são as grandes responsáveis pelos acessos, promoção de ações de sensibilização, junto da população, sobre a temática da deficiência, funcionamento das redes sociais, entre outros.

Tal como já referido, os cidadãos portadores de deficiência sofrem de uma certa “invisibilidade”. São considerados por muitos “objetos” de proteção em vez de sujeitos com os seus próprios direitos, conduzindo-os à exclusão do seu meio social. Existem ainda muitas barreiras, no que respeita a formação, aos processos <sup>4</sup> de qualificação, à mobilidade, ao acesso a bens de uso quotidiano indispensáveis para a vida normal, aos bens da cultura, entre outros. As pessoas deficientes poderão ter uma vida autónoma e participativa, se houver atuação adequada no campo da saúde e da família, da formação, da adaptação de postos de trabalho ou com a criação de estruturas específicas, com acessibilidades nos transportes, com habitações adaptadas, e com ajudas técnicas.

<sup>4</sup> Consultar em Cadernos Sociedade e Trabalho VIII, Integração das Pessoas com Deficiência, pp 42-45

### 1.3. O *Empowerment* e a necessidade de Inovação Social

Alsop (2006) defende que a exclusão está associada a falta de voz e impotência, a um poder desigual, àquele que depende do outro para a sua sobrevivência. Traduz o *empowerment* por auto-força, auto-poder, pela capacidade que uma pessoa tem, pela liberdade de escolha. O que significa aumentar a capacidade de um indivíduo ou grupo, de forma a poder fazer determinadas escolhas e transformá-las em ações e nos resultados pretendidos. Para o movimento do *empowerment* contribuíram diversos fatores históricos ao longo dos tempos. Tais fatores fazem parte de um processo de emancipação dos indivíduos e dos grupos na sociedade; entre eles destacam-se: a expansão da concepção de cidadania, a emancipação de grupos oprimidos, a pedagogia do oprimido e a democracia participativa, (Pinto, 1991, *in* Fazenda 1988: 2-4).

A emancipação dos indivíduos e dos grupos, refere-se à **expansão da concepção de cidadania**, como o conjunto de direitos e de deveres que um membro de uma comunidade ou sociedade deve possuir enquanto tal.

Neste âmbito, e referindo-nos aos portadores de deficiência, que são objeto deste estudo, poderemos pensar que não é a condição de deficiência que destitui estas pessoas de terem direitos e de respeitarem deveres; a sociedade deve facilitar e estar preparada para incluir estes cidadãos cujas necessidades são individuais e também sociais, tal como sucede com qualquer outro sujeito civil. Segundo a teoria de Marshall, à “ cidadania estão associados três tipos de direitos: os civis (liberdades individuais), os políticos (votar e ser eleito) e os sociais (o bem-estar social) ” (*Ibidem*:4). Deste modo dever-se-á refletir sobre a necessidade de empoderar as pessoas deficientes no sentido de compreenderem o sistema democrático, exercerem os seus direitos, e participarem ativamente na sociedade.

Para além da expansão da concepção de cidadania, ocorreram também os movimentos de **emancipação de grupos oprimidos** principalmente os movimentos das mulheres (feminismo), os movimentos de luta anticolonial (independência), os movimentos de doentes mentais (sobreviventes da psiquiatria), os movimentos de pessoas com deficiência (reabilitação e participação), os movimentos dos negros (antirracismo) A estes movimentos associaram-se grupos de autoajuda.

A “**Pedagogia do Oprimido**” para Paulo Freire é o processo de “conscientização” ou seja é a tomada de consciência das contradições da realidade em que as pessoas vivem. A prática da liberdade, a necessidade de mudança social e a aceitação do papel de cada pessoa nesse processo podem levar à tal consciencialização.

A **democracia participativa** também contribuiu para o movimento do *empowerment* e implica “o envolvimento direto e ativo na tomada de decisões que dizem respeito à comunidade, e mesmo na sua execução, por parte de todos os elementos da comunidade.” (*Ibidem*:4). Esta participação pode ser feita principalmente através das organizações de poder local, da intervenção da comunidade, das associações culturais e políticas, o que proporciona maior responsabilização das pessoas e grupos. É certo então pensar, e reportando mais uma vez às pessoas com deficiência, que elas se devem organizar para reivindicar os seus direitos, de modo a terem igualdade de oportunidades.

Para (Perkins e Zimmerman, 1995, *in* Meirelles 2007: 2) o *empowerment* é “um constructo que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proactivos com políticas e mudanças sociais. Trata-se da constituição de organizações e comunidades responsáveis, mediante um processo no qual os indivíduos que as compõem obtêm controle sobre suas vidas e participam democraticamente no quotidiano de diferentes arranjos coletivos e compreendem criticamente seu ambiente”.

(Pinto, 2001 *in* Fazenda 1988: 1) também partilha que o termo é definido como “um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder - psicológico, sociocultural, político e económico - que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania.” O autor refere ainda que o conceito visa a “libertação dos indivíduos relativamente a estruturas, conjunturas e práticas culturais/sociais que se mostram injustas, opressivas e discriminadoras, através de um processo de reflexão sobre a realidade da vida humana”, (*Ibidem*:1).

Entende ainda que o poder é a capacidade e a autoridade para:

- Ter acesso a recursos e bens;
- Tomar decisões e fazer escolhas - **poder para** (através da intuição, sabendo esperar, saber avaliar os obstáculos, descobrindo as oportunidades e alternativas, tendo ainda acesso a recursos e bens);
- Resistir ao poder dos outros - **poder de** (manter-se firme diante de uma força contrária, resistindo à pressão, capacidade que o individuo tem de lidar com os problemas, superando também os obstáculos);
- Influenciar o pensamento dos outros - **poder sobre** (possuindo as informações necessárias para conseguir os seus objetivos, através do seu dinamismo, capacidade de aproveitar oportunidades, e ainda através do inter-relacionamento e motivação).

O processo de *empowerment* pretende desenvolver todos estes tipos de poder, e podem ser definidos alguns princípios orientadores para a sua concretização: (i) relação de parceria com base na igualdade (ouvindo o que as pessoas têm para dizer, criando um relacionamento de troca, dar e receber, criar contextos para que as pessoas isoladas ou silenciadas possam ser compreendidas), (ii) contextualização entre a situação individual e o meio envolvente, (iii) expansão das capacidades e recursos das pessoas e do seu meio, respeito pelo ritmo da pessoa,

preferências e necessidades expressas (quer da pessoa, grupo ou comunidade), e por fim, (v) ter voz e influência sobre as decisões que lhe dizem respeito (Pinto, 2001, *in* Fazenda 1988: 5).

Friedmann (1996) aponta também quatro tipos de poder: o identitário, o económico, o social e, por fim, o poder político.

O poder **identitário** é responsável pelo aumento da autoestima e auto-reconhecimento, do sentimento de pertença e da proatividade. Este tipo de poder é muito importante, pois os outros poderes não serão suficientes se as pessoas não acreditarem que possuem este, para terem plena condição de acionar a sua estratégia de ação. O poder **económico** relaciona-se com a sustentabilidade material, uma vez que garante a condição mínima de sobrevivência

O poder **social** reporta para a capacidade que a pessoa tem, no contexto em que se encontra, para a intensidade com que a voz dos sujeitos é ouvida e legitimada. É fundamental o acesso à informação, às instituições e a mecanismos associativos, de forma a serem tomadas decisões racionais.

O poder **político** refere-se à participação ativa nas decisões que afetam os indivíduos, o que pressupõe acesso à informação, razoáveis níveis de instrução política e democrática, e capital social. Estes recursos podem ser fortalecidos pela existência de um desenho institucional que promova a participação do cidadão, para que esta não se restrinja ao processo eleitoral, mas também à participação mais direta na formulação e implementação de políticas.

Poderemos considerar que todos estes tipos de “poder” são importantes para as pessoas com deficiência. As próprias pessoas portadoras de deficiência mental moderada podem ser empoderadas no sentido de terem poder e capacidade de resolver os seus problemas, reconhecendo-se assim a sua autonomia e participação. Estes princípios integrantes de uma política inclusiva poderão fazer parte das instituições e assim enriquecer a qualidade de serviços prestados e o consequente desenvolvimento dos cidadãos com deficiência que se encontram institucionalizados.

É possível ligar o termo *empowerment* ao de resiliência (capacidade de reagir eficazmente face à adversidade) pois se os sujeitos com deficiência e suas famílias forem resilientes, verificar-se-á, à partida, maior possibilidade de *empowerment* e capacidade de adaptação (Slap, 2001).

Entendamos que a resiliência não é um processo linear, porque um indivíduo pode apresentar-se como resiliente perante uma determinada situação mas, posteriormente, não o ser frente a outra. Nesse sentido, não podemos falar de indivíduos resilientes, mas da capacidade que o sujeito tem em determinados momentos e de acordo com as circunstâncias, de lidar com a adversidade.

Slap (2001) define a resiliência a partir da interação de fatores individuais, do contexto ambiental, de acontecimentos ao longo da vida e ainda de fatores de proteção. Devem ser superados os fatores de risco e serem desenvolvidos comportamentos adaptativos e adequados. A resiliência pode ser desenvolvida através de relações de confiança e de apoio. Deve ser estabelecida no dia-a-dia e a partir da ação de diferentes sujeitos, no contexto familiar e cultural, desde que haja uma relação de confiança, de respeito e de apoio.

Para além da relação *empowerment*/resiliência, existe uma outra, mas de sentido contrário, que “marca” as pessoas deficientes: o *empowerment*/exclusão. Para Roque Amaro (2000) os fatores de exclusão social estão associados às dimensões da exclusão social, (o “não ser”, o “não estar”, o “não fazer”, o “não criar”, o “não saber” e/ou o “não ter”), são situações de não realização de algumas ou de todas as dimensões do *empowerment*, que consiste na promoção e reforço de capacidades e competências a cinco níveis: Ser, Estar, Fazer, Criar, Saber).

A dimensão Ser está orientada a para a autoestima, a dignidade, a confiança em si mesmo, o auto-reconhecimento individual, as competências pessoais.

A dimensão **Estar** está relacionada com as redes de pertença social e familiar, de convívio, de retoma ou desenvolvimento das interações sociais, entre outras.

A dimensão **Fazer** refere-se a tarefas realizadas e socialmente reconhecidas, como as competências profissionais, a aprendizagem de tarefas que sejam úteis, a partilha de saberes-fazer, por exemplo sob a forma de trabalho remunerado ou mesmo sob a forma de trabalho voluntário.

A dimensão **Criar** frisa a capacidade de empreender, sonhar, concretizar projetos e ter iniciativas que tenham riscos.

Relativamente ao **Saber** baseia-se no acesso à informação escolar e extraescolar, ao desenvolvimento de modelos de leitura da realidade e capacidade crítica em relação à sociedade e ao contexto envolvente.

Algumas destas dimensões assemelham-se aos “poderes” atrás mencionados por Friedmann (1996), assim poder-se-á relacionar o **ser** com o poder identitário, o **fazer** com o poder económico, e o **estar** e **saber** com o poder social.

Para além destas dimensões que irão ser abordadas na parte metodológica, será também mencionado o poder político referenciado por Friedmann (1996) e que Pinto (2001) descreve como o **poder de**, o **poder para** e o **poder sobre** e esta escolha deve-se ao fato de reconhecermos que é necessário centrar o campo de ação em todas as dimensões acima descritas. Par tal utilizarei ainda indicadores relacionados com estas dimensões.

Os processos do *empowerment*, devem ser eficazes, propiciar uma melhor qualidade de vida e bem-estar aos cidadãos institucionalizados (no caso do nosso estudo: as pessoas com deficiência) através das dimensões do ser, estar, saber, fazer e decidir.. Esta abordagem “procura o fortalecimento das pessoas através de organizações de inter-ajuda, nas quais o papel dos profissionais é colaborar com as pessoas em vez de as controlar.” (Rappaport, 1990, *in* Fazenda 1988: 7).

### 1.3.1. A Inovação Social

Embora na área da deficiência seja já longa a experiência no desenvolvimento de competências, tanto nesta área como em outras não têm havido um aprofundamento e reflexão

sobre quais são as competências cruciais para reduzir a vulnerabilidade à exclusão. As teorias do *empowerment* são relativamente recentes e pese embora o facto de estarem ainda em desenvolvimento, podem dar significativos contributos, quando cruzadas com as teorias da exclusão social, no sentido de se identificar um leque mais alargado de competências a transmitir, de um modo articulado, no sentido de se potenciarem trajetórias de cidadania plena. Estamos perante um campo em que no cruzamento da teoria com a empiria é fundamental uma aposta na inovação social.

O termo da inovação social foi utilizado pela primeira vez no início de 1970. Para (Taylor 1970, *in* Silva 2011: 3), “a inovação social pode resultar da procura de respostas às necessidades sociais, introduzindo novas formas de fazer as coisas, tais como novas formas de lidar com a pobreza”.

O conceito ainda está em construção e diversos autores têm tentado estabelecer conceitos que caracterizem a inovação social como um campo respeitável e abrangente de investigação, além de já se terem realizado diversos estudos de caso que permitam compreender variados campos onde particularmente a inovação social acontece ou é necessária. Os autores pioneiros têm merecido destaque em função da pesquisa e do estabelecimento das bases conceituais para futuras pesquisas.

“O termo inovação social é utilizado por algumas abordagens nas áreas das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, principalmente com a intenção de referenciar mudanças sociais que visam a satisfação das necessidades humanas, procurando contemplar necessidades até então não supridas pelos atuais sistemas públicos ou organizacionais privados, (Moulaert *et al.*, 2005, *in* Silva 2011: 2).

Muitas iniciativas e muitos esforços já foram implementados e têm sido realizados na construção do conceito, bem como novas metodologias e indicadores.

Paralelamente à economia global, a economia social acelera, uma vez que as estruturas existentes e as políticas estabelecidas se mostram insatisfatórias na eliminação dos mais variados problemas como: as desigualdades sociais, as questões da sustentabilidade, ou ainda as mudanças climáticas. As ações voluntárias, as iniciativas na economia solidária, a intervenção de grupos de ação social e de ONGs, são uma constante e são cada vez mais os casos de sucesso no campo da inovação social (Murray *et al.*, 2010, *in* Bignetti 2011).

Os Programas oficiais de combate ao analfabetismo, ao consumo de drogas, à fome, e às doenças crónicas têm atenuado o sofrimento das populações necessitadas. No fundo os movimentos sociais preenchem as lacunas deixadas pela inação do Estado. “Na vida social de hoje, somos incessantemente confrontados pela questão de se e como é possível criar uma ordem social que permita uma melhor harmonização entre as necessidades e inclinações pessoais dos indivíduos, de um lado, e, do outro, as exigências feitas a cada indivíduo pelo trabalho cooperativo de muitos, pela manutenção e eficiência do todo o social. Não há dúvida de que isso - o desenvolvimento da sociedade de maneira a que não apenas alguns, mas a totalidade de seus membros tivessem a oportunidade de alcançar essa harmonia - é o que criaríamos se os nossos desejos tivessem poder suficiente sobre a realidade” (Elias, 1994 *in* Rocha 2008: 18).

Nos Estados Unidos, algumas universidades, têm desenvolvido programas de pesquisa e cursos específicos sobre o tema. No Canadá, as atividades do CRISES (Centre de Recherche sur les Innovations Sociales), aparecem como resultado de uma rede formada por universidades do Québec que se unem através de projetos comuns.

Na Europa, a Universidade de Cambridge e o projeto EMUDE (Emerging User Demands for Sustainable Solutions), o ISESS, (Innovation and Social Entrepreneurship in Social Services), entre outros, fazem pesquisas, estudos e realizam ações de caráter social.

(Murray *et al.*, 2010, *in* Bignetti 2011: 4) definem a inovação social como sendo “uma ferramenta para uma visão alternativa ao desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (e *empowerment*) através da inovação nas relações no seio da vizinhança comunitária”.

Uma análise da literatura confirma que não há um consenso sobre a definição de inovação social e o que ela abrange. Na realidade, o tema é menos conhecido, quando comparado com a vasta literatura existente sobre a inovação no seu sentido mais amplo, (Mulgan *et al.*, 2007 *in* Bignetti 2011: 5) afirmam que “uma pesquisa extensiva por eles realizada não encontrou apreciações consistentes, nem bases de dados ou análises longitudinais sobre o tema. Ainda mais, indicam que há poucas instituições propensas a financiar estudos sobre a inovação social”.

A procura de uma definição consistente, entre os diferentes autores e as diferentes instituições resulta, num amontoado de conceitos, alguns particulares, outros gerais.

A variedade das noções, contudo, evidencia como este tipo de inovação procura beneficiar os seres humanos, diferentemente das noções económicas tradicionais sobre inovação, viradas para os benefícios financeiros. “As teorias económicas partem de pressupostos baseados no autointeresse dos atores económicos, enquanto a inovação social se interessa pelos grupos sociais e pela comunidade” (*Ibidem*:5).

(Santos, 2009, *in* Bignetti 2011: 7) também partilha da mesma ideia e afirma que “em relação à estratégia, é possível inferir-se que, enquanto de um lado se procuram vantagens competitivas, do outro o objetivo é cooperar para resolver questões sociais”.

É, pois, útil distinguir entre inovação empresarial da inovação social, porque esta separação evidencia que muitas vezes a produção de novas ideias não são criadas com a finalidade de ganhar dinheiro. Enquanto o recurso para a primeira é o resultado económico e financeiro, a inovação social pode depender de outros recursos, como o reconhecimento político, trabalho voluntário e a filantropia.

“A medição e avaliação da inovação social podem, portanto, exigir métricas completamente diferentes” (Mulgan *et al.*, 2007, *in* Silva 2011: 4).

Existem características particulares entre a inovação empresarial e a inovação social, no entanto, podem tornar-se menos claras porque a inovação social resulta do empreendedorismo social e de soluções inovadoras, na tentativa de captar transformações sociais.

Uma primeira aproximação que discute características da inovação social foi apresentada por (Chambon *et al.*, 1982, *in* Bignetti 2011: 8) que indicam quatro dimensões:

- Forma
- Processo
- Criação
- Implantação

Relativamente à **forma** a inovação social tem a característica de ser intangível ou imaterial, vinculando-se mais à ideia de “serviço” do que de “produto”.

Quanto ao **processo** de **criação** e de **implantação** destaca-se a participação das pessoas envolvidas, que não são vistas apenas como beneficiárias, ou clientes, mas como participantes efetivas ao longo do processo.

Em relação aos atores, a inovação social desenvolve-se através de uma diversidade de intervenientes: empreendedores sociais, agentes governamentais, empresários e empresas, trabalhadores sociais, organizações não-governamentais, representantes da sociedade civil, movimentos, e beneficiários.

Os “atores podem representar interesses diversos e pontos de vista antagônicos, exigindo que o processo contemple a conciliação e o ajustamento entre eles” (Bouchard, 1997, *in* Bignetti 2011: 8).

Os objetivos a que se propõe a inovação social ligam-se à resolução de problemas sociais, geralmente deixados à margem, quer pelas políticas públicas, quer por ações dos membros da sociedade em geral. Torna-se importante viver numa sociedade solidária e justa, sendo necessários novos projetos, a partir de novas ideias. É essencial criar condições para o desenvolvimento sustentável e novos caminhos para o crescimento.

“A inovação social pode fornecer uma possível resposta à indagação de Adam Smith sobre a forma como a riqueza é acumulada: a riqueza das nações é, em última análise a riqueza de ideias” (Dobrescu, 2009, *in* Silva 2011: 6).

---

## Capítulo 2 - Estratégia Metodológica

“Temos de nos proteger de dois defeitos opostos: um cientismo ingênuo que consiste em crer na possibilidade de estabelecer verdades definitivas e de adotar um rigor análogo ao dos físicos e biólogos; ou um ceticismo que negaria a própria possibilidade de conhecimento científico”

(Quivy e Campenhoudt, 1992:6)

### 2.1. Da pergunta de partida à operacionalização do conceito de *empowerment*

O investigador “deve procurar enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual tenta exprimir o mais exatamente possível o que se procura saber, elucidar, compreender melhor”, (Quivy e Campenhoudt, 1992: 6). É então importante referir qual a pergunta de partida, devendo esta ser precisa, não vaga, e realista, no sentido de poder constituir o fio condutor de todo o trabalho.

Definimos então a seguinte pergunta de partida:

*De que modo poderá o empowerment contribuir para a inserção de pessoas com deficiência mental moderada na CerciGuarda?*

Torna-se indispensável agora apresentar os objetivos, gerais e específicos, depois de elaborada a pergunta de partida.

Segundo Moreira, (1994: 20) “a definição dos objetivos é de importância decisiva porque permite orientar todo o processo de pesquisa. Praticamente toda a investigação procura encontrar resposta ou solução para um determinado problema”. Deste modo os objetivos gerais são o ponto de partida que enunciam a direção a adotar, mas não possibilitam que se parta para a pesquisa.

Assim atribui-se grande importância aos objetivos específicos, na medida em que estes visam “descrever, nos termos mais claros possíveis, exatamente o que será obtido num levantamento (...) referem-se a características que podem ser observadas e mensuradas”, (Gil, 1993: 86-87).

## Objetivo Geral

Investigar se a CERCI da Guarda contribui para o *empowerment* dos seus utentes com deficiência mental moderada de modo a reduzir a sua vulnerabilidade à exclusão social.

## Objetivos Específicos

- Perceber se a CERCIG contribui para o desenvolvimento do saber “SER”, ou seja, para que as pessoas com deficiência mental moderada possam ter “poder identitário”
- Entender se a instituição fornece competências para o saber “FAZER”, no sentido de estas pessoas virem a ter “poder económico”
- Verificar se a CERCIG lhes concede realmente o saber “SABER”, e o saber “ESTAR”, de modo a que os deficientes sejam dotados de “poder social”
- Identificar ainda como a CERCIG promove nestes cidadãos o poder sobre..., poder para..., e poder de..., para que possam vir a ser dotados de “poder político”

Torna-se então pertinente, a análise destas questões, no sentido de dar resposta ao objetivo geral enunciado.

Mediante os objetivos específicos enunciados apresentam-se nas tabelas seguintes as dimensões e indicadores do conceito de *empowerment* tendo como base a bibliografia lida e a reflexão feita.

Conceito	Dimensões	Indicadores
<b>EMPOWERMENT</b>	SABER SER/ (poder identitário)	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Autoestima</li> <li>· Sentimento de Pertença</li> </ul>
	SABER FAZER/ (poder económico)	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Competências Profissionais</li> <li>· Recursos Económicos</li> </ul>
	SABER ESTAR/ SABER SABER poder social)	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Redes de sociabilidade</li> <li>· Acesso à informação escolar</li> </ul>
	SABER DECIDIR (poder político)	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Fazer Escolhas</li> <li>· Influenciar os Outros/Resistir às Ideias dos outros</li> </ul>

Tabela 1- Operacionalização do conceito de *empowerment*

## 2.2 As Opções Metodológicas

Segundo Quivy (1998: 31) “Uma Investigação é, por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica”. Desta forma, a seleção, a elaboração e a organização do trabalho variam de investigação para investigação, uma vez que a investigação social não é uma encadeação de métodos e técnicas fixas, com uma ordem inalterável. É certo que todas as investigações têm que obedecer a alguns princípios estáveis e idênticos, mas existem muitos caminhos que podem ser percorridos e que conduzem ao conhecimento científico.

Assim face ao objeto de estudo deste trabalho e mediante o processo de *empowerment* para a promoção e reforço das capacidades e competências das pessoas portadoras de deficiência mental moderada pretende-se aferir o modo com que a instituição funciona ou não, no sentido de contribuir para que as pessoas portadoras de deficiência moderada sejam empoderadas em áreas fulcrais ao desenvolvimento humano como as vertentes do saber ser, saber saber, saber estar, saber fazer e saber decidir

A escolha destas dimensões deve-se ao fato de reconhecermos que a auto-confiança, a capacidade de decidir e agir por si próprio, a capacitação para controlar a sua própria vida e de assumir a sua identidade, que se encontram descritas anteriormente, visam um processo de criação e utilização de recursos dos próprios indivíduos, ou seja de poder psicológico, sociocultural, político e até económico. Em suma são fundamentais para que a pessoa portadora de deficiência se possa vir a sentir integrada em sociedade. Por entendermos que se trata de uma realidade, cuja informação pretendida, é difícil de obter pelas técnicas de quantificação, optámos então por uma metodologia qualitativa. Com a metodologia qualitativa pretende-se, nesta dissertação, captar os significados que as pessoas dão a determinado fenómeno social.

A distinção entre as várias investigações científicas centra-se nomeadamente, segundo Almeida *et al.* (1994), na origem da investigação, na natureza dos objetivos da pesquisa, bem como no uso dominante de determinadas técnicas.

Sendo assim, há dois tipos de metodologias, a qualitativa e a quantitativa, que podem ser aplicadas pelos investigadores, quer de uma forma complementar, quer de forma isolada. Para Lessard *et al.* (1994), podem ser identificadas duas posturas diferentes ao analisar o tipo de relação que existe, ou pode existir, entre metodologia quantitativa e metodologia qualitativa. Neste sentido uma das posturas defende que há “um continuum” entre as duas metodologias, sendo que a outra postura entende que há uma dicotomia entre estas duas abordagens. Contudo, torna-se importante salientar que, apesar de alguns dos autores considerarem que há “um continuum” entre a metodologia qualitativa e a metodologia quantitativa, o fato é que ambas têm diferentes características. Segundo Moreira (1994), um aspeto de diferenciação, entre essas metodologias, que importa realçar é a forma como se analisam e recolhem os dados. Seguindo de perto Lakatos *et al.* (1991: 163) “a escolha dos métodos e das técnicas de pesquisa está

intimamente ligada com o problema a ser pesquisado”. Deste modo, “tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queira confirmar, ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato” (*Ibidem*: 163).

(Minayo, 1996, *in* Valdete 2005: 68) defende que “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, este tipo de pesquisa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Esta metodologia entende que a validade dos dados passa pela importância que é dada à compreensão dos comportamentos/ações dos participantes na investigação. Nesta ótica, a abordagem qualitativa defende que os observados não são portadores de determinadas características que possam ser manipuladas estatisticamente, mas sim atores que atribuem determinados significados às suas ações, tendo estes significados de ser estudados para depois possibilitar a sua compreensão e interpretação. Por outras palavras, deve-se compreender os significados que os indivíduos atribuem às suas ações, o que implica dar valor às experiências vividas pelos observados, bem como identificar as relações de sentido/influência.

Torna-se depois imperativo selecionar as técnicas que se apresentam mais adequadas ao estudo em questão, de forma a certificar a validade instrumental da investigação. Como técnicas serão utilizadas entrevistas semi-diretivas e diretivas, a análise documental, e a observação. Antes de iniciarmos uma entrevista, é importante perceber com quem é útil ter uma entrevista, em que consiste e a forma como será elaborada. Esta é elaborada numa lógica de estratégia de investigação intensiva, dado que trata em profundidade características, opiniões e problemáticas relativas a uma população determinada, neste caso as pessoas com deficiência mental moderada. A entrevista assenta na recolha de informações que utilizam a forma de comunicação verbal. Quanto maior a liberdade e a iniciativa dos intervenientes maior a duração da entrevista e será também mais profunda e mais rica a informação recolhida (Almeida *et al.*, 1994).

De acordo com Lakatos *et al* (1991: 195), a entrevista “é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Desta forma a entrevista tem como finalidade a obtenção, por parte do investigador, de determinadas informações acerca do assunto a pesquisar.

Na metodologia qualitativa o número de pessoas inquiridas nem sempre é pré-determinado, a quantidade de entrevistas depende da qualidade das informações obtidas em cada uma das entrevistas, assim como da sua profundidade, pontos divergentes, e da coerência das informações recolhidas.

Tínhamos o propósito de inicialmente utilizarmos a entrevista semi-diretiva, segundo a qual o entrevistador segue determinadas perguntas centrais, altera a sua sequência, introduz novas questões e adapta-as ao nível da compreensão dos entrevistados. O entrevistador orienta ainda a entrevista de forma a atingir os objetivos da pesquisa em questão (*Ibidem*: 1994). Face às dificuldades logo encontradas, no 1º grupo de entrevistados, onde foi difícil aos respondentes

aprofundarem as suas respostas, optou-se, num segundo momento por entrevistas mais diretivas; desse modo, teve que se reforçar a recolha de dados através das outras técnicas: a análise documental e a observação.

As entrevistas diretivas foram então elaboradas mediante um guião inteiramente estruturado, havendo assim maior uniformidade no tipo de informação recolhida “O principal motivo deste zelo é a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferença nas perguntas”, (Lakatos, 1996, *in* Quaresma 2005: 7).

Foram entrevistados uma pessoa com deficiência mental moderada que já frequentou a CERCIG, quatro técnicos, dois auxiliares, e um cuidador, num total foram oito inquiridos.

É importante definir os critérios de seleção dos entrevistados, uma vez que eles interferem diretamente na qualidade das informações recolhidas para depois ser possível construir a análise e chegar à compreensão das respostas obtidas.

Antes de cada entrevista, os entrevistados foram informados da confidencialidade das informações prestadas, bem como da minha função enquanto estudante.

No que respeita à análise documental, pretendemos analisar dados estatísticos, documentos usados pela instituição e a legislação relacionada com o tema da deficiência.

Foi nosso intuito recolher ainda dados através da observação. Esta é considerada “uma coleta de dados para conseguir informações sob determinados aspetos da realidade. Ajuda o pesquisador a identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam o seu comportamento” (Lakatos, 1996, *in* Quaresma 2005: 3).

É importante, como já se referiu, saber quais os tipos de dados a recolher, como também a margem de manobra do investigador (prazos, contatos, as próprias aptidões. Quivy e Campenhoudt (2008: 157) explicam que “um dos critérios é a margem de manobra do investigador, “os prazos e os recursos de que dispõe, os contatos e as informações com que pode razoavelmente contar, as suas próprias aptidões, (...)”. “Não é de estranhar, que na maior parte das vezes, o campo de investigação se situe na sociedade onde vive o próprio investigador. Isto não constitui, *a priori*, um inconveniente nem uma vantagem” (*Ibidem*: 158).

A preparação e a análise de dados que foram recolhidos ao longo da investigação decorreram da categorização e identificação adequada aos seus conteúdos. Com vista à sua análise temática, transcreveram-se todas as entrevistas. A partir de então elaboraram-se as sinopses das entrevistas (Apêndice B), de forma a ser processado todo o conhecimento e identificação de relações para avançarmos na compreensão do objeto de estudo.

De modo a facilitar o tratamento dos dados recolhidos, houve a necessidade de atribuir um número a cada entrevista, bem como diferentes letras, diferenciando assim, cuidadores (EA1), profissionais (EB1-EB6) e uma pessoa com deficiência mental moderada (EC1).

Entrevista N°	Identificação do Profissional		
	Idade	Função	Habilitações Literárias
EB1	24	Psicóloga (1º grupo entrevistas)	Licenciatura
EB2	36	Professora (1º grupo entrevistas)	Licenciatura
EB1	24	Psicóloga (2º grupo entrevistas)	Licenciatura
EB2	36	Professora (2º grupo entrevistas)	Licenciatura
EB3	51	Auxiliar Pedagógica (1º grupo entrevistas)	12º Ano
EB4	56	Auxiliar Pedagógica (1º grupo entrevistas)	12º Ano
EB5	47	Diretora Pedagógica (1º grupo entrevistas)	Licenciatura Professora
EB6	27	Diretora Técnica (2º grupo entrevistas)	Licenciatura Serviço Social
EA1	51	Auxiliar Ação Direta (Cuidadora) (1º grupo entrevistas)	9º Ano
EC1	28	Servente de Obras Públicas (pessoa deficiência mental moderada) (1º grupo entrevistas)	9º Ano

Tabela 2- Lista de pessoas entrevistadas

---

## Parte Empírica

---

## Capítulo 3 - Trabalho de Campo

Para Guerra (2006:37) “as primeiras análises são geralmente descritivas e empíricas, mas não se despreza o interesse da análise descritiva como primeiro nível de abordagem do funcionamento da vida social”. Portanto é fundamental agora dar relevo à parte empírica, baseada na pergunta de partida e nos objetivos específicos deste trabalho, e esta análise será sempre baseada no corpo teórico da primeira parte.

Importa neste capítulo perceber se a CERCIG contribui para o *empowerment* dos seus utentes com deficiência mental moderada, minimizando a sua vulnerabilidade à exclusão social

Neste sentido, recorrendo à parte da terminologia de Soulet (2000) serão abordados os fatores macro e meso ligados às pessoas portadoras de deficiência mental moderada.

Na segunda seção, centraremos a atenção nos fatores micro. É no seio destes fatores que integramos a CERCIG, a sua missão e funcionamento, pois trata-se de uma entidade crucial para desencadear mecanismos de inserção (nomeadamente de *empowerment*) junto das pessoas com deficiência mental moderada, no sentido de contribuir para a sua integração social.

### 3.1. Exclusão social: os fatores de ordem macro, meso e micro

Os fatores de ordem macro estão relacionados com a globalização da atividade económica, o sistema económico, o funcionamento da economia, as políticas distributivas, os valores sociais e culturais dominantes, bem como as políticas vigentes. De todos os fatores enunciados, nomeadamente da adequabilidade das políticas e da sua implementação dependerá uma maior ou menor vulnerabilidade à exclusão por parte das pessoas com deficiência mental moderada.

Compete ao Estado a coordenação e articulação de todas as políticas e ações setoriais, a nível regional, nacional e local, assegurando à pessoa com deficiência a transição entre o processo de reabilitação e integração<sup>5</sup>, destaca-se a nova legislação que foi publicada em 2006, na área das acessibilidades e da anti discriminação das pessoas com deficiência, bem como o 1º Plano de Ação para a Integração das Pessoas Deficiências ou Incapacidade 2006-2009 (PAIPDI). O primeiro constitui um marco das questões de deficiência em Portugal, porque reconhece finalmente uma antiga reivindicação do MPD que, até então, se encontrava apenas incluída de

---

<sup>5</sup> Lei N.º 9/89 de maio 4)

forma genérica na CRP ao estabelecer que “Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei” (artigo 13.º, n. 1).

O segundo documento (PAIPDI) representa uma evolução relativamente à abordagem política da deficiência, no sentido de uma perspetiva integrada.

Os fatores de ordem meso estão mais relacionados com fatores de ordem local/regional, nomeadamente com as políticas autárquicas, o funcionamento das redes sociais e a organização da sociedade civil.

A Câmara Municipal da Guarda congrega uma série de dispositivos de apoio à população vulnerável à exclusão. Através da Divisão de Desenvolvimento Humano e Social (DDHS), tem como uma das suas missões implementar políticas sociais para a população vulnerável à exclusão ou já nessa situação. Em segundo lugar, a autarquia promove, diversas vezes por ano, ações de sensibilização e *workshops*, visando a temática das diferenciações sociais, culturais ou económicas.

O Município da Guarda criou, em terceiro lugar, um Fundo Municipal de Emergência Social (FMES). É um instrumento colaborante de intervenção social da autarquia em articulação com as demais entidades, locais e nacionais, de modo a combater a pobreza e exclusão social. Este fundo rege-se pelo regulamento publicado em Diário da República, 2ª série, de 15 de Março de 2012<sup>6</sup>.

Em quarto lugar, através de um protocolo de cooperação entre o Instituto Nacional de Reabilitação e a CMG, assinado a 28 de Novembro de 2007, foi criado ainda o SIM-PD (Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência). De acordo com o regulamento existente, visa combater a discriminação e, no fundo, integrar estas pessoas, com vista à sua participação social, económica e cultural.

O SIM-PD, enquanto serviço qualificado para atendimento de pessoas com deficiência e suas famílias, visa, por outro lado, promover o acesso das pessoas referidas a uma informação completa e integrada sobre os seus direitos, bem como sobre benefícios e respostas disponíveis para as suas necessidades. Procura assim respostas e soluções, assim como o respetivo encaminhamento, para cada situação apresentada, incluindo a sua motivação e capacitação para a aquisição de competências.

Em quinto lugar, a CMG, atribui cartões sociais, enquanto complementos sociais, à população mais vulnerável, nomeadamente aos deficientes, para que possa utilizar regularmente os transportes coletivos (com um desconto de 60%) e proporciona ainda o acesso à informação através do Espaço Internet.

O município da Guarda dispõe de uma biblioteca (Biblioteca Eduardo Lourenço), e de um teatro - o TMG (Teatro Municipal da Guarda) - enquanto equipamentos fundamentais no acesso à informação, educação e cultura. Ambos estão dotados de boas acessibilidades para os deficientes e, ainda, do Parque Urbano do Rio Diz, onde é possível praticar diversas modalidades desportivas ou outras, gratuitamente. Importará, mais tarde, avaliar até que ponto todas as iniciativas

---

<sup>6</sup> Consultar em [guarda.pt/fotos2/DRH/regulamentointerno2011.pdf](http://guarda.pt/fotos2/DRH/regulamentointerno2011.pdf)

referidas se concretizam e de que modo, tendo em conta os seus objetivos, e de que modo se articulam com as iniciativas de outras entidades que intervêm no domínio da exclusão.

Mas, refletindo mais sobre as pessoas com deficiência, podemos desde já afirmar que a cidade apresenta ainda muitos obstáculos, quanto às acessibilidades, apesar de estar em curso o Plano de Obras da Regeneração Urbana.

## 3.2 Características de Deficiência Mental Moderada

O traçar de planos e estratégias de *empowerment* implica que os profissionais conheçam as características das pessoas com deficiência mental moderada.

A deficiência mental é o termo que se utiliza quando uma pessoa apresenta determinadas limitações no funcionamento mental e no desempenho de tarefas, como a: comunicação, cuidado pessoal e de relacionamento social. Estas limitações provocam maior dificuldade no processo de aprendizagem e de desenvolvimento.

Algumas correntes tentam explicar e definir deficiência fundamentando-se no campo científico e profissional. Cada uma delas propõe linhas de intervenção e tratamento, de acordo com a sua perspetiva teórica, mas todas elas têm implícito o conceito de inteligência. Como exemplo, podemos referir Bautista (1997) e a corrente sociológica, a qual defende que o deficiente mental é aquele que apresenta dificuldades em se adaptar ao meio social em que vive e desenvolver uma vida autónoma;

Também a *American Association on Mental Retardation* (A.A.M.R) propôs uma nova definição: “A deficiência mental faz referência a limitações substanciais no funcionamento atual. Caracteriza-se por um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, que geralmente coexiste com limitações em uma ou mais das seguintes áreas de habilidade de adaptação: comunicação, autonomia, vida em família, habilidades sociais, utilização da comunidade, auto-orientação, saúde e segurança, habilidades académicas funcionais tempo livre e trabalho. A deficiência mental manifesta-se antes dos 18 anos” (cit Muntaner, 1998: 27).

“... O Défice pode estar associado a uma síndrome genético, outras vezes pode ser resultante de incapacidades moderadas ao nível das funções intelectuais, mas sem comprometimento genético... Alguns manifestam dificuldades ao nível das funções cognitivas de nível superior, nomeadamente raciocínio abstrato, capacidade de resolução de problemas e de tomada de decisões, flexibilidade cognitiva... Alguns dos sujeitos podem manifestar dificuldades ao nível do temperamento e personalidade...” (EB1)

“Talvez as mais comuns sejam as limitações em termos intelectuais; impeditivas, por ex., de realizar um percurso escolar comum às pessoas com a mesma idade; mas, por outro lado, podem não existir limitações em termos da autonomia e das rotinas da vida diária...” (EB2)

*“... São capazes de adquirir hábitos de autonomia pessoal e social; conseguem aprender a comunicar pela linguagem oral, embora apresentem algumas dificuldades na vertente da expressão e compreensão oral. Apesar disso muito dificilmente consegue alcançar técnicas de leitura, escrita e cálculo” (EB6)*

“A deficiência mental não é apenas provocada por fatores físicos e biológicos, mas, também, por uma infinidade de elementos sociais e culturais que predispõem ou conduzem à deficiência. Pode ter origem em fatores genéticos ou ambientais.

### **3.2.1 Pessoas com deficiência mental moderada: diagnóstico e acompanhamento**

Os fatores de ordem micro decorrem das trajetórias pessoais e familiares, da capacidade que as pessoas têm para aproveitar os recursos dispostos pela sociedade e das competências e qualidade de intervenção de entidades no sentido de fazerem enveredar os seus públicos-alvo por uma trajetória de inserção. É nos fatores micro que poderemos inserir a CERCIG, pois uma intervenção efetiva e eficaz da sua parte, em paralelo com a das famílias, poderá ser o passo indispensável para acionar trajetórias de inclusão junto das pessoas com deficiência mental moderada; uma vez que estas, só por si, terão, em muitos casos, dificuldade em fazê-lo.

A CERCIG foi criada para dar respostas a crianças com deficiência no distrito da Guarda. Esta ideia surgiu em 1977 através de um grupo de pais e vários voluntários. Todas as CERCI`S estão intrinsecamente associadas à Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI), uma vez que esta é uma Instituição de Utilidade Pública que representa as Cooperativas de Solidariedade Social. A FENACERCI dispõe-se a promover a qualidade e sustentabilidade das respostas disponibilizadas pelas Associadas, e por esta via a promoção dos direitos das pessoas por estas apoiadas, pela via de processos de representação e formação sustentadas em lógicas de reconhecimento, validação e acreditação na comunidade e junto dos interlocutores institucionais<sup>7</sup>.

Olhando para o regulamento interno da CERCIG, verificamos que a instituição visa: (i) promover a responsabilidade, o respeito e a equidade, o desenvolvimento pessoal, o bem-estar social e pessoal; (ii) assegurar a manutenção e estimulação da autonomia pessoal e social independentemente das tipologias e/ou graus de deficiência; (iii) proporcionar a inserção sociocomunitária, através de atividades de inclusão onde se privilegia o intercâmbio com outras entidades. Para serem alcançados esses propósitos, as atividades são, de acordo com a instituição, organizadas de forma personalizada e de acordo com as expectativas, as necessidades e as capacidades de cada um, nas diferentes respostas sociais: Valência Educativa (VE); Centro

---

<sup>7</sup> Consultar em <http://www.fenacerci.pt/>

de Recursos Integrados (CRI); Intervenção Precoce (IP), Centro de Reabilitação Profissional (CRP) e Centro Atividades e Tempos Livres (CATL) - consultar Apêndice C.

Para Pinto, (2001), o *empowerment* é um processo que utiliza recursos através de um grupo ou comunidade, para dotar as pessoas de “poder”, contextualizando a sua situação individual e o ambiente envolvente.

No caso desta dissertação, reportamo-nos à CERCIG da Guarda e aos seus profissionais e à análise dos mecanismos utilizados, no sentido de serem delineados e implementados processos de *empowerment*. Essa análise contempla os seguintes pontos a abordar: as características da deficiência mental moderada, o modo como são feitos os diagnósticos aos utentes, as funcionalidades dos formulários Classificação Individual de Funcionalidade (CIF) e plano de Desenvolvimento Individual (PDI), os planos de acompanhamento, o tipo de acompanhamento (individual e em grupo) por parte da instituição e também, o envolvimento da família, a avaliação feita pela instituição aos seus públicos e a sustentabilidade daquela.

No Centro Atividades Ocupacionais (CAO) recorre-se a instrumentos de avaliação psicológica a fim de serem diagnosticadas as capacidades cognitivo-intelectuais, afetivas, emocionais e sociais dos utentes, embora previamente o grau de deficiência (alta, média ou reduzida) seja definida pelo médico.

*“Atendendo a que numa fase inicial do processo de acompanhamento psicológico se realiza um processo de avaliação consegue-se deter uma maior compreensibilidade do caso do menino específico...”* (EB1)

Essa avaliação abrange vários contextos: a avaliação pedagógica (dificuldades de aprendizagem, prognóstico de sucesso escolar, identificação de casos de sobredotação), o diagnóstico de défices neurológicos, estudar competências de memória, motivações afetivas, no fundo possibilita o desenvolvimento de uma intervenção psicoterapêutica adequada e eficaz ao problema em causa.

.

### 3.2.2. Mecanismos de diagnóstico (CIF e PDI)

Pretendemos saber quais os mecanismos de diagnóstico utilizados no CAO, resposta social da CERCIG onde incide a investigação, de modo a averiguar se é utilizada a classificação CIF ou outro tipo de diagnóstico. Mas antes é pertinente entender qual o percurso educativo das pessoas que carecem de necessidades educativas especiais até ao momento de serem integrados no CAO.

A partir da consulta de desenvolvimento, feita pelo médico, num local de saúde, realizam-se avaliações de diferentes áreas/especialidade de saúde. Neste sentido, vai sendo realizada uma comparação com o grupo normativo de pertença (grupo de sujeitos da mesma

idade ou gênero com o qual comparamos as crianças a fim de ser verificado o estado de saúde, detendo uma ideia acerca da normalidade ou não)

*“...A consulta de desenvolvimento é promovida pela Unidade Local de Saúde... e caso seja elaborada uma avaliação (para não enviesar resultados e para evitar efeitos teste reteste esta deverá assumir um espaço de um ano) será preenchida pelos diversos profissionais a parte respeitante às funções do corpo da CIF para uniformizar e quantificar as dificuldades resultantes da avaliação multidisciplinar elaborada...”* (EB1)

Se ao entrar na escola primária a criança apresenta dificuldades cognitivas ou algum tipo de deficiência, depois de realizados relatórios de avaliação técnica, (que com base na CIF qualificam as diferentes dificuldades pelo grau e intensidade), necessitará *a priori* de necessidades educativas especiais de caráter permanente, apoiada por profissionais, neste caso, da CERGIG, nas valências: CRI ou VE.

Tal acontece porque o Estado, “obrigou” através do decreto-lei 3/2008 as pessoas com este tipo de necessidades, bem como as pessoas com deficiência a frequentar a escola, dita normal, mas delegou ao mesmo tempo, para as organizações do terceiro setor a provisão dos serviços sociais e no apoio às pessoas com deficiência. (Fontes, 2010). Estas valências sendo financiadas pelo Ministério da Educação, e provenientes da OMS pressupõem o uso da CIF.

A classificação é sempre preenchida juntamente com as escolas e as Instituições.

A CIF, é um instrumento utilizado para avaliar o estado de saúde e conseqüentemente as necessidades educativas especiais.

No formulário estão compreendidos três tipos de fatores: as funções do corpo, a atividade e participação e os fatores ambientais.

**As funções do corpo** - compreendem as funções sensoriais, as mentais (de consciência, orientação no espaço e no tempo, as funções intelectuais, temperamento e da personalidade, as funções do sono, atenção, memória, e psicomotoras), as funções da voz e da fala (a articulação, a fluência e o ritmo da fala), as funções do aparelho cardiovascular; as funções do aparelho digestivo e dos sistemas metabólicos e endócrino, as funções relacionadas com o movimento (mobilidade das articulações, as funções relacionadas com a força muscular e a resistência muscular, e ainda as funções relacionadas com os reflexos motores, e do movimento voluntário e involuntário).

**A atividade e a participação** estão relacionadas com a aprendizagem e aplicação de conhecimentos, aquisição de competências, tais como pensar, ler, escrever, calcular, resolver problemas e tomar decisões, comunicar e receber mensagens orais, não-verbais e escritas, produzir mensagens não-verbais, (através da linguagem formal dos sinais), escrever mensagens verbais, utilizando dispositivos e técnicas de comunicação, levantar e transportar objetos, através de atividades de motricidade fina da mão, ter autocuidados (lavar-se, cuidar de partes

do corpo, higiene pessoal relacionada com as excreções, vestir-se, comer, beber), produzir interações e relacionamentos interpessoais (interações interpessoais básicas e complexas, relacionamento com estranhos, vida comunitária, social e cívica (recreação e lazer).

**Os fatores ambientais** referem-se ao apoio e relacionamento com a família, amigos e restante comunidade, bem como com as atitudes individuais, relacionam-se ainda com os produtos e tecnologias, nomeadamente para a facilidade de mobilidade.

Ao analisarmos estes fatores constata-se que se aproximam das dimensões propostas por Amaro (2000) - saber ser, saber estar, saber saber, e saber fazer, e no que concerne ao *empowerment*, constata-se que este formulário não contempla a dimensão do saber decidir.

A psicóloga da CERCIG tem uma opinião favorável da CIF:

*“... A CIF uma vez que julgo ser uma mais-valia para uma melhor compreensibilidade das áreas de dificuldade do aluno e através deste preenchimento conseguimos direcionar o aluno para as respostas ajustadas.... A CIF reúne avaliações multidisciplinares e completas, quer em termos de funções do corpo (capacidades) quer em termos de atividade e participação (competências), podendo auxiliar o trabalho entre os elementos da equipa técnica, uma vez que o objetivo final é ajudar e cooperar favoravelmente a fim de minimizar as áreas de dificuldade daquela pessoa”* (EB1)

A partir da observação e das respostas obtidas sabe-se que o formulário da CIF não é utilizado no CAO. Este sendo financiado pelo IEFP e pela Segurança Social (e não pelo Ministério da Educação) não lhe é exigido o preenchimento da CIF.

No CAO são adotados outro tipo de documentos, elaborados internamente para proceder ao diagnóstico e avaliação das pessoas com deficiência mental moderada, de modo a ser elaborado o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e a ficha de programação

*“Os clientes do CAO são avaliados com base em documentos internos, que avaliam o seu grau de adaptação e evolução a determinadas atividades/terapias”* (EB6)

Reportando em primeiro lugar ao CAO, sabe-se que os critérios de admissão para as pessoas portadoras de deficiência mental moderada são: ter idade igual ou superior a 16 anos, uma vez que a partir dos 16 anos a idade escolar obrigatória cessa e não reunirem condições para, num dado momento das suas vidas integrar, programas de reabilitação profissional ou ter acesso ao regime de emprego protegido ou outro tipo de emprego.

Aqui é preenchida uma ficha de inscrição, onde constam, entre outros elementos: a fundamentação para a inscrição, as características do cliente, o tipo de deficiência, e as áreas de interesse do cliente.

Depois de a pessoa com deficiência mental moderada estar inscrita, procede-se ao levantamento das necessidades que é realizado através das características individuais da pessoa (potencialidades e dificuldades), de forma a se planeada a intervenção.

Seguidamente é elaborado o processo individual onde passa a constar: a ficha de inscrição, o relatório médico, o levantamento das necessidades, para que posteriormente seja anexado o PDI, a ficha de programação, o registo de avaliações, os registos gerais, as ocorrências/críticas ou sugestões e não conformidades.

Os componentes que constam no PDI são:

- **Identificação do utente** - onde consta o nome e a data de nascimento;
- **Síntese de avaliação** - onde estão relatados diversos aspetos entre os quais: o tipo de deficiência diagnosticada, (tipo de dificuldades, como, por exemplo, o atraso cognitivo, o défice de concentração, as necessidades ao nível da linguagem verbal e integração social, e ainda as atitudes em grupo);
- **Domínios de intervenção** - de que fazem parte o desenvolvimento pessoal, o bem-estar e a inclusão social;
- **Áreas a implementar** - a programação de cada uma das áreas a implementar encontra-se sempre em anexo na ficha de programação que envolve - conteúdos, objetivos gerais e específicos e as estratégias;
- **Avaliação do PDI** - refere-se à síntese de avaliação do desenvolvimento tendo em conta os registos de avaliação das atividades;

**Proposta de revisão do PDI** - esta proposta apenas acontece se houver tal necessidade.

No PDI, são apresentados os seguintes domínios de intervenção: o desenvolvimento pessoal, o bem-estar e a inclusão social. Estas dimensões têm um caráter de tal modo genérico, que não permitem identificar de um modo aprofundado e sistemático, as dificuldades ao nível do funcionamento mental e de execução de tarefas, entre outras, que as pessoas portadoras de deficiência mental moderada podem ter. Decorrente desta situação, também não há, para cada dificuldade passível de existir, a explicitação das competências que devem ser ministradas. Este “mapeamento” seria útil para a intervenção. A sua inexistência não permite uma atuação sistemática e articulada no sentido do empoderamento dos utentes referidos.

Para além do PDI com as características acima mencionadas, há fichas de programação elaboradas para as diversas atividades/disciplinas, nomeadamente a “Escolarização Funcional” e o “Ensino Estruturado”, onde também de uma maneira muito geral são estabelecidos objetivos gerais e específicos, bem como estratégias para todos os utentes que a frequentam independentemente do grau de deficiência mental moderada detido. Pela análise de 2 fichas de programação constata-se que os objetivos e as atividades apresentados são elementares, podendo colocar-se a dúvida se são as mais adequadas para pessoas com deficiência mental moderada com maiores níveis de cognição, e supor-se que se destinam às pessoas com deficiência mental moderada com maiores dificuldades.

Se compararmos este documento novamente com as dimensões do *empowerment*, verifica-se que na ficha de programação não estão mencionados o saber fazer e o saber decidir, dimensões que são abordadas na parte teórica.

A psicóloga acha mais produtivo e eficiente o preenchimento da CIF

*“Na CIF cada técnico preenche a área da sua competência, neste sentido e se tivermos responsabilidade e princípios de ética, para além do conhecimento inerente à atividade profissional que exercemos as dificuldades serão colmatadas. A avaliação recorre a vários instrumentos e metodologias com vista a realizar um preenchimento da checklist coerente e que se assuma de acordo com as dificuldades manifestadas. Julgo que se cada técnico intervir na sua área de especialização será mais produtivo e eficiente o preenchimento da mesma.” (EB1)*

Em terceiro lugar no registo de avaliação estão mencionados os objetivos a atingir, a avaliação e a apreciação descritiva

*“...Durante o ano são feitos dois momentos de avaliação, onde cada responsável de determinada área de intervenção apresenta se os objetivos traçados foram atingidos, parcialmente atingidos ou não atingidos. Trata-se de uma avaliação de atividades/terapias e não de uma avaliação de diagnóstico” (EB6)*

### **3.2.3. Tipo de acompanhamento**

O CAO integra uma equipa multidisciplinar - psicóloga, terapeuta da fala, fisioterapeuta, professores e a assistente social.

Em função do diagnóstico realizado a cada utente é elaborado pela equipa, como já mencionado o PDI (Plano de Desenvolvimento Individual). É organizado uma espécie de protocolo de intervenção, no qual serão incluídas terapias, apoios técnicos e os *ateliers* que frequentam (os principais motivos para frequentarem um determinado *atelier* em detrimento de outro, será também a eficácia percentual que o utente alcance com o plano individual que lhe é proposto)

*“Sim. Existem metas definidas para cada um dos clientes. É estabelecido um PDI para cada cliente, estando aí presente o trabalho global a desenvolver. Finalmente, em cada área desenvolvida é formulada uma programação individual, onde constam objetivos específicos a atingir...” (EB2)*

O acompanhamento das pessoas com deficiência é, de acordo com as declarações dos entrevistados, feito de um modo individualizado e em grupo. De um modo individualizado porque as áreas da terapia e reabilitação são específicas, no que concerne as atividades em grupo, todas as pessoas com deficiência mental moderada que frequentam o CAO estão integradas em atividades relacionadas, como verificado nas duas fichas de programação, somente com autonomia pessoal e a social

*“...Os clientes estão agrupados em grupos homogêneos com necessidades de respostas semelhantes. No entanto, desenvolvem-se atividades individuais, nomeadamente nas áreas terapêutica, de saúde e de reabilitação.”* (EB1)

Além das reuniões ocorrerem mensalmente para tratar destes assuntos, as reuniões relativas à avaliação ocorrem, como acima descrito, duas vezes por ano, uma de preparação para a ficha de programação e a outra para registar os momentos de avaliação.

Em relação à questão de os profissionais alterarem o tipo de acompanhamento em função da evolução registada pode constatar-se através dos estatutos, que os profissionais reúnem ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocados. De todas as reuniões são lavradas atas, sendo secretariadas de forma alternada pelos membros da equipa.

As reuniões mensais realizam-se para serem partilhadas informações relativas à adaptação e evolução de atividades e terapias de cada cliente e para serem ajustadas as necessidades à intervenção

*“Após a avaliação procede-se à elaboração e prática do protocolo de intervenção a fim de colmatar as áreas deficitárias e potenciar as áreas fortes do sujeito. O intuito é sempre o de propiciar um melhor bem-estar, qualidade de vida e de desenvolvimento individual global do sujeito, promovendo a sua autonomia e a realização ajustada das atividades funcionais...”* (EB1)

*“...Caso a necessidade se revele antes será elaborado novo Plano educativo individual ou novo plano de desenvolvimento individual a fim de ajustar as necessidades à intervenção...”* (EB1)

*“As reuniões de avaliação são um momento de partilha de informações respeitantes aos clientes, bem como ao modo de proceder e trabalhar com eles...”* (EB6)

Através do regulamento interno também podemos averiguar que a avaliação visa apoiar o sucesso dos PDIS permitindo o reajustamento, quanto à seleção de metodologias e recursos a utilizar em função das necessidades, bem como para certificar as diversas aprendizagens e competências definidas nos programas das diferentes áreas

*“... Os critérios são o dos resultados do processo avaliativo para que as dificuldades fiquem enquadradas de forma coerente, uma vez que sem um processo avaliativo coerente e ajustado, toda a intervenção estará comprometida”* (EB1)

As famílias têm também um papel fundamental para uma trajetória de inserção das pessoas com deficiência mental moderada, pelo que importou analisar até que ponto a

instituição se articula com as familiares dessas pessoas, no sentido de um esforço conjunto para trajetórias mais bem-sucedidas.

De acordo com as percepções dos técnicos entrevistados são diversas as atitudes e comportamentos dos pais face aos seus filhos

*“No grupo de representantes legais dos clientes da instituição, podemos evidenciar 3 posturas distintas:*

- 1) Um grupo de pais ou representantes legais que assumem uma postura de "acomodação" face à situação dos seus filhos, não acreditando muito que a situação possa alterar muito;*
- 2) Outros que acreditam e continuam a estimular e capacitar os seus filhos, no sentido de querer o melhor para eles e que eles possam ser responsáveis e participativos;*
- 3) Outros que depositam demasiadas expetativas, transferindo grande pressão para os seus filhos. Pressão essa que acaba, muitas vezes, por comprometer o desenvolvimento” (EB6)*

*“Podemos encontrar atitudes divergentes, há pais que ignoram as dificuldades e capacidades dos filhos e delineiam elevadas e irrealistas expetativas em relação ao percurso individual e profissional dos mesmos. Outros pais assumem posturas negligentes e desinvestem nos filhos, desvalorizando os seus potenciais e as suas capacidades, não cedendo suporte ou supervisão” (EB1)*

Expetativas tão diferenciadas dos familiares terão impactos diferentes nas trajetórias dos respetivos filhos; a família condicionará esses percursos, dado o seu papel central na socialização e no modo como ela se processa. Em função das expetativas detidas, surgirão percursos mais ou menos vulneráveis a uma trajetória de exclusão

*“A pessoa não vive desgarrada do seu contexto familiar e social, que “moldam” o seu comportamento” (EB2)*

A família será, para alguns profissionais, uma mais-valia na procura e escolha de um tipo de intervenção mais adequado em detrimento de outro, sendo, por esse facto estranho que não participem nas reuniões conducentes não só à elaboração do PDI como também ao seu reajustamento

*“Há muitas preocupações que, ao serem partilhadas contribuem para um maior conhecimento, ajudando a descobrir novas estratégias.” (EB2)*

*“Os pais não participam diretamente nas reuniões de avaliação. Em todo o caso, posteriormente todas as informações são dadas a conhecer a cada representante legal” (EB6)*

Irá abrir brevemente a Unidade Residencial da CERCIG para proporcionar alojamento a pessoas portadoras de deficiência que não tenham suporte familiar, ou que as suas famílias já não tenham condições para as sustentar ou manter no seu seio.

### 3.2.4 Atividades e Sustentabilidade

A “sustentabilidade é consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Se estas características forem aplicadas às sociedades humanas, essas também poderão alcançar a sustentabilidade” (Capra, 2006)<sup>8</sup>.

Nesta sub-dimensão foi fundamental aferir que tipo de atividades são realizadas por aqueles que ficam para sempre na instituição, se existem produtos resultantes dessas mesmas atividades e se são comercializados, de modo a verificar a sustentabilidade da instituição.

Quanto às atividades realizadas os entrevistados referem que

*“Há vendas pontuais em feiras...” (EB2)*

*“Os clientes que acabam por frequentar a Instituição a longo prazo realizam atividades de caráter ocupacionais. De um modo geral, os produtos são comercializados em certames ou feirinhas nas quais a Instituição participa. “ (EB6)*

Verificamos através da observação, que a instituição:

- Vende pequenos trabalhos realizados nos *ateliers* e oficinas
- Recebe donativos de entidades externas, nomeadamente a CMG e particulares
- Efetua a manutenção e serviços de jardinagem
- Participa na campanha de venda do pirilampo mágico, na qual as associações da FENACERCI beneficiam de 50% dos lucros da campanha.

Relativamente à sustentabilidade, neste momento a instituição não é autossuficiente, pois conta com o apoio financeiro da Segurança Social, do Ministério da Educação e Saúde e ainda do IEFP. Embora considere o que configura uma situação de baixas expectativas pois, soluções

<sup>8</sup> Consultar em [http://www.aedb.br/seget/artigos10/31\\_cons%20teor%20bacha.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf)

baseadas na inovação social poderiam permitir a criação de um número mais alargado de atividades e atividades de maior dimensão que pudessem vir a garantir a sustentabilidade da instituição. Tal situação permitiria por outro lado que a instituição tivesse capacidade financeira para receber mais utentes

*“Considerando a situação atual do país, a Instituição pode enfrentar algumas dificuldades que pode colocar em causa a sua sustentabilidade. No entanto, acredito que temos que ter uma ação cada vez mais abrangente, podendo assim responder a mais necessidades e continuar assumir um papel importante na sociedade”* (EB6)

*“A instituição reúne excelentes condições e infra estruturas, assume uma equipa técnica multidisciplinar e promove diversas respostas sociais a fim de ceder um contributo protetor e reabilitativo a estes cidadãos e de delinear uma trajetória desenvolvimental mais ajustada para os mesmos”* (EB1)

### **3.2.5. Perceções sobre as dimensões e os processos de *empowerment***

Como referimos nos capítulos teórico e metodológico desta dissertação, foram utilizadas na pesquisa as seguintes dimensões do *empowerment*: saber ser, saber fazer, saber saber/saber estar e saber decidir.

#### **Saber Ser**

A exclusão, pode induzir transformações da identidade do indivíduo, ou até num sentimento de inutilidade e incapacidade, daí entendemos que as pessoas com deficiência mental moderada devem ser empoderadas, pois tal implica a promoção e o reforço das capacidades e competências, e consequentemente o aumento da autoestima e auto-confiança (Roque Amaro, 2000).

Se tivermos em conta que o saber ser contribui para o poder identitário, verificamos que este é responsável pelo aumento da autoestima e autorreconhecimento, “sentimento de pertença e proatividade, este tipo de poder é muito importante, e os outros não serão suficientes se as pessoas não acreditarem que possuem tais recursos e que têm plena condição de acionar a sua estratégia de ação” (Friedman, 1996 *in* Meirelles 2007: 14).

Importa pois, em primeiro lugar, analisar as perceções que os profissionais têm sobre se são e como são transmitidas a autoestima e autoconfiança às pessoas com deficiência mental

moderada. Também parece relevante analisar se eles respeitam o ritmo e as características individuais destas pessoas e se dispõem dos recursos necessários

*“ (...) Beneficiam de um Plano de Desenvolvimento Individual onde estão contempladas as atividades funcionais de autonomia pessoal e social, como a higiene, que são simultaneamente trabalhadas em diversas áreas” (EB5)*

*“A instituição apresenta terapias e apoios direcionados para isso, para melhorar o bem-estar, a autonomia, e, conseqüentemente, a autoestima e a autoconfiança.” (EB1)*

*“Quer a autoestima, quer a confiança são transmitidas através de valores/atitudes“ (EB2)*

*“Valorizando as suas competências e tornando o mais pequeno progresso num grande sucesso” (EB5)*

Quando uma das pessoas entrevistadas se refere aos apoios, refere-se aos *ateliers* de “cabeleireira/estética”, e de educação física que contribuem também para a autoestima e autoconfiança das pessoas com deficiência mental moderada.

Aumentar a autoestima, bem como a autoconfiança requer e exige uma intervenção especializada por parte dos profissionais, sejam eles professores, psicólogos, auxiliares e até os dirigentes, requerendo uma formação especializada nesta área, indo assim de encontro às necessidades e às problemáticas desta população. Através da observação verificou-se que as principais áreas que são trabalhadas com as pessoas com deficiência mental moderada são a autonomia pessoal (necessidades básicas) e a social (ocupação dos tempos livres). Os profissionais primeiramente criam a necessidade, que é denominada na ficha de programação como sendo a **estratégia** (através de um reforço positivo constante, da utilização de materiais apelativos e ainda através da utilização de outros meios de incentivo com som e imagem), depois criam uma rotina, onde são explicados hábitos e onde são contempladas as tarefas de higiene no horário individual.

Parece fundamental que as pessoas com deficiência mental moderada se conheçam a si próprias, de modo a alcançarem um equilíbrio entre o pensar, o sentir e o agir. Só com autoconfiança, um indivíduo não se sente inseguro para enfrentar os problemas da vida. Se falta ao indivíduo respeito por si mesmo, se desvaloriza e não se sente merecedor do amor e de respeito por parte dos outros, será confrontado com a sua baixa autoestima e mais difícil será perante ele serem acionadas estratégias de inserção social.

O amor e respeito dos outros, sentido por uma pessoa com deficiência mental moderada, já adulta e que já não frequenta a instituição, são evidenciados no seguinte extrato de entrevista

*“Sentia-me feliz durante o tempo que lá estive. Foi na altura que faleceu o meu pai. Estar lá ajudou-me a superar a dor, com os colegas e monitores (...)”* (EC1)

Não se encontrou, no entanto, uma visão clara das diversas dimensões que devem ser trabalhadas no âmbito da autoestima, bem como uma visão organizada e sistemática das atitudes, medidas e atividades que, de modo articulado, possam contribuir para o seu reforço/desenvolvimento da autoestima.

O sentimento de pertença é outro indicador da dimensão Saber Ser.

“Cada indivíduo define-se em relação ao outro, aos outros, e aos vários grupos a que pertence, segundo modalidades dinâmicas. A descoberta da multiplicidade destas relações, para lá dos grupos mais ou menos restritos constituídos pela família a comunidade local e, até, a comunidade nacional, leva à busca de valores comuns, que funcionem como fundamento da solidariedade intelectual e moral da humanidade”

(Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI)<sup>9</sup>.

Pretendemos perceber se a CERCIG dispõe dos recursos necessários para facilitar a interação das pessoas com deficiência mental moderada, com os colegas, com os profissionais, e mesmo com as pessoas alheias à Instituição, com base no respeito pelo outro, na boa educação e cortesia, no respeito pelas regras e normas de convivência, de modo a desenvolverem sentimentos de pertença, pois a não existência destes (condição essencial para a autoestima) pode tornar-se numa experiência humilhante e fazer com que as relações com as outras pessoas sejam alteradas.

Foi pois importante perceber como é que a CERCIG desenvolve junto do seu público-alvo sentimentos de pertença

*“ (...) Estão perfeitamente integrados, sendo o ambiente familiar e acolhedor ”* (EB5)

*“ Há comunicação e ligação entre todos pelo que o afastamento não é comum. Recebem muito bem um novo elemento no seio da Instituição ”* (EB5)

---

<sup>9</sup> Consultar em <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>

“ Não se costumam afastar das pessoas, todos estão inseridos em grupos e interagem uns com os outros (...) ” (EB1)

Não foram explicitadas percepções sobre o modo como as pessoas portadoras de deficiência mental moderada interagem com pessoas estranhas à instituição, aspeto que não permite analisar até que ponto são suficientemente desenvolvidos os sentimentos de pertença.

## Saber Fazer

A dimensão designada por Saber Fazer refere-se a tarefas realizadas e socialmente reconhecidas, como as competências profissionais, a aprendizagem de tarefas que sejam úteis, a partilha de saberes fazer, por exemplo sob a forma de trabalho remunerado ou mesmo sob a forma de trabalho voluntário (Roque Amaro, 2000). Esta dimensão do *empowerment* é analisada através de duas dimensões: as competências profissionais e os recursos económicos; será a posse de ambos que dará às pessoas portadoras de deficiência mental moderada a possibilidade de não ficarem economicamente dependentes ou sem recursos económicos para a sua sobrevivência.

Quanto às competências profissionais não poderíamos deixar de analisar se a CERCIG capacita as pessoas com deficiência mental moderada no âmbito do saber fazer, através de ritmos e hábitos de trabalho e, das aprendizagens, de modo a serem inseridas no regime de emprego protegido<sup>10</sup> ou emprego; espaços estes, segundo Friedman (1996), propícios à continuação, do desenvolvimento de competências cognitivas, comportamentais e emocionais. O emprego protegido proporciona formação a todas as pessoas deficientes que possuam capacidade média de trabalho igual ou superior a um terço da capacidade normal exigida a um trabalhador não deficiente no mesmo posto de trabalho, possibilitando a sua inserção social e económica, desenvolvendo também competências profissionais que possam aumentar a sua capacidade de competir no mercado normal de trabalho.

Para as pessoas deficientes adquirirem as competências profissionais devem antes adquirir formação profissional. Estando a CERCIG dotada de várias respostas sociais/serviços e sendo o CRP (Centro Profissional de Reabilitação), uma unidade orgânica da instituição, propõe-se a promover a formação e a qualificação profissional das pessoas deficientes ou com incapacidades da região e a sua integração socioeconómica.

Aqui são também inseridas as pessoas com deficiência mental moderada, embora algumas, como pudemos averiguar, por apresentarem áreas de dificuldade maior, e não serem capazes de obter certificação profissional, terão que ser enquadradas no CAO

---

Consultar em  
[http://portal.iefp.pt/portal/page?\\_pageid=277,146724&\\_dad=gov\\_portal\\_iefp&\\_schema=GOV\\_PORTAL\\_IEFP#MODALIDADES](http://portal.iefp.pt/portal/page?_pageid=277,146724&_dad=gov_portal_iefp&_schema=GOV_PORTAL_IEFP#MODALIDADES)

*“ (...) Tínhamos também formação cívica, computadores, várias coisas. De informática não sei quase nada, porque não trabalho com computadores. Na altura sabia algumas coisas (...) ”* (EC1)

Através da resposta de uma pessoa com deficiência mental moderada que frequentou a CERCIG constatamos que está inserida profissionalmente:

*“ (...) Tenho. E estou bem. Já estou lá há 7 anos”* (EC1)

Mas não há na instituição nenhum mecanismo de acompanhamento no sentido de se verificar se os utentes que deixaram a instituição, e quantos, se inseriram no mercado de trabalho.

As pessoas que não são inseridas profissionalmente podem no entanto ter na instituição uma profissão, como é afirmado por alguns entrevistados, quer sob a forma de trabalho remunerado ou voluntário

*“Autonomamente, não. Poderão ajudar, por exemplo nas atividades socialmente úteis. Podem ajudar no desempenho de determinada profissão, mas eles realizarem-na, exercerem-na de uma forma autónoma não”* (EB1)

*“Eles vão dar oportunidade às pessoas para ver. Mas se põem lá essas pessoas é porque acreditam, não vão pôr num sítio daqueles qualquer pessoa”* (EA1)

Deter poder económico, é fundamental para a sobrevivência. Mas para tal é necessário que os utentes sejam também capacitados para gerir esses recursos. Ao que foi possível constatar, os entrevistados referem que as pessoas com deficiência mental moderada têm dificuldade em distinguir qual a nota ou moeda mais ou menos valiosa. A maioria não leva o dinheiro para a Instituição e não possuem recursos económicos suficientes

*“ A maior parte não. Vejo as necessidades que eles apresentam, diárias. Eles não levam dinheiro para a instituição. Muito pouco mesmo, dois ou três que levam, mas a maior parte deles não ”* (EB3)

Através da observação verificou-se que a professora durante a atividade “escolarização funcional” ensinou as pessoas com deficiência mental moderada a mexer com o próprio dinheiro - recortando uma lista de compras (publicidade), escolheram na lista o que necessitavam comprar, perfizeram o total, sempre simulando com notas e moedas em papel. Verificou-se que eles identificam o dinheiro, sabem distinguir o euro dos cêntimos, mas algumas pessoas com deficiência mental moderada têm dificuldade em saber qual a nota ou moeda mais valiosa. Elaboram ainda compras, mas têm também dificuldade em fazer o troco.

Porém verifica-se em muitas das respostas dadas, nesta e nas outras dimensões do *empowerment*, que, pesem embora as grandes diferenças que há ao nível das capacidades das pessoas portadoras de deficiência mental moderada, há uma generalização nas perceções detidas que é feita a partir do nível mais baixo das capacidades detidas. Quando os técnicos e cuidadores detêm uma visão desqualificada dos seus utentes, dificilmente poderão fazer um trabalho de *empowerment* bem-sucedido

“ *Mas não conseguem fazer contas básicas, dizer-lhe ‘Vai comprar um gelado. Quanto é que te vão dar de troco?’ , não conseguem ”* (EA1)

“ *Todos eles necessitam que haja terceiros a gerir o dinheiro, mesmo quando este existe. ”* (EB1)

O fenómeno da desqualificação social é, segundo Paugam (2003:141) ,“o produto de uma construção social, onde o mau nome da comunidade repousa, pelo menos em parte, nas representações coletivas que se formaram no exterior desses espaços residenciais e que corresponde a uma forma de conhecimento social espontânea, generalista e muitas vezes superficial da realidade”.

O mesmo pode acontecer no seio de instituições nomeadamente nas que têm no seu seio pessoas deficientes.

Este fenómeno pode submergir também na consciência destas pessoas, que provavelmente terão tendência para se conformarem com ela.

Podemos ainda considerar que uma pessoa que não dispõe de recursos para fazer face às suas necessidades humanas básicas revela uma “relação fraca ou um estado de rutura com os diversos sistemas sociais. Quanto mais profunda for a privação, tanto maior será o número de sistemas sociais envolvidos e mais profundo o estado de exclusão social” (Costa *et al.*, 2008: 62).

## **Saber Saber/Saber Estar**

A dimensão Saber Estar está relacionada com a capacidade de estabelecer redes de sociabilidade social.

A dimensão saber saber baseia-se na capacidade de acesso à informação escolar ou não, e no desenvolvimento de modelos de leitura, capacidade crítica em relação à sociedade e ao contexto envolvente (Friedman, 1996 e Roque Amaro, 2000).

Estas duas dimensões do *empowerment* que conferem poder social referem-se às capacidades que as pessoas devem deter para se inserirem nos diversos contextos sociais da sua vida quotidiana.

Em relação às redes de sociabilidade consideramos ser pertinente averiguar como é potenciada a inserção do público-alvo deste estudo em redes de sociabilidade com a

comunidade, pois a inserção sociocomunitária deve ser proporcionada, através de atividades de inclusão onde se privilegia o intercâmbio.

Alguns entrevistados apontam que a CERCIG tem um bom grau de convívio com a comunidade

*“ Às vezes saímos para fora (...) Não podemos ter muitas saídas porque é uma cidade fria. Quando está o tempo bom saímos para fora e fazem atividades, até ao nível desportivo. Mas acho que deveriam sair mais vezes. Era muito bom para eles ”* (EB3)

*“ Saíamos para fora. Bastantes vezes. Uma vez fomos a Lisboa, por causa do pirilampo. No Verão íamos para as piscinas, para uma terra perto de Vilar Formoso. Eu gostava dessas atividades, eram importantes para mim. Era uma maneira de me divertir ”* (EC1)

A CERCIG participa nas mais variadas respostas sociais promovidas pela CMG, sejam elas atividades lúdico-pedagógicas, sejam desportivas ou culturais.

Deve ser favorecida a inter-relação instituição/família/comunidade em ordem a uma maior valorização, aproveitando e rentabilizando todos os recursos do meio. Tal como refere Pinto (2001), se as pessoas com deficiência usufruírem dos benefícios sociais, aumentam as suas competências e poder.

Não foi detetada, contudo, uma visão sistemática e uma programação organizada de atividades que possam desenvolver as competências de sociabilidade, parecendo as atividades desenvolvidas, apesar de serem consideradas necessárias, terem um carácter esporádico.

A Escolaridade é uma componente fundamental da dimensão Saber Saber. As crianças com idades que permitem frequentar a escolaridade obrigatória fazem-no na escola pública. Quando têm idades superiores frequentam todas as disciplinas lecionadas no CAO.

Quando a escolaridade termina é necessário prosseguir com outras aprendizagens.

O CAO é composto por diferentes *ateliers* e atividades nomeadamente, sala de bem-estar, cabeleireiro, artes decorativas, sala *teach*, labores, música/rancho, sensibilização ambiental, equitação terapêutica, atividade motora adaptada, reciclagem, psicomotricidade, natação adaptada, hidroterapia e hipoterapia, ensino estruturado, escolarização funcional, expressão dramática, tecnologia de informação e comunicação, e atividades da vida diária

*“ Passam tempo nos ateliers que depois dão higiene pessoal, o atelier de costura, o atelier de manualidades, de tapeçarias. Vão passando por esses ateliers e passam então pela sala de escolarização ”* (EB3)

Não foram observados mecanismos específicos de acesso à informação e adaptados às pessoas portadoras de deficiência mental moderada, que ultrapassassem as rotinas da instituição.

Sabemos que a exclusão social “ se liga a défices de participação dos cidadãos na vida social e de satisfação dos seus direitos essenciais de cidadania, estar incluído enquanto cidadão de pleno direito, significa (i) o acesso a bens e serviços; (ii) a participação no mercado de trabalho com direitos, propiciador de sentimentos de utilidade, satisfação pessoal e a posse de um estatuto socialmente valorizado; (iii) o acesso à educação e à aprendizagem ao longo da vida de forma a poder movimentar-se nos diferentes contextos institucionais e adaptar-se às mudanças que ocorrem nesses contextos; (iv) assegurar a todos os membros dependentes das famílias o acesso aos equipamentos sociais que permitam assegurar simultaneamente qualidade de vida ... ” (Capucha *et al.*, 2005a: 9).

## Saber Decidir

Esta dimensão refere-se à participação ativa nas decisões que afetam os indivíduos, o que implica deterem capacidade de escolha e de decisão e ainda instrução política e democrática, e capital social. “Estes recursos poderão ser fortalecidos pela existência de um desenho institucional que promova a participação do cidadão, não se restringindo apenas ao processo eleitoral, mas também à participação mais direta na formulação e implementação de políticas” (Friedmann, 1996, *in* Meirelles 2007:15).

É importante que a pessoa saiba decidir, decidir sobre a própria vida ou outros aspetos que a abarcam relacionados com a sociedade envolvente. A progressiva aprendizagem ao nível da tomada de pequenas decisões poderá contribuir para o acesso ao poder político.

Nesse caso foi pertinente perceber como a CERCIG empodera os seus utentes no sentido de virem a ter poder político, começando por lhes transmitir competências no que se refere às capacidades de escolha, de decisão e de influência.

Quando falamos das escolhas podemos afirmar que é fundamental ter competências para fazer escolhas significativas, na construção de uma vida com sentido. Num mundo mais complexo e onde há tantas possibilidades pessoais e profissionais em todos os campos, é necessário cada vez mais saber fazer escolhas.

São essas mesmas escolhas que vão determinar não só a atitude face ao futuro, como também o modo de potenciar oportunidades e contornar obstáculos que iremos encontrar. As escolhas são fundamentais na nossa vida

As pessoas com deficiência mental moderada apenas se

“Manifestam na escolha das atividades a realizar” (EB5)

Através da observação, pode constatar-se que os profissionais ensinam as pessoas com deficiência mental moderada a fazer escolhas, mas só a nível da alimentação, a nível comportamental ou tendo em conta a necessidade e preferência das atividades.

Percebe-se, pois, que as pessoas com deficiência mental moderada não participam nas decisões que implicam maior responsabilidade e são apenas ouvidos quanto às suas preferências

*“ Às vezes sim. Neste momento estou a pensar num menino, muitas vezes chega-me à sala e diz que não quer. Eu proponho-lhe um trabalho e ele diz que não quer fazer isto, quer fazer antes outra coisa. Por que não fazer aquilo que eles querem ”* (EB3)

As pessoas com deficiência mental moderada tendo dificuldades cognitivas, embora muito diferenciadas, como já constatado, podem aprender a fazer escolhas, uma vez que de acordo com as normas sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas deficientes, não se deve negar a liberdade de escolha e de expressão<sup>11</sup>.

Outro dos indicadores escolhidos, na dimensão Saber Decidir foi “Influenciar os Outros/ Resistir às Ideias dos outros”.

Esta questão foi analisada, pois julgamos ser pertinente que elas sejam compreendidas e que as suas ideias, atitudes ou ações sejam realizadas, reduzindo sentimentos de desvalorização e frustração.

Pela maioria das respostas obtidas, verifica-se que as pessoas com deficiência mental moderada são capazes de influenciar os outros

*“ Porque não? A mim convencem-me muitas vezes ”* (EB5)

*“ (...) As pessoas já as conhecem muito, muito bem. Eu acho que sim. Penso muitas vezes em situações, porque afinal nós julgamo-nos inteligentes e eles conseguem (...) ”* (EA1)

Esta questão poderá levar-nos a pensar uma vez mais na questão da desqualificação de que são alvo as pessoas portadoras de deficiência mental moderada, por parte dos próprios técnicos, quando um deles, generalizando a partir de casos em que a deficiência cognitiva é maior afirma

*“ (...) Não possuem capacidades cognitivas de argumentação e então estão um bocadinho condicionados nesse sentido”* (EB1)

---

<sup>11</sup> Decreto-Lei N ° 3/2008

“A sociedade estabelece um modelo de categorias e tenta catalogar as pessoas conforme os atributos considerados comuns e naturais pelos membros dessas categorias” (Goffman, 1993, *in* Melo 2000: 1).

Entretanto percebemos através da observação que os profissionais não ensinam propriamente as pessoas com deficiência mental moderada a influenciar o outro, tentam é ensinar-lhes para não se deixarem influenciar, uma vez que têm tendência para...são muito vulneráveis para resistir à ideia dos outros.

“O déficit de cidadania corresponde muitas vezes ao reduzido leque de direitos reconhecidos pelo Estado, mas também ao não exercício de direitos reconhecidos na lei que não foram interiorizados como tais pelos cidadãos”. Assim, a construção da cidadania exige não só um conhecimento dos direitos por parte do cidadão, mas a sua responsabilidade de estar atento e contribuir para sua efetivação, participando, por isso, política e socialmente na sociedade” (Hespanha, 1999:85).

Não parece haver também nesta dimensão conhecimento e sistematização das atividades e competências necessárias ao empoderamento político dos utentes.

## Reflexões Finais

O presente trabalho de investigação visou analisar até que ponto a CERCIGuarda contribui para o *empowerment* dos seus utentes com deficiência mental moderada, de modo a reduzir a sua vulnerabilidade à exclusão social.

Nas últimas décadas em Portugal têm sido assinalados alguns avanços ao nível de políticas e práticas no âmbito das pessoas com deficiência e incapacidades. A adesão à União Europeia trouxe novos recursos ao nível das políticas públicas e induziu a novas dinâmicas relacionadas com as pessoas portadoras de deficiência.

No entanto, as mentalidades não se alteram com facilidade e os comportamentos estigmatizados permanecem nos nossos dias. Os mesmos afetam as pessoas deficientes, impedindo-as de participar na sociedade, colocando-as à margem. Elas continuam a ser rotuladas como alguém diferente, diferente dos padrões normais que a sociedade considera.

A deficiência é hoje um problema não só individual mas também social, dado que não atinge apenas a pessoa, mas sim a sociedade em geral, nomeadamente a família e as instituições que cuidam dessas pessoas. A postura das pessoas perante a vida e perante os outros, reconhecendo e respeitando as diferenças, deve ser um princípio incutido na família, na escola, discutido nos meios de comunicação social, e ainda aplicado pelo Estado. O Estado deve por isso incentivar e apoiar as associações de deficientes, regulamentar os apoios financeiros, promover o diálogo com as próprias pessoas deficientes. Cada indivíduo tem direito à plena cidadania, sendo “diferente” ou não.

É fundamental que estas pessoas tenham direitos de cidadania assim como de igualdade. As desigualdades favorecem a discriminação face às pessoas deficientes e incapacitadas, constituindo, situações socialmente desfavorecidas, e conseqüentemente um grave fator de exclusão social. As sociedades devem investir criando condições para que todos nelas possam viver (informação, assistência pessoal, transportes e acessibilidades). A estas medidas políticas, poder-se-á acrescentar ainda o emprego, a educação, a formação, subsídios quando necessário e a defesa dos direitos humanos.

Embora na área da deficiência seja já longa a experiência no desenvolvimento de competências, tanto nesta área como em outras, não têm havido um aprofundamento e reflexão sobre quais são as competências cruciais para reduzir a vulnerabilidade à exclusão. As teorias do *empowerment* são relativamente recentes e pese embora o facto de estarem ainda em desenvolvimento, podem dar significativos contributos, quando cruzadas com as teorias da exclusão social, no sentido de se identificar um leque mais alargado de competências a transmitir, de um modo articulado, no sentido de se potenciarem trajetórias de cidadania plena. Estamos perante um campo em que no cruzamento da teoria com a empiria é fundamental também uma aposta na inovação social, sendo feitas algumas propostas, nesse sentido, ao longo destas considerações finais.

Não há ainda da parte dos técnicos da CERCIG um conhecimento aprofundado das teorias do *empowerment*, razão pela qual no diagnóstico realizado aos utentes com deficiência mental moderada, nos planos de desenvolvimento individual (PDI) e nas fichas de programação de atividades sejam abordadas as competências (a adquirir) usadas tradicionalmente pela instituição. O não conhecimento de todas as dimensões necessárias a uma trajetória de inserção bem-sucedida, assim como dos seus indicadores, refletiu-se nas respostas pouco aprofundadas dadas nas entrevistas, havendo a necessidade de promover processos de atualização e de aprendizagem social no seio da instituição, assim como debates entre instituições, sobre a exclusão social e o *empowerment*, e visitas a outras consideradas inovadoras.

Dado que os utentes portadores de deficiência mental moderada têm características muito heterogêneas (competências e capacidades muito diversas como foi referido na parte empírica), seria útil uma classificação e categorização dos utentes no sentido de poderem vir a ser empoderados de acordo com características específicas e similares, o que permitiria depois um acompanhamento individual mais sistemático a adaptado a cada um. O acompanhamento individual, que é vital nomeadamente para o saber ser e o saber estar é escasso, pois quando os técnicos se referem ao referido acompanhamento, tal diz apenas respeito às áreas de funcionalidade/reabilitação (por exemplo, hidroterapia, motricidade, entre outras). Esta é uma outra área de intervenção que poderia ser alargada e intensificada.

A ausência de classificação e categorização e a existência manifesta de estereótipos face aos referidos utentes, por parte de alguns respondentes, leva a que as perceções destes sejam construídas em função dos utentes com menores capacidades e competências, generalizando para todos os outros, o que, à partida, cria sérios obstáculos ao processo de empoderamento.

As famílias e cuidadores possuem em relação aos utentes portadores de deficiência mental moderada expectativas muito diferenciadas que vão das mais elevadas às mais baixas (para não referir os que quase ignoram os filhos), subestimando alguns as capacidades que os seus filhos possam contemplar, e contribuindo para a sua estigmatização. Expectativas realistas detidas pelos pais e cuidadores poderão levar a trajetórias de inserção melhor sucedidas.

Para tal, seria também necessário e mais profícuo que houvesse um trabalho em parceria entre familiares, cuidadores e a instituição, no sentido de serem encetadas estratégias menos vulneráveis à exclusão. Contudo até ao momento, como se verificou a maioria dos pais ou cuidadores não participam nas reuniões com os profissionais da instituição.

A CERCIG não tem um plano de sustentabilidade, dependendo, em grande medida, do financiamento do Estado. O desenvolvimento desse plano e a sua implementação permitiria, por um lado, alargar as atividades que já fazem para a obtenção de algumas verbas, como também, por outro lado, poderiam avançar, a médio e longo prazo, para condições de alojamento que permitiriam a entrada de mais utentes (a procura é sempre maior que a oferta) e, ainda, para que aqueles que não têm condições de arranjar emprego fora da instituição, nem no âmbito do emprego protegido, participassem, quando possível, em atividades socialmente úteis.

Todas as questões referidas estão relacionadas com os direitos de todos os seres humanos, na opinião de Clavel (2004: 149) “o não direito é considerado como sendo também um

sinal de exclusão social: o não acesso a determinados direitos ou a dificuldade em fazê-los valer, a perda de direitos, o fechamento numa zona de não direito...”

Neste âmbito, o *empowerment* “deve ser eficaz, propiciar uma melhor qualidade de vida e bem-estar às pessoas institucionalizadas. Em termos terapêuticos e de autonomia, a pessoa portadora de deficiência deve treinar a capacidade de tomada de decisões, adotando estratégias mais práticas na resolução de problemas, através da participação” (Rappaport, 1990, *in* Fazenda 1988: 7).

“Nada é mais deficiente que o preconceito e nada mais eficiente que o amor”

(Val Marques)

# Referências Bibliográficas

- Alsop, R.; Frost Bertelsen; M.;Holland, J.(2006), Empowerment in Practice - From Analysis to Implementation, Washington DC:World Bank;
- Amaro, R. Roque (2000),” A Inserção Económica de Populações Desfavorecidas, Fator de Cidadania”, Sociedade e Trabalho, n.º 8/9, pp. 33-40;
- Barnes, Colin (Orgs.) (2000), Exploring Disability - A Sociological Introduction, Cambridge, Polity Press;
- Bautista, R. (1993), Necessidades Educativas Especiales, Málaga: Ediciones Aljibe, S.L;
- Bautista, R. e outros. (1997). Necessidades Educativas Especiais. Dinalivro, Lisboa.
- Capucha, Luís (2003), “Modernidade versus Vulnerabilidade - a Sobrevivência de Grupos Vulneráveis Face às Exigências da Modernidade”, in Revista Integrar, nº 5, nº 21 e 22, pp 19-28;
- Capucha, Luís, et al. (2005a), Formulação de Propostas de Conceção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social - Relatório Final, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Carmo, Hermano (2007), Desenvolvimento;
- Capucha, Luís (2005b), Desafios da Pobreza, Oeiras: Celta, pp 65-233;
- Clavel, G. (2004). Sociedade da Exclusão: Compreendê-la para sair dela. Porto: Porto Editora;
- Costa, Alfredo Bruto da, outubro (2002) Exclusões Sociais, 3ª edição, Gradiva, Lisboa;
- Costa, Alfredo Bruto da (2007), Exclusões Sociais, Gradiva, Lisboa;
- Costa, Alfredo Bruto da (coord.), et al. (2008), Um Olhar sobre a Pobreza - Vulnerabilidades e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo, Gradiva, Lisboa;
- Faleiros, Paula Vicente de, (2002), Estratégias em Serviço Social, São Paulo, Cortez;
- Fonseca, V. (1989), Reflexões Sobre a Educação Especial em Portugal, Lisboa: Moraes Editores, 1ª edição, p 217;
- Fontes, Fernando (2010), “Pessoas com Deficiência e Políticas Sociais em Portugal: Da Caridade à Cidadania Social”, in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 86, pp 73-93;

- Friedmann, John (1996), *Empowerment Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras, Celta Editora;
- Gil, António (1993), *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, São Paulo, Editora Atlas;
- Gordon, David e Townsend, Peter (2000), *Breadline Europe: The Measurement of Poverty*, Bristol U.K., The Policy Press;
- Guerra Isabel (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*, Estoril, Principia Editora, p 37;
- Hespanha, Pedro (1999), "A Democracia e Cidadania para o Século XXI - O reequacionamento da Questão da Democracia e da Cidadania", *a Ação Social em Debate*, pp.83-98;
- Lakatos, Eva et al (1991), *Fundamentos da Metodologia Científica*, São Paulo, Editora Atlas, 3ª Edição Revista e Ampliada, pp 163-223;
- Lessard-Hebert et al (1994), *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Instituto Piaget;
- Marques, R. (1993), *Ensinar a Ler, Aprender a Ler*, Coleção Nova Era, Quarteto Editora, p 72;
- Moreira Carlos Diogo (1994), *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p 20;
- Muntaner, J. (1998). *La Sociedad ante el Deficiente Mental*. Narcea, S.A. de Ediciones. Madrid;
- Paugam, Serge (2003), *A Desqualificação Social*, Porto: Porto Editora, pp 15 -36;
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van (1998), *Manual de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, pp 31-158;
- Salvado, Ana (2007), "Direitos Sociais e Grupos Vulneráveis: O Caso das Pessoas com Deficiência", in *Cadernos Sociedade e Trabalho VIII, Integração das Pessoas com Deficiência*, pp 69-82;
- Santos, Sousa Boaventura de, e Ferreira, Sílvia (2002), *A Reforma do Estado-Providência entre Globalizações Conflituantes*, In Hespanha, Pedro e Carapinheiro, Graça (org.), *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado social Recuar Mais?*, Porto, Edições Afrontamento, pp 172-221;
- Sousa, Jerónimo de (2007), "Deficiência, Cidadania e Qualidades Social-Desafios para um Política de Inclusão das Pessoas com Deficiência e Incapacidades", in *Cadernos Sociedade e Trabalho VIII, Integração das Pessoas com Deficiência*, pp 42-45;

- Sousa, L. (1998), Crianças (con) Fundidas entre a Escola e a Família, uma Perspetiva Sistémica para Alunos com Necessidades Educativas Especiais, Porto, Porto Editora, p 65;
- Veiga, Carlos Gil Correia Veloso (2003), As Regras e as Práticas: Fatores Organizacionais e Transformações na Política de Reabilitação Profissional das Pessoas com Deficiência, Universidade do Minho, pp 126-127;
- Vieira, F, Pereira, M, (1996) “Se Houvera quem me ensinara...A Educação de Pessoas com DM”, Coleção Textos de Educação, Coimbra Fundação Calouste Gulbenkian, in cadernos Sociedade e Trabalho VIII; Integração das Pessoas com Deficiência, p 15.
- Bignetti, 2011, in As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa: Social innovation: ideas, tendencies and research possibilities, disponível em [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.unisinos.br%2Frevistas%2Findex.php%2Fciencias\\_sociais%2Farticle%2Fdownload%2F1040%2F235&ei=AzuVUdHNB8WM7Qas74DABw&usq=AFQjCNGn5DszCsgzvc6sjYZbwYEt2ikaNA&sig2=Q5IUA\\_7bQ8pviG2U2ERfIA](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.unisinos.br%2Frevistas%2Findex.php%2Fciencias_sociais%2Farticle%2Fdownload%2F1040%2F235&ei=AzuVUdHNB8WM7Qas74DABw&usq=AFQjCNGn5DszCsgzvc6sjYZbwYEt2ikaNA&sig2=Q5IUA_7bQ8pviG2U2ERfIA), consultado a 16-05-2013;
- Capucha Luís, 2005, Pobreza e Territórios de Exclusão, disponível em <http://pobrezaeterritoriosdeexclusao.wordpress.com/clarificacao-do-conceito-luis-capucha/>, consultado a 30-12-2011;
- Capucha et al., 2005, Evolução Concetual no Domínio da Deficiência em Portugal, disponível em [http://www.crbg.pt/estudosProjectos/Projectos/modelizacao/Documents/Recomendacoes\\_programacao\\_QREN.pdf](http://www.crbg.pt/estudosProjectos/Projectos/modelizacao/Documents/Recomendacoes_programacao_QREN.pdf), consultado a 04-02-2013;
- Costa Alfredo Bruto da, 2002, Conceitos de Exclusão Social, disponível em [http://www.metanoia-mcp.org/documentos/varios/bruto\\_costa\\_01.htm](http://www.metanoia-mcp.org/documentos/varios/bruto_costa_01.htm), consultado a 21-09-2012;
- Fazenda Isabel, Centro Português de Investigação e História e Trabalho Social, Empowerment e Participação, uma Estratégia de Mudança; disponível em <http://www.cpihts.com/PDF/EMPOWERMENT.PDF>, consultado a 14-12-2011;
- Ferreira João Almeida de, in Teoria e Investigação Empírica nas Ciências Sociais, disponível a <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912596D1lPA2iy3Nz71OD5.pdf>, consultado em 03-07-2012;
- Instituto de Segurança Social (2005), in Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental, disponível em [https://www.google.pt/#output=search&sc=psyab&q=Instituto+de+Seguran%C3%A7a+Social+\(2005\)%2C+&oq=Instituto+de+Seguran%C3%A7a+Social+\(2005\)%2C+&gs\\_l=hp.3...1619.1619.0.2645.1.1.0.0.0.0.462.462.4-1.1.0...0.0...1c.1.17.psyab.z8s5a0Vpaml&pbx=1&bav=on.2,or.r\\_qf.&bvm=bv.47810305,d.ZWU&fp=6676c0c9b02c1023&biw=1024&bih=476](https://www.google.pt/#output=search&sc=psyab&q=Instituto+de+Seguran%C3%A7a+Social+(2005)%2C+&oq=Instituto+de+Seguran%C3%A7a+Social+(2005)%2C+&gs_l=hp.3...1619.1619.0.2645.1.1.0.0.0.0.462.462.4-1.1.0...0.0...1c.1.17.psyab.z8s5a0Vpaml&pbx=1&bav=on.2,or.r_qf.&bvm=bv.47810305,d.ZWU&fp=6676c0c9b02c1023&biw=1024&bih=476), consultado a 08-02-2013;

- Melo Zelia Maria de, 2000, in Os estigmas: a deterioração da identidade social, disponível em <http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/estigmas.pdf>, consultado a 28-02-2012;
- Meirelles, 2007, in Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, Problematizando o Conceito de Empoderamento, disponível em [http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo\\_horochovski\\_meirelles.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf), consultado a 24-03-2012;
- Monteiro Alcides, 2011, in Autonomia e co- responsabilidade ou o lugar da Educação de Adultos na luta pela inclusão social Revista Lusófona de Educação, 19, 67-83 [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RWKbA1ylz\\_AJ:revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/download/2842/2159+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=pt](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RWKbA1ylz_AJ:revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/download/2842/2159+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=pt), consultado a 03-10-2013;
- Sousa, cord. et al., 2007, Modelização das Políticas e das Práticas de Inclusão das Pessoas com Deficiências em Portugal, disponível em [http://www.crrg.pt/estudos/Projectos/Projectos/modelizacao/Documents/Mais\\_qualidade\\_de\\_vida.pdf](http://www.crrg.pt/estudos/Projectos/Projectos/modelizacao/Documents/Mais_qualidade_de_vida.pdf), consultado a 10-05-2013;
- Quivy e Campenhoud, 1998, in Manual de Investigação em Ciências Sociais, disponível em <http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/manualinvestig.pdf>, consultado a 26-09-2012;
- Pinto, Carla, in Empowerment, uma Prática de Serviço Social, 1988, disponível em Barata, (coord), Política Social - Lisboa: ISCSP, consultado a 28-03-2012;
- Pinto, Carla, 1998, in “Política Social”, Lisboa, ISCSP, pp. 247-264, disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/empowerment.htm>, consultado a 13-05-2013;
- Rocha Maria Cristina de (org) et al, 2008, in Inovações Sociais, disponível em [http://www.pr.senai.br/para-empresas/uploadAddress/volumedois\[36097\].pdf](http://www.pr.senai.br/para-empresas/uploadAddress/volumedois[36097].pdf), consultado a 13-06-2013;
- Rodrigues, Vítor, 2002, in A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal; disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1468.pdf>, consultado a 01-03-2013;
- Roque Amaro, 1995, in A Exclusão Social Hoje Rogério Roque Amaro, Cadernos do ISTA, nº9, disponível em [http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad\\_09/amaro.html](http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html), consultado a 19-06-2012;

- Silva, 2011, in Inovação Social: Um Estudo Preliminar sobre a produção acadêmica entre 2001 e 2011, disponível em [http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm\\_2597.pdf](http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_2597.pdf), consultado a 13-04-2013;
- Simões Maria et al, Dezembro 2007, Inserções - Diagnóstico Social em Concelhos da Beira Interior, disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/200.pdf>, consultado a 27-04-2012;
- Souza Dilmara Veríssimo de, 2003, in Novas Perspetivas de Análise em Investigações Sobre Meio Ambiente: A Teoria das Representações Sociais e a Técnica Qualitativa da Triangulação de Dados, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n2/08.pdf>, consultado a 10-10-2012;
- Valdete Boni e Quaresma Sílvia, 2005, in Aprendendo a Entrevistar: “Como Fazer Entrevistas em Ciências Sociais”, Vol. 2 N° 1 (3), pp. 68-80, disponível em [http://www.emtese.ufsc.br/3\\_art5.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf) em 20/12/2011, consultado a 11-11-2012;

#### Outras Referências Bibliográficas

- “Cadernos de Saúde Pública”, vol.19, nº1, Rio de Janeiro, 2003, disponível em [www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0102-311X2003000100025&script=sci\\_arttext](http://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0102-311X2003000100025&script=sci_arttext), consultado a 27-04-2012; Capra, 2010, in VII SEGeT - Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, disponível em [http://www.aedb.br/seget/artigos10/31\\_cons%20teor%20bacha.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf), consultado a 10-07-2013
- Declaração de Madrid, disponível em , <http://www.unidavi.edu.br/?pagina=FILE&id=69510> consultado a 20-10-2012;
- Educação um Tesouro a Descobrir, Relatório para a UNESCO, da Comissão Internacional sobre Educação para o Seculo XXI, disponível em <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>, consultado a 12-12-2012;
- Folheto Geral, disponível em <http://www.cercig.org.pt/index.php>, consultado a 30-10-2012;
- Guarda Viva Boletim Municipal, disponível em [http://www.munguarda.pt/fotos2/Cultura/BoletimMunicipal/Boletim%20Municipal%2012\\_Jun2012.pdf](http://www.munguarda.pt/fotos2/Cultura/BoletimMunicipal/Boletim%20Municipal%2012_Jun2012.pdf), consultado a 07-10-2012;
- Inquérito Nacional às Incapacidades, Deficiências e Desvantagens, disponível em <http://portal.ua.pt/nee/documentos/estatisticas/snr.htm>, consultado a 02-10-2012;
- Município da Guarda, disponível em <http://www.mun-guarda.pt/fotos2/DRH/regulamentointerno2011.pdf>, consultado a 30-09-2012;

- Regime de Emprego Protegido, disponível em [http://portal.iefp.pt/portal/page?\\_pageid=277,146724&\\_dad=gov\\_portal\\_iefp&\\_schema=GOV\\_PORTAL\\_IEFP#MODALIDADES](http://portal.iefp.pt/portal/page?_pageid=277,146724&_dad=gov_portal_iefp&_schema=GOV_PORTAL_IEFP#MODALIDADES); consultado a 14-05-2013

Legislação consultada

- Constituição da República Portuguesa, 1997, 5ª Revisão, Texto Editora, p.46
- Lei Nº 9/89 de 2 de maio
- Lei Nº 46/2006
- Decreto-Lei Nº 123/1997
- Decreto-Lei N º163/2006
- Decreto-Lei N º 3/2008
- Portaria 1102/97 de 3 de Novembro

## Apêndices e Anexos

# **Apêndice A**

## **(1º grupo de Guiões)**

## Guião Entrevista Profissionais

<b>Entrevista n°</b> Data Duração: Quem responde:
<b>Identificação do Profissional</b> Nome: Idade: Habilitações literárias: Função:

### GRUPO I - SABER SER

O que acha acerca da instituição onde estão inseridas as pessoas com deficiência mental moderada?

Como lhes é transmitida a autoestima? E a auto-confiança?

É-lhes inculcado o saber sentir-se bem ao pé dos colegas e das outras pessoas que estão na Instituição? Costumam afastar-se das pessoas?

É respeitado o seu ritmo e características individuais?

É ensinado às pessoas com deficiência mental moderada a não pensarem que não servem?

### GRUPO II - SABER FAZER

Aprendem o necessário?

O que aprendem?

Frequentam todas as disciplinas?

É-lhes ensinado a não colocarem de lado os colegas ou cuidadores?

Acredita na capacidade destas pessoas?

Aprendem a ter capacidade crítica relativamente ao meio onde vivem?

É ensinado a estas pessoas a terem ritmos e hábitos de trabalho?

Possuem recursos económicos suficientes para a sua sustentabilidade?

Poderão vir a ter uma profissão?

Monitorizam o percurso dos utentes quando saem definitivamente da CERCIG no sentido de verificarem a sua inserção social?

Que leque de atividades são realizadas por aqueles que ficam para sempre? Os produtos resultantes dessas mesmas atividades são comercializados?

Como encaram a sustentabilidade da instituição?

### GRUPO III - SABER SABER/ SABER ESTAR

Aprendem na Instituição a conviver com a família? Com os vizinhos? Como?

Ensinam-lhes a vestir-se sozinhos e a escolher a roupa de acordo com o contexto?

Foi ensinado às pessoas com deficiência mental moderada a tratarem sozinhas da higiene?  
Durante o tempo de permanência na Instituição, convivem apenas ali, ou saem para fora para conviver com outras pessoas?

São ensinados a não terem dificuldade em lidar com outras pessoas fora da Instituição?

Que aprendizagens são fornecidas para estes utentes saberem relacionar-se com os outros?

Acha que são adequadas?

A CERCIG mostra-lhes que têm valor e que sabem fazer e aprender?

De que modo os aspetos sociais, familiares ou outros condicionam a prestação/capacidade das pessoas com deficiência mental moderada?

#### **Grupo IV - SABER DECIDIR**

Os seus educandos estão preparados para convencer os outros?

E para usarem as suas ideias?

Conseguem manifestar-se? Têm oportunidades para isso? Onde? Dê exemplos?

São ouvidos quanto às decisões tomadas por eles?

Participam nas decisões da Instituição? Se responde SIM, em quais?

Estão devidamente informados sobre os direitos e deveres que têm na CERCIG?

São capazes de escolher livremente o voto?

De que modo lidam com os desafios?

## Guião Entrevista Cuidador

<b>Entrevista n°</b>
Data
Duração:
Quem responde:
<b>Identificação do Profissional</b>
Nome:
Idade:
Habilitações literárias:
Função:

### GRUPO I - SABER SER

O que acha acerca da instituição onde o seu educando(a) está inserido?

Como é transmitida a autoestima? E a auto-confiança?

É-lhe incutido(a) o saber sentir-se bem ao pé dos colegas e das outras pessoas que estão na Instituição? Costuma afastar-se das pessoas?

É respeitado o seu ritmo e características individuais?

É ensinado ao seu educando(a) que não deve pensar que não serve?

### GRUPO II - SABER FAZER

Aprende o necessário?

O que aprende?

Frequenta todas as disciplinas?

É-lhe ensinado(a) a não colocar de lado os colegas ou cuidadores?

Acredita na capacidade do seu educando(a)?

Aprende a ter capacidade crítica relativamente ao meio onde vive?

É ensinado ao seu educando(a) ter ritmos e hábitos de trabalho?

Possui recursos económicos suficientes para a sua sustentabilidade?

Poderá vir a ter uma profissão?

### GRUPO III - SABER SABER/ SABER ESTAR

Aprende na Instituição a conviver com a família? Com os vizinhos? Como?

Ensinam-lhe a vestir-se sozinho(a) e a escolher a roupa de acordo com o contexto?

Foi ensinado ao seu educando(a) a tratar sozinho(a) da higiene?

Durante o tempo de permanência na Instituição, convive apenas ali, ou sai para fora para conviver com outras pessoas?

É ensinado a não ter dificuldade em lidar com outras pessoas fora da Instituição?

Que aprendizagens são fornecidas para saber relacionar-se com os outros?

Acha que são adequadas?

A CERCIG mostra-lhe que tem valor e que sabe fazer e aprender?

### Grupo IV - SABER DECIDIR

O seu educando(a) é preparado(a) para convencer os outros?

É ainda preparado(a) para usar as suas ideias?

Está preparado(a) para se manifestar? Onde? Dê exemplos?

É ouvido(a) quanto às decisões tomadas por ele(a)?

Sabe como participar nas decisões da Instituição? Se responde SIM, em quais?

É-lhe ensinado(a) a estar devidamente informado(a) sobre os direitos e deveres que tem na CERCIG?

Aprende a escolher livremente o voto?

## Guião Entrevista Pessoa com Deficiência Mental Moderada

<b>Entrevista n°</b>
Data
Duração:
Quem responde:
<b>Identificação do Profissional</b>
Nome:
Idade:
Habilitações literárias:
Função:

### GRUPO I - SABER SER

O que acha acerca da instituição onde esteve inserido?

Como era transmitida a autoestima? E a auto-confiança?

Era inculcado o saber sentir-se bem ao pé dos colegas e das outras pessoas que estavam na Instituição? Costumava afastar-se das pessoas?

Era respeitado o seu ritmo e características individuais?

Era ensinado a não pensar que não servia?

### GRUPO II - SABER FAZER

Aprendia o necessário?

O que aprendia?

Frequentava todas as disciplinas?

Era ensinado a não colocar de lado os colegas ou cuidadores?

Acreditava na sua capacidade?

Aprendia a ter capacidade crítica relativamente ao meio onde vivia?

Era ensinado a ter ritmos e hábitos de trabalho?

Possuía recursos económicos suficientes para a sua sustentabilidade?

Poderá vir a ter uma profissão?

### GRUPO III - SABER SABER/SABER ESTAR

Aprendia na Instituição a conviver com a família? Com os vizinhos? Como?

Ensinavam-lhe a vestir-se sozinho e a escolher a roupa de acordo com o contexto?

Foi ensinado a tratar sozinho da higiene?

Durante o tempo de permanência na Instituição, convivia apenas ali, ou saía para fora para conviver com outras pessoas?

Era ensinado a não ter dificuldade em lidar com outras pessoas fora da Instituição?

Que aprendizagens eram fornecidas para saber relacionar-se com os outros?

Acha que eram adequadas?

A CERCIG mostrava-lhe que tinha valor e que sabia fazer e aprender?

**Grupo IV - SABER DECIDIR**

Estava preparado para convencer os outros?

E para usar as suas ideias?

Estava preparado para se manifestar? Onde? Dê exemplos?

Era ouvido quanto às decisões tomadas?

Sabia como participar nas decisões da Instituição? Se responde SIM, em quais?

Era ensinado a estar devidamente informado sobre os direitos e deveres que tinha na CERCIG?

Aprendia a escolher livremente o voto? Aprendia a lidar com os desafios?

## **(2º Grupo de Guiões)**

## Guião Entrevista Profissionais

(Pessoas com Deficiência Mental Moderada: diagnóstico e acompanhamento)

<b>Entrevista n°</b>
Data
Duração:
Quem responde:
<b>Identificação do Profissional</b>
Nome:
Idade:
Habilitações literárias:
Função:

### Parte I

Quais as principais características das pessoas com deficiência mental moderada?

Quais as dimensões (em função dos tipos existentes, caso haja) a ter em conta para a aprendizagem/capacitação das pessoas com deficiência mental moderada?

Qual a relação entre a consulta de desenvolvimento e o formulário da Classificação Individual de Funcionalidade (CIF)?

Na CERCIG é preenchido o formulário da CIF ou outro (o que antes utilizavam)?

Qual o mais adequado)?

Tem dificuldades em preencher o CIF? Quais?

Este depois de preenchido traduz bem as competências/saberes que devem ser trabalhados? Porquê?

Se não traduz bem as competências/saberes com que aspetos do formulário não concorda?

Porquê? Quais acrescentaria? Quais retiraria?

Antes do formulário existir como é que os profissionais faziam o diagnóstico? Com a utilização do formulário da CIF o diagnóstico sobre os utentes melhorou?

Quando fazem as reuniões de avaliação que dimensões/critérios utilizam? Porquê?

Há metas definidas para cada um dos utentes?

Os profissionais alteram o tipo de acompanhamento em função da evolução registada? Existe um acompanhamento individualizado? Ou os utentes são agrupados por nível de deficiência?

### Parte II

O que mudava nas reuniões periódicas de avaliação? Porquê?

Os pais participam nessas reuniões? Porquê?

Fazem relatórios dessas reuniões e depois comparam-nos com os anteriores?

Que tipos de reações há da parte dos pais face aos seus filhos? (depositam os filhos, ajudam também a estimular e capacitar os filhos, são paternalistas. ...)?

Quais as principais preocupações dos pais? Que contributos podem dar na estratégia definida para os seus filhos? E para que constrangimentos podem contribuir?

De que modo os aspetos sociais, familiares ou outros condicionam a prestação/capacidade das pessoas com deficiência mental moderada? Explícite bem.

Para aqueles que vão à escola pública, que contributos esta dá ou não? Porquê?

Monitorizam o percurso dos utentes quando saem definitivamente da CERCIG no sentido de verificarem a sua inserção social?

Que atividades são realizadas por aqueles que ficam para sempre? Os produtos resultantes dessas mesmas atividades são comercializados?

Qual é o nº de casos bem sucedidos/ mal sucedidos? Porquê?

Como encaram a sustentabilidade da instituição?

# **Apêndice B**

**(1º grupo de sinopses)**

Conceito	Dimensões	Subdimensão	EB1	EB2	EC1
<b>EMPOWERMENT</b>	Dimensão SABER SER/ Poder Identitário	<u>Autoestima</u>	<p>“A instituição apresenta terapias e apoios direcionados para isso, para melhorar o bem-estar, a autonomia, e, consequentemente, a autoestima e a autoconfiança.”</p> <p>“ (...) Gostam de se sentir úteis e gostam de investir em atividades que promovam esses sentimentos”</p>	<p>“Quer a autoestima, quer a confiança são transmitidas através de valores/atitude”</p> <p>“Aprendem a ser minimamente autônomos e independentes”</p>	<p>“Sentia-me feliz durante o tempo que lá estive. Foi na altura que faleceu o meu pai. Estar lá ajudou-me a superar a dor, com os colegas e monitores (...)”</p> <p>“Se algum dia surgisse oportunidade de trabalhar em carpintaria gostava, mas não há”</p> <p>“ (...) Nunca houve confusão nenhuma. Nenhuma chatice”</p> <p>“ (...) Tenho a carta há um ano. Não foi fácil tirá-la, tirei no Sabugal. O pior foi o código, fiz 5 vezes. A condução foi a primeira”</p>
		<u>Sentimento de Pertença</u>	<p>“Sim, na instituição aparentam estar integrados e relacionar-se com os colegas. Embora haja alguns que iniciam e mantêm o contacto interpessoal de forma mais assertiva do que outros.</p> <p>Não se costumam afastar das pessoas, todos estão inseridos em grupos e interagem uns com os outros (...)”</p>	<p>“Todos os alunos estão bem integrados na instituição, interagindo bem com todas as pessoas”</p>	<p>“Gostei de lá estar. Trataram-me sempre bem. Não tenho nada a dizer. Estive até há 7 anos. Entrei para lá com 14 e sai de lá com o nono ano, já com 20 e tal anos. Fiz lá o curso de carpintaria”</p>

Quadro 1 - Dimensão SABER SER/PODER Identitário

Conceito	Dimensões	Subdimensão	EB3	EB4	EB5
E M P O W E R M E N T	Dimensão SABER SER/Poder Identitário	<u>Autoestima</u>	<p>“Eles são ajudados a todos os níveis”</p> <p>“A maior parte deles não são ajudados em casa”</p> <p>“ (...) Eu acho que sim, eles pensam que são úteis”</p>	<p>“Através de atividades que eles saibam fazer bem”</p> <p>“ Os meninos gostam de fazer, ajudar e sentirem-se valorizados por aquilo que fazem”</p> <p>“Os mais dependentes têm a autonomia muito comprometida e não são capazes”</p>	<p>“Valorizando as suas competências e tornando o mais pequeno progresso num grande sucesso”</p> <p>“ (...) Beneficiam de um Plano de Desenvolvimento Individual onde estão contempladas as atividades funcionais de autonomia pessoal e social, como a higiene, que são simultaneamente trabalhadas em diversas áreas”</p> <p>“Cada um tem um saber /fazer em que se sente o mais importante porque o executa melhor que outro sendo valorizado pelos colegas e colaboradores”</p>
		<u>Sentimento de Pertença</u>	<p>“ (...) Eu acho que eles até se sentem lá como uma família”</p>	<p>“A maior parte sim e interagem e colaboram uns com os outros”</p> <p>“ (...) Por vezes há convívios e saídas como as de grupo do rancho para que possam contactar/relacionar com outras pessoas”</p>	<p>“ (...) Estão perfeitamente integrados, sendo o ambiente familiar e acolhedor”</p> <p>“ Há comunicação e ligação entre todos pelo que o afastamento não é comum. Recebem muito bem um novo elemento no seio da Instituição”</p>

Quadro 2 - Dimensão SABER SER/PODER Identitário

Conceito	Dimensões	Subdimensão	EA1
E M P O W E R M E N T	Dimensão SER/Poder Identitário	<u>Autoestima</u>	<p>“Através de todas as atividades que fazem com eles e não só, a nível humano as pessoas estão muito próximas deles”</p> <p>“Digamos que elas se sentem realizadas quando as mandam fazer certas tarefas, se as realizam bem, se conseguem, se não conseguem sentem-se frustradas”</p>
		<u>Sentimento de Pertença</u>	<p>“Em geral, sentem-se bem. Eu sinto que elas se sentem bem porque contam sempre coisas com humor e contam brincadeiras. Mas também há zangas”</p> <p>“...E lá também é um bocadinho um ambiente familiar e então também, claro, forçosamente estão todos os dias juntos e já há anos, há muitos que se conhecem há bastante tempo...”</p>

Quadro 3 - Dimensão SER/PODER Identitário

Conceito	Dimensões	Subdimensão	EA1
E M P O W E R M E N T	Dimensão Fazer/Poder Económico	<u>Competências profissionais</u>	<p>“Eu acho que poderiam ter tido. Já poderiam ter tido. Como agora estão na cozinha, são auxiliares”</p> <p>“Sim, claro que sim. Porque lhes dão certas responsabilidades, se não acreditassem nem sequer as punham na cozinha a ajudar o cozinheiro. Nem sequer as mandavam ir à despensa... Não vão pôr lá umas quaisquer. Eles vão dar oportunidade às pessoas para ver. Mas se põem lá essas pessoas é porque acreditam, não vão pôr num sítio daqueles qualquer pessoa”</p>
		<u>Recursos Económicos</u>	<p>“Mas não conseguem fazer contas básicas, dizer-lhe ‘Vai comprar um gelado. Quanto é que te vão dar de troco?’, não conseguem”</p>

Quadro 4 - Dimensão FAZER/PODER Económico

Conceito	Dimensões	Subdimensão	EB3	EB4	EB5
E M P O W E R M E N T	Dimensão FAZER/Poder Económico	<u>Competências Profissionais</u>	“Não. Nem ajudados. Aqueles que nós temos na instituição não. Já tivemos outros alunos, com deficiências mais leves que estão inseridos numa profissão”	“ (...) Quanto muito ajudar em pequenos recados, na confeção de alimentos, na limpeza, mas realizar esses trabalhos de modo independente não”	“Na sua grande maioria sim”
		<u>Recursos económicos</u>	“A maior parte não. Vejo as necessidades que eles apresentam, diárias. Eles não levam dinheiro para a instituição. Muito pouco mesmo, dois ou três que levam, mas a maior parte deles não”	“Alguns não e têm que ser beneficiados das ajudas sociais”	“Todos são sustentados pelos seus representantes legais”

Quadro 5 - Dimensão FAZER/PODER Económico

Conceito	Dimensões	Subdimensão	EB1	EB2	EC1
E M P O W E R M E N T	Dimensão SABER FAZER/Poder Económico	<u>Competências Profissionais</u>	“Autonomamente, não. Poderão ajudar, por exemplo nas atividades socialmente úteis. Podem ajudar no desempenho de determinada profissão, mas eles realizarem-na, exercerem-na de uma forma autónoma não”	“Apenas os mais autónomos poderão vir a ter uma profissão”	“ (...) Tínhamos também formação cívica, computadores, várias coisas. De informática não sei quase nada, porque não trabalho com computadores. Na altura sabia algumas coisas (...)” “ (...) Tenho. E estou bem. Já estou lá há 7 anos”
		<u>Recursos Económicos</u>	“Todos eles necessitam que haja terceiros a gerir o dinheiro, mesmo quando este existe. Alguns têm condições económicas muito reduzidas e necessitam das ajudas estatais para poderem mesmo estar na instituição”	“Alguns. Mas a maior parte tem ajudas estatais”	“Não. Quando fui para o curso tinha a bolsa, mas antes de ir para o curso não. A única coisa que tinha era a ajuda da minha mãe, que na altura ainda não tinha pensão. Só teve depois do meu pai falecer”

Quadro 6 - Dimensão FAZER/PODER Económico

Conceito	Dimensões	Subdimensão	EA1
<p style="text-align: center;"><b>E M P O W E R M E N T</b></p>	Dimensão SABER ESTAR/SABER/Poder Social	<u>Redes de pertença</u>	<p>“ (...) Mas têm amigos lá da instituição, aos quais nós vamos e eles já vieram aqui também”</p> <p>“...Depois contam, se foram ao aniversário deste ou daquele. Só assim a esse nível, não sei que lhe diga mais a esse respeito...”</p>
		<u>Escolaridade</u>	<p>“Pelo que eu conheço, elas têm aulas. Por exemplo, a nível de escolaridade eu acho que não têm um grande nível, mas pronto, a CERCIG é uma instituição e sempre teve profissionais (...)”</p> <p>“(…) Ler, escrever, contar, coisas muito básicas(…)”</p> <p>“...Elas têm uns programas de mapas, têm os horários com as imagens. Só que elas conseguissem”</p>

Quadro 7 - Dimensão SABER ESTAR/SABER/PODER Social

Conceito	Dimensões	Subdimensão	EB1	EB2	EC1
E M P O W E R M E N T	Dimensão ESTAR/SABER/Poder Social	<u>Redes de pertença</u>	“Geralmente estão na instituição, por vezes têm alguns convívios, ou saem em pequenos passeios da instituição, onde são treinadas algumas competências sociais”	“(…) Convivem com as pessoas relacionando-se de uma maneira civilizada”	“Saíamos para fora. Bastantes vezes. Uma vez fomos a Lisboa, por causa do pirilampo. No Verão íamos para as piscinas, para uma terra perto de Vilar Formoso. Eu gostava dessas atividades, eram importantes para mim. Era uma maneira de me divertir
		<u>Escolaridade</u>	“De acordo com as capacidades que têm, é realizado esse trabalho. No sentido em que se estimulam as áreas de competência, embora muitos deles, com as limitações cognitivas que detêm não consigam aprender a ler e a escrever (...)”  “A escola pública inclui, propicia aprendizagens sociais, cede a capacidade de aprender e ensinar na diferença e envolve profissionais e desenvolver e rentabilizar recursos. Quando o processo é praticado de forma ajustada o contributo é grandioso e vantajoso para todos. A legislação vigente assim o postula	“Para se completar o que é necessário tem que existir algum trabalho de casa”	“(…) Entrei para lá com 14 e saí de lá com o nono ano (...)”

Quadro 8 - Dimensão SABER ESTAR/SABER/PODER Social

Conceito	Dimensões	Subdimensão	EB3	EB4	EB5
E M P O W E R M E N T	Dimensão ESTAR/SABER/Poder Social	<u>Redes de pertença Familiar</u>	“Às vezes saímos para fora (...) Não podemos ter muitas saídas porque é uma cidade fria. Quando está o tempo bom saímos para fora e fazem atividades, até ao nível desportivo. Mas acho que deveriam sair mais vezes. Era muito bom para eles”	“ (...) Convivem uns com os outros na escola, alguns têm família que lhes dá atenção, outros nem por isso”	“Saem com frequência para conviver com outras pessoas nos mais diversos contextos”
		<u>Escolaridade</u>	“Estão inseridos num grupo de escolarização pequena, onde aprendem o nome, umas contas pequenas e pouco mais. O essencial” “Passam tempo nos <i>ateliers</i> que depois dão higiene pessoal, o atelier de costura, o atelier de manualidades, de tapeçarias. Vão passando por esses ateliers e passam então pela sala de escolarização”	“Alguns sim aprendem a escrever o nome, os números e as noções de higiene” “ Cada aluno tem um horário individual e este é inserido num determinado grupo” “(…) colagens, pintar dentro dos contornos, fazer a barba, lavar o cabelo e secar, ler textos muito simples, apertar os atacadores (...)”	“Dependerá dos currículos que frequentam, mas será sobretudo aprendizagens académicas”

Quadro 9 - Dimensão SABER ESTAR/SABER/PODER Social

Conceito	Dimensões	Subdimensão	EB1	EB2	EC1
<b>E M P O W E R M E N T</b>	Dimensão DECIDIR/Poder Político	<u>Influenciar os Outros</u>	“Alguns têm a característica de teimosia e nesse sentido apelam para que as suas vontades sejam realizadas (...)”	“Eles têm poder de argumentação”	“Sim e sou teimoso. Tento levar as minhas ideias adiante”
		<u>Fazer Escolhas</u>	“Sim, conseguem utilizar as suas ideias. Embora, muitas das vezes essas ideias tenham de ser um bocadinho orientadas por terceiros”	“ (...) Algumas vezes, principalmente quando a atividade implica se vai gostar ou não”	“Às vezes enervava-me. Sou um bocado nervoso”
		<u>Tomar Decisões</u>	“ (...) Não possuem capacidades cognitivas de argumentação e então estão um bocadinho condicionados nesse sentido”	“ Sim, a não ser que sejam decisões que careçam de uma autorização superior”	“ Eles respeitavam as minhas decisões” “ (...) Uma vez tinham que decidir quem ia passear. Estavam indecisos em levar-me a mim ou a um colega. Ele portou-se mal, levaram-me a mim (...)”
		<u>Resistir às Ideias dos Outros</u>	“Quando as atividades são indutoras de prazer e de interesse, acaba por ser novidade e então investem nessa atividade e gostam de participar. Quando esse desafio é extremamente complexo tendem a desinvestir e a abandonar a tarefa (...)”	“ Encaram-nos com alegria, e alguma expectativa para os superarem”	“ (...) Chateei-me com ele (...) “ (...) Chateei-me de tal maneira... Consequia sempre manifestar-me”

Quadro 10 - Dimensão DECIDIR/PODER Político

Conceito	Dimensões	Subdimensão	EA1
<b>E M P O W E R M E N T</b>	Dimensão SABER DECIDIR/Poder Político	<u>Influenciar os Outros</u>	“ (...) Digamos que agora já as conheço melhor... Mas convenceram-me muito tempo, de muita coisa” “ (...) As pessoas já as conhecem muito, muito bem. Eu acho que sim. Penso muitas vezes em situações, porque afinal nós julgamo-nos inteligentes e eles conseguem (...)”
		<u>Resistir às Ideias dos Outros</u>	“ (...) É assim, quando quero que as coisas não se saibam não vou falar certas conversas, que falávamos sempre, à mesa (...) é melhor estar caladinha (...) porque aí é que elas dizem mesmo”
		<u>Tomar Decisões</u>	“ (...) E então vão dizer aquilo de tal maneira, sabem dar aquele jeitinho delas, aquela maneira de aumentar a coisa ou de dizer de uma certa maneira, que as pessoas vão acreditar. É isso que às vezes me impressiona”
		<u>Fazer Escolhas</u>	“ (...) Elas sabem repetir aquilo que lhes convém, a informação que não lhes convém esquecem”

Quadro 11 - Dimensão SABER DECIDIR/PODER Político

Conceito	Dimensões	Subdimensão	EB3	EB4	EB5
<b>E M P O W E R M E N T</b>	Dimensão DECIDIR/Poder Político	<u>Influenciar os Outros</u>	“Às vezes sim. Neste momento estou a pensar num menino, muitas vezes chega-me à sala e diz que não quer. Eu proponho-lhe um trabalho e ele diz que não quer fazer isto, quer fazer antes outra coisa. Por que não fazer aquilo que eles querem”	“Alguns têm teimosias e tentam, mas têm pouca capacidade de argumentação”	“Porque não? A mim convencem-me muitas vezes”
		<u>Resistir às Ideias dos Outros</u>	“Às vezes não lidam muito bem. Ficam aborrecidos. Tem que se explicar que têm que ser contrariados e porque é que às vezes não se pode fazer a vontade”	“Quando querem que a ideia seja levada a cabo... têm que ser muito contrariados porque se não tentam fazer mesmo que seja asneira”	“ (...) Por vezes também e dependente dos desafios com alguma ansiedade que é preciso levá-los a ultrapassar”
		<u>Tomar Decisões</u>	“A maior parte deles sim. Aqueles mais profundos não. São capazes de acompanhar para estarem presentes, mas não”	“Depende da situação. Se for um passeio ou um convívio eles dão opinião, se for um assunto de maior importância e complexidade já não têm capacidades para decidirem”	“Manifestam-se na escolha das atividades a realizar”
		<u>Fazer Escolhas</u>	“Sim. Por exemplo, eu estou no atelier de higiene pessoal e muitas vezes digo ‘ Olha tu hoje vais lavar a cabeça a este e vais secar.’, e eles dizem que não. Que antes preferiam arranjar as unhas, que não. Embora às vezes tenham necessidade de tomar um banho e aí então, muitos deles são obrigados”	“ (...) Avaliam as vantagens e desvantagens das decisões e dos comportamentos que têm”	“ (...) São ouvidos na elaboração do seu plano individual e na escolha das áreas preferidas”

Quadro 12 - Dimensão SABER DECIDIR/PODER Político

**(2º grupo de sinopses)**

	Subdimensões	EB1	EB2	EB6
	Caraterísticas da Deficiência Mental Moderada	<p>“... O Défice pode estar associado a uma síndrome genético, outras vezes pode ser resultante de incapacidades moderadas ao nível das funções intelectuais, mas sem comprometimento genético... Alguns manifestam dificuldades ao nível das funções cognitivas de nível superior, nomeadamente raciocínio abstrato, capacidade de resolução de problemas e de tomada de decisões, flexibilidade cognitiva... Alguns dos sujeitos podem manifestar dificuldades ao nível do temperamento e personalidade...”</p> <p>“Atendendo a que numa fase inicial do processo de acompanhamento psicológico se realiza um processo de avaliação consegue-se deter uma maior compreensibilidade...”</p> <p>“Após a avaliação procede-se à elaboração e prática do protocolo de intervenção a fim de colmatar as áreas deficitárias e potenciar as áreas fortes do sujeito. O intuito é sempre o de propiciar um melhor bem-estar, qualidade de vida e de desenvolvimento individual global do sujeito, promovendo a sua autonomia e a realização ajustada das atividades funcionais...”</p> <p>“A programação de objetivos é individual e realizada de forma ajustada às dificuldades identificadas, os objetivos são revistos anualmente e reformulados, caso a necessidade se revele antes será elaborado novo Plano educativo individual ou novo plano de desenvolvimento individual a fim de ajustar as necessidades à intervenção...”</p>	<p>“Talvez as mais comuns sejam as limitações em termos intelectuais; impeditivas, por ex., de realizar um percurso escolar comum às pessoas com a mesma idade; mas, por outro lado, podem não existir limitações em termos da autonomia e das rotinas da vida diária...”</p> <p>“Serão as dimensões em que se verifiquem maiores capacidades e motivação; sem esquecer as de maior importância para o dia-a-dia de cada um”</p> <p>“Sim. Os clientes estão agrupados em grupos homogéneos com necessidades de respostas semelhantes. No entanto, desenvolvem-se atividades individuais, nomeadamente nas áreas terapêutica de saúde e reabilitação. Existe uma avaliação anual para todas as áreas implementadas, sendo, através dessa avaliação, implementadas novas metodologias de respostas às necessidades entretanto apresentadas”</p>	<p>“... São capazes de adquirir hábitos de autonomia pessoal e social; conseguem aprender a comunicar pela linguagem oral, embora apresentem algumas dificuldades na vertente da expressão e compreensão oral. Apesar disso muito dificilmente consegue alcançar técnicas de leitura, escrita e cálculo”</p> <p>“Desenvolvimento pessoal, ao nível das suas capacidades motoras e cognitivas, bem-estar e inclusão social”</p> <p>“...Em todos os casos, os clientes estão "agrupados" por perfil de diagnóstico mas tendo sempre um acompanhamento individualizado e personalizado”</p>

Quadro 13 - Características de Deficiência Mental Moderada

	Subdimensões	EB1	EB2	EB6
	Funcionalidade CIF e do PDI	<p>“...A consulta de desenvolvimento é promovida pela Unidade Local de Saúde... e caso seja elaborada uma avaliação (para não enviesar resultados e para evitar efeitos teste reteste esta deverá assumir um espaço de um ano) será preenchida pelos diversos profissionais a parte respeitante às funções do corpo da CIF para uniformizar e quantificar as dificuldades resultantes da avaliação multidisciplinar elaborada...”</p> <p>“...Na CERCIG o procedimento encontra-se dependente do parecer dos técnicos...”</p> <p>“...A CIF julgo ser uma mais valia para uma melhor compreensibilidade das áreas de dificuldade do aluno e através deste preenchimento conseguimos direcionar o aluno para as respostas ajustadas, até mesmo em termos legais. A CIF reúne avaliações multidisciplinares e completas, quer em termos de funções do corpo (capacidades) quer em termos de atividade e participação (competências), podendo auxiliar o trabalho entre os elementos da equipa técnica, uma vez que o objetivo final é ajudar e cooperar favoravelmente a fim de minimizar as áreas de dificuldade daquela pessoa</p>	<p>“A avaliação com referência à CIF pode ser feita se solicitada”</p> <p>“É desde 2008, nas valências sob as regras do Ministério da Educação (educativa e CRI)”</p> <p>“A CIF tem a vantagem de estabelecer uma linguagem comum aos intervenientes no âmbito da educação Especial”</p>	<p>“No que diz respeito aos clientes do CAO não existe grande ligação, uma vez que, todos eles já deixaram de ser seguidos pela referida consulta, passando em muitas das vezes a ser seguidos pela consulta de psiquiatria”</p> <p>“Os clientes do CAO são avaliados com base em documentos internos, que avaliam o seu grau de adaptação e evolução a determinadas atividades/terapias”</p>

Quadro 14 - Funcionalidades CIF e do PDI

	Subdimensões	EB1	EB2	EB6
	<p>Tipo de Acompanhamento individual e em Grupo</p>	<p>... Os critérios são o dos resultados do processo avaliativo para que as dificuldades fiquem enquadradas de forma coerente, uma vez que sem um processo avaliativo coerente e ajustado, toda a intervenção estará comprometida”  “Para cada área de competência são definidos objetivos gerais e específicos...”</p> <p>“Após a avaliação procede-se à elaboração e prática do protocolo de intervenção a fim de colmatar as áreas deficitárias e potenciar as áreas fortes do sujeito. O intuito é sempre o de propiciar um melhor bem-estar, qualidade de vida e de desenvolvimento individual global do sujeito, promovendo a sua autonomia e a realização ajustada das atividades funcionais...”</p> <p>“Sim. Os clientes estão agrupados em grupos homogêneos com necessidades de respostas semelhantes. No entanto, desenvolvem-se atividades individuais, nomeadamente nas áreas terapêutica de saúde e reabilitação. Existe uma avaliação anual para todas as áreas implementadas, sendo, através dessa avaliação, implementadas novas metodologias de respostas às necessidades entretanto apresentadas”</p> <p>“A programação de objetivos é individual e realizada de forma ajustada às dificuldades identificadas, os objetivos são revistos anualmente e reformulados, caso a necessidade se revele antes será elaborado novo Plano educativo individual ou novo plano de desenvolvimento individual a fim de ajustar as necessidades à intervenção...”</p>	<p>“Os previamente definidos e programados”</p> <p>“Sim. Existem metas definidas para cada um dos clientes. É estabelecido um PDI para cada cliente, estando aí presente o trabalho global a desenvolver. Finalmente, em cada área desenvolvida é formulada uma programação individual, onde constam objetivos específicos a atingir, seguida de uma avaliação anual”</p> <p>“Das reuniões fazem-se atas. A avaliação é registada em grelhas”</p>	<p>“...Durante o ano são feitos dois momentos de avaliação, onde cada responsável de determinada área de intervenção apresenta se os objetivos traçados foram atingidos, parcialmente atingidos ou não atingidos. Trata-se de uma avaliação de atividades/terapias e não de uma avaliação de diagnóstico”</p> <p>“Sim, todos os clientes sejam eles das respostas sociais CAO, VE, CATL ou SAD têm metas ou objetivos definidos. Estes são definidos anualmente, em reunião de equipa multidisciplinar”</p> <p>“As reuniões de avaliação são um momento de partilha de informações respeitantes aos clientes, bem como ao modo de proceder e trabalhar com eles...”</p> <p>“De todas as reuniões são elaboradas atas, onde se registam as informações tratadas, nomeadamente, informações relativas à adaptação e evolução de atividades e terapias de cada cliente</p>

Quadro 15 - Tipo de acompanhamento

	Subdimensões	EB1	EB2	EB6
	Envolvimento Familiar	<p>“Podemos encontrar atitudes divergentes, há pais que ignoram as dificuldades e capacidades dos filhos e delineiam elevadas e irrealistas expectativas em relação ao percurso individual e profissional dos mesmos. Outros pais assumem posturas negligentes e desinvestem nos filhos, desvalorizando os seus potenciais e as suas capacidades, não cedendo suporte ou supervisão.</p> <p>Há pais que colaboram e reforçam o trabalho desenvolvido e os pequenos grandes ganhos dos seus educandos”</p> <p>“Os pais podem e devem investir e generalizar os ganhos. Potencializar as capacidades e competências dos filhos, valorizar o seu percurso individual, as suas qualidades e potencialidades e estimulá-los, não negligenciando as competências funcionais nem se demitindo de funções parentais e educativas. Devem colaborar e ajudar mas não anular as capacidades executivas e volitivas dos filhos.</p> <p>“Depende, geralmente não. Apenas tomam conhecimento das mesmas. Nos agrupamentos de escola participam sempre que convocados, uma vez que a política inclusiva postula, para maior eficiência, uma colaboração estreita entre escola, família e comunidade”</p>	<p>“Temos pais participativos que tentam auscultar sobre o dia-a-dia dos filhos, no entanto o envolvimento no trabalho desenvolvido não é muito contínuo nem frequente”</p> <p>“Há muitas preocupações que, ao serem partilhadas contribuem para um maior conhecimento, ajudando a descobrir novas estratégias.”</p> <p>“A pessoa n vive desgarrada do seu contexto familiar e social, que “moldam” o seu comportamento”</p> <p>“Após a avaliação pela equipe multidisciplinar, há uma reunião com os pais”</p>	<p>“Os pais não participam diretamente nas reuniões de avaliação. Em todo o caso, posteriormente todas as informações são dadas a conhecer a cada representante legal”</p> <p>“No grupo de representantes legais dos clientes da instituição, podemos evidenciar 3 posturas distintas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Um grupo de pais ou representantes legais que assumem uma postura de "acomodação" face à situação dos seus filhos, não acreditando muito que a situação possa alterar muito;</li> <li>2) Outros que acreditam e continuam a estimular e capacitar os seus filhos, no sentido de querer o melhor para eles e que eles possam ser responsáveis e participativos;</li> <li>3) Outros que depositam demasiadas expectativas, transferindo grande pressão para os seus filhos. Pressão essa que acaba, muitas vezes, por comprometer o desenvolvimento”</li> </ol>

Quadro 16 - Envolvimento familiar

	Subdimensões	EB1	EB2	EB6
	<p style="text-align: center;"><b>Atividades e Sustentabilidade</b></p>	<p>“A instituição reúne excelentes condições e infra estruturas, assume uma equipa técnica multidisciplinar e promove diversas respostas sociais a fim de ceder um contributo protetor e reabilitativo a estes cidadãos e de delinear uma trajetória desenvolvimental mais ajustada para os mesmos”</p>	<p>Há vendas pontuais em feiras...”</p> <p>“Deve ser um meio de continuar a cumprir os seus objetivos”</p>	<p>“Os clientes que acabam por frequentar a Instituição a longo prazo realizam atividades de caráter ocupacionais. De um modo geral, os produtos são comercializados em certames ou feirinhas nas quais a Instituição participa. “</p> <p>“Considerando a situação atual do país, a Instituição pode enfrentar algumas dificuldades que pode colocar em causa a sua sustentabilidade. No entanto, acredito que temos que ter uma ação cada vez mais abrangente, podendo assim responder a mais necessidades e continuar assumir um papel importante na sociedade”</p>

Quadro 17 - Atividades e sustentabilidades

# **Apêndice C**

**(Respostas Sociais da CERCIG)**

## Respostas Sociais CERCIG

### Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)

O Centro de Atividades de Tempos Livres destina-se a proporcionar atividades de lazer a crianças com necessidades educativas especiais, deficiência e/ou incapacidade e que frequentem Escolas de Ensino Regular na área urbana da Guarda.

O CATL visa permitir a cada criança, através de participação na vida em grupo, a oportunidade da sua inserção na sociedade; criar um ambiente propício ao desenvolvimento pessoal de cada criança, de forma a ser capaz de se situar e expressar num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um; favorecer a interligação família/escola/comunidade, contribuindo para uma valorização, aproveitamento e rentabilização de todos os recursos do meio; possibilitar às crianças experiências que tenham em conta o seu ritmo individual e que permitam a construção de um projeto de vida digno e de coesão e ainda promover o desenvolvimento da autoestima e do amor-próprio, incentivando a criança a desenvolver atividades que visem uma partilha de tarefas e responsabilidades.

### Centro de Recursos para a Inclusão (CRI)

O objetivo geral do CRI é prestar respostas às necessidades educativas especiais dos alunos que frequentam escolas do ensino regular público, com limitações significativas ao nível da atividade e da participação, num ou vários domínios da vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente. Através da facilitação de acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada indivíduo.

### CRP / CRL

O Centro de Reabilitação Profissional / Centro de Recursos Local (CRP / CRL) é uma unidade orgânica da CERCIG - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados - Guarda, que desenvolve as atividades de apoio e qualificação das pessoas com deficiência ou incapacidades.

Tem como missão promover a formação e a qualificação profissional das pessoas com deficiência ou incapacidades da região e a sua integração socioeconómica na sociedade.

Enquanto Centro de Reabilitação Profissional (CRP) encontra-se acreditado na área da formação profissional pela Direção Geral Do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), nos domínios de:

- Organização e promoção das intervenções ou atividades formativas
- Desenvolvimento/execução de intervenções ou atividades formativas
- Outras Formas de Intervenção

- Enquanto Centro de Recursos Local (CRP) encontra-se acreditado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), para os Centros de Emprego da Guarda, Pinhel e Covilhã.

Desenvolve essencialmente as atividades de:

- Pré-Profissional
- Formação Profissional
- Informação, Avaliação e Orientação Profissional (IAOP)
- Apoio à Colocação
- Acompanhamento Pós Colocação

### **Intervenção Precoce (IP)**

A IP destina-se a clientes com idades compreendidas entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimentos, bem como as suas famílias.

Tem como objetivos principais assegurar às crianças a proteção dos seus direitos e o desenvolvimento das suas capacidades, através de ações de Intervenção Precoce na Infância; detetar e sinalizar todas as crianças com risco de alterações ou alterações nas funções e estruturas do corpo ou risco grave de atraso de desenvolvimento; intervir após a deteção e sinalização das crianças em função das necessidades do contexto familiar, de modo a prevenir ou reduzir os riscos de atraso no desenvolvimento; potenciar, na medida do possível, a autonomia e independência das crianças na realização das tarefas da vida diária como o vestir/despir, asseio/higiene, alimentação e manipulação do material escolar, proporcionando que o desenvolvimento pessoal seja o mais satisfatório e funcional possível.

### **Valência Educativa (VE)**

O objetivo geral da Valência Educativa é o acompanhamento adequado dos projetos de vida das crianças e jovens, dos seis aos dezoito anos, com necessidades educativas especiais, associadas a condições individuais de deficiência que requeiram, de acordo com avaliação psicopedagógica, adaptações significativas e em grau extremo em área do currículo comum e que se considere que seria mínimo o nível de adaptação e de integração social numa escola de ensino regular, durante o período de escolaridade obrigatória.

Consultar em:

<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=gmail&attid=0.1&thid=13e3bb9c1ee13e4c&mt=application/pdf&url=https://mail.google.com/mail/?ui%3D2%26ik%3Ddb9ba0a55a%26view%3Datt%26th%3D13e3bb9c1ee13e4c%26attid%3D0.1%26disp%3Dsafe%26zw&sig=AHIEtbR9VSAH0KvxfUKdfEOeOUBITYA8aA>

# **Anexo A**

**(Ficha de Inscrição)**

## Ficha de Inscrição

Data de Inscrição:  /  /   
 /

Nº de Entrada/Ano:

Dados a preencher pelo/com o(a) candidato(a) e/ou significativos

Identificação do(a) Candidato(a):

Cliente  Colaborador  Outro:

Resposta social/serviço em que pretende colocação:

Nome completo:

Data de Nascimento:  /  /   Mas  Fem Idade de  
 entrada:  anos

Nº de Identificação:  NIF:  NISS

Nº de Utente Serviço Nacional Saúde:

Nº de Beneficiário (outro subsistema de saúde):

Portador de deficiência?  grau:

Morada:

Código Postal:  - ,

Contactos:

Nome e relação com o cliente	Contacto (telefones / correio_e)
<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>

**Anexos:**

- Curriculum Vitae (só para colaboradores)

Sim  Não

- Ficha de caracterização (só para clientes)

Sim  Não

**Fundamentação da candidatura**

O(A) Candidato(a)/Representante

Data  /  /

O(A) Assistente Administrativo(a)

Data  /  /

## Parecer

(A preencher exclusivamente pelos serviços)

**Parecer do Coordenador/Diretor Técnico e respetiva equipa**

Parecer Positivo:

Sim  Não

Assinaturas:

---

---

---

---

---

---

---

---

Data:  /  /

**Parecer da Direção**

Admitido(a):  Sim  Não  /  /

**O Presidente da Direção**

---

Data:  /  /

## **Anexo B**

### **(PDI)**

# Plano de Desenvolvimento Individual

## Resposta social/Serviço:

Período de vigência:

### 1. Identificação

Nome:

Data de nascimento:

### 2. Síntese de avaliação diagnóstica

### 3. Domínios de intervenção (desenvolvimento pessoal, bem estar e inclusão social)

### 4. Áreas a implementar

A programação de cada uma das áreas a implementar encontra-se em anexo, correspondendo ao impresso 132.

### 5. Atividades Socialmente Úteis - ASU

Data de aprovação do PDI: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinaturas:

Cliente e/ou seu representante

Coordenador da resposta social/serviço

Equipa técnica:

\_\_\_\_\_  
(nome e função)

\_\_\_\_\_  
(nome e função)

\_\_\_\_\_  
(nome e função)

### 6. Avaliação do PDI

(Síntese tendo em conta os Registos de Avaliação das atividades):

---

7.

**Propostas de revisão do PDI:**

(Explicar as alterações ocorridas e as medidas a tomar para a sua resolução):

Data de aprovação da revisão do PDI: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinaturas:

Cliente e/ou seu representante  
Coordenador da resposta social/serviço

**Equipa técnica:**

\_\_\_\_\_

(nome e função) \_\_\_\_\_ (nome e função)

## **Anexo C**

**(Ficha de Programação)**

## Ficha de Programação

(Discriminação dos conteúdos, dos objetivos gerais e específicos a atingir e das estratégias e recursos humanos e materiais a utilizar)

Ano:

Resposta Social/Serviço: CAO

Resposta Social/Serviço: CAO					
<b>Nome Cliente:</b>					
<b>Área:</b> Ensino Estruturado					
<b>Responsável</b>					<b>Data</b>
Conteúdos	Objetivos gerais	Objetivos específicos	Estratégias	Recursos humanos	Recursos materiais
<b>Motricidade</b>	Coordenar movimentos manuais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar puzzles e jogos de encaixe - 3 numa sessão de gabinete</li> <li>- Enfiar contas (bolas e botões).</li> <li>- Abotoar e desabotoar botões de um casaco/camisa</li> <li>- Apertar e desapertar fechos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforço positivo constante.</li> <li>- Utilização de materiais apelativos.</li> <li>- Utilização de outros meios de incentivo através do som e da imagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitor pedagógico</li> <li>- Auxiliar da ação educativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sala de Ensino estruturado</li> <li>- Cartões icónicos (programa <i>boardmaker</i>)</li> <li>- Imagens</li> <li>- Puzzles</li> <li>- Jogos didáticos</li> </ul>
<b>Independência pessoal</b>	Fomentar a autonomia nas atividades da vida diária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pendurar o casaco no cabide.</li> <li>- Arrumar a mesa de trabalho individual.</li> <li>- Por a mesa (pratos, copos e talheres) para 5 pessoas.</li> <li>- Depositar a pasta na escova de dentes.</li> <li>- Escovar os dentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ensinar conceitos em contextos reais.</li> <li>- Criar rotinas e hábitos de higiene.</li> <li>- Contemplar as tarefas de higiene no horário individual.</li> <li>- Demonstrar e exemplificar tarefas.</li> <li>- Permitir e incentivar a imitação.</li> <li>- Fornecer um ambiente seguro e previsível.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Livros</li> <li>- Lápis</li> <li>- Revistas</li> <li>- Computador</li> </ul>
<b>Comunicação</b>	Desenvolver a comunicação recetiva e expressiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Executar gestos expressando adeus e olá.</li> <li>- Compreender instruções simples como: ir à casa de banho, lavar mãos e dentes, arrumar a cadeira, apagar a luz.</li> <li>- Utilizar uma tabela de comunicação para expressar desejos simples (comer, beber, casa de banho)</li> <li>- Identificar, numa tabela de comunicação,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilização de formas de comunicação adequadas à capacidade de compreensão simbólica do cliente.</li> <li>- Estar atento a todos os comportamentos, identificar os potencialmente comunicativos e responder de modo adequado.</li> <li>- Acompanhar a linguagem oral com outras formas de comunicação (gestos, imagens,</li> </ul>		

		4 ações que realiza de manhã em casa.	expressões faciais, etc.) - Proporcionar oportunidades para que o cliente possa iniciar uma “conversa” (chamar a atenção, pedir algo, etc.).		
<b>Cognição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver conhecimentos sobre o meio envolvente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discernir o estado do tempo todos os dias.</li> <li>- Elaborar o horário colocando 90% dos cartões de forma autónoma.</li> <li>- Associar 5 cores iguais.</li> <li>- Identificar cores (vermelho, azul, preto, amarelo, branco, verde).</li> <li>- Diferenciar os dias da semana pela cor.</li> <li>- Identificar 6 graus de parentesco (avô, avó, mãe, pai, filho/filha, irmão/irmã).</li> <li>- Reconhecer 4 serviços (polícia, correios, bombeiros, hospital).</li> <li>- Distinguir 4 divisões da casa (cozinha, sala, quarto, casa de banho).</li> <li>- Assimilar 6 profissões (professor, polícia, médico, cozinheiro, carteiro, bombeiro).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção diária de um horário com as atividades do dia sequenciadas e sinalizadas com símbolos.</li> <li>- Ensino de 1 para 1.</li> <li>- Estruturação física da sala.</li> <li>- Realização de atividades sequenciais, clarificando sempre os objetivos das tarefas.</li> <li>- Adaptação das tarefas às capacidades do cliente.</li> <li>- Utilização de indicadores visuais.</li> </ul>		

Quadro 18 - Ficha de programação (Ensino Estruturado)

**Ficha de Programação**

(Discriminação dos conteúdos, dos objectivos gerais e específicos a atingir e das estratégias e recursos humanos e materiais a utilizar)  
Ano:20 / 20

<b>Resposta Social/Serviço: Centro de Actividades Ocupacionais</b>					
<b>Nome Cliente:</b> _____					
<b>Área:</b> Escolarização funcional					
<b>Responsável pela Área:</b> _____					
<b>Conteúdos</b>	<b>Objectivos gerais</b>	<b>Objectivos específicos</b>	<b>Estratégias</b>	<b>Recursos humanos</b>	<b>Recursos materiais</b>
Identificação	Conhecer os elementos da sua identificação	Nomeia quatro elementos da sua identificação	Conhecimento do cartão de cidadão.	Professora Auxiliar Colaboradores.	Cartão de cidadão.
Comunicação	Desenvolver a comunicação oral Desenvolver a comunicação escrita	Narra duas experiências do dia a dia com correcção oral. Conhece as vogais. Conhece 12 letras alfabeto. Lê 40 palavras de duas sílabas. Lê 10 frases simples. Interpreta oralmente uma história.	Diálogo sobre os temas explorados ou as actividades da escola. Leitura de palavras simples. Cópia de palavras. Registos em fichas de sistematização. Relatos sobre as suas vivências. Histórias.	Professora Auxiliar Colegas	Livros Cadernos Fichas
Alimentação	Compreender os princípios de uma alimentação saudável	Indica dois princípios de uma alimentação saudável	Apresentação da roda dos alimentos.	Professora Auxiliar	Material escolar
Corpo	Conhecer as regras de higiene e segurança do corpo	Conhece três regras de higiene . Enumera três perigos domésticos. Conhece três regras de primeiros socorros.	Apresentação das regras de higiene e segurança. Simulação de pequenos acidentes	Professora Auxiliar Enfermeira	Material escola.
Matemática	Conhecer noções básicas da matemática para a vida. Adquirir noções de tempo	Conhece os números até 60. Realiza somas sem transporte. Realiza diferenças sem transporte Identifica meias horas. Identifica quartos de hora. Identifica minutos como unidade de tempo. Nomeia os meses do ano. Nomeia as estações do ano.	Criação de situações problemáticas através dos temas trabalhados e sua resolução . Desenvolvimento do raciocínio abstracto. Fichas de cálculo. Fichas de sistematização com os relógios.	Professora Auxiliar	Material escolar Relógio
Inclusão Comunitária	Conhecer os serviços comerciais; Conhecer os serviços públicos; Conhecer as normas de segurança na rua.	Conhece cinco serviços comerciais; Conhece quatro serviços públicos; Conhece quatro normas de segurança na rua.	Elaboração de um conjunto de normas de segurança na rua Visitas de estudo a alguns edifícios públicos e comerciais ( a escolher pelos clientes).	Professora Auxiliar	Carrinha Autocarro
Actividades de inclusão	Proporcionar actividades de inclusão social através da instituição	Participa oito actividades de inclusão social através da instituição	Promover a participação nas actividades de inclusão propostas	Professora Auxiliar Colaboradores Motorista	Material inerente às actividades

Assinatura Responsável da Área \_\_\_\_\_ Assinatura Coord. Resp. Social/ Serviço \_\_\_\_\_ Assinatura Cliente / Responsável \_\_\_\_\_

Página 1

**Quadro 19 - Ficha de programação (Escolarização Funcional)**

# **Anexo D**

**(Ficha de Avaliação)**

**Registo de Avaliação:****Resposta Social/Serviço:**

Nome Cliente:

Área:

Responsável pela Área:

OBJECTIVOS A ATINGIR	AVALIAÇÃO	APRECIÇÃO DESCRITIVA
Executar uma ficha de matemática elementar (somadas e subtrações), com o auxílio da máquina de calcular.		Percentagem de objetivos cumpridos:
Escrever o nome próprio e a data.		
Identificar imagens de uma história.		
Pintar dentro do contorno.		
Elaborar trabalhos manuais para os dias assinaláveis (Natal, Páscoa, Dia da mãe e pai, dia da criança).		
Participar em, pelo menos, três atividades na comunidade.		
Participar em jogos de grupo, respeitando as regras.		
Ligar e desligar o computador.		
Abrir a Internet.		
Manusear o rato em jogos didáticos (como por exemplo; “tangram”, “memora”, “memória”).		

**Legenda**

A - Atingido   NA - Não Atingido   PA - Parcialmente Atingido
---

Assinatura Responsável da Área

Assinatura Coord. Resp. Social/Serviço

Assinatura Cliente/Responsável